

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**MARCOS CELESTE**

**CABECEIRAS DO RIO PARDO:  
Ocupação e formação da região de Caconde-SP (1765-1820)**

**FRANCA  
2010**

**MARCOS CELESTE**

**CABECEIRAS DO RIO PARDO:  
Ocupação e formação da região de Caconde-SP (1765-1820)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.**

**Área de concentração: História e Cultura Política.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa Saenz Leme**

**FRANCA  
2010**

Celeste, Marcos

Cabeceiras do Rio Pardo : ocupação e formação da região de Caconde-SP (1765-1820) / Marcos Celeste. –Franca : [s.n.], 2010  
142 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Marisa Saenz Leme

1. Caconde (SP) – História regional, 1765-1820. 2. Sertão do Rio Pardo – Ocupação. 3. São Paulo (estado) – História – Agricultura. I. Título.

CDD – 981.552Cac

**MARCOS CELESTE**

**CABECEIRAS DO RIO PARDO:  
Ocupação e Formação da Região de Caconde-SP (1765-1820)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marisa Saenz Leme, Unesp-FCHS

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

Franca, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2010.

## AGRADECIMENTOS

Foram quase três anos para a elaboração desta dissertação. As páginas adiante, quem sabe, revelam conquistas intelectuais. Talvez pelo tempo a que remetem, podem parecer distantes do meu dia a dia. Como se, no momento em que eu começava a escrever estas páginas, minha vida se desligasse das coisas mundanas. Ao contrário: por trás da elaboração delas, há um pouco de cada dia desses três anos. Para quem faz um mestrado, os dias se passam como na vida de qualquer outra pessoa: momentos de felicidade, às vezes de tristeza, algumas conquistas, decepções também. Surgem problemas, por vezes simples e fáceis de resolver, em certos casos nem tanto. Nesses dias que foram um a um completando esses três anos, algumas pessoas fizeram deles momentos muito especiais: momentos de ternura, lições e compreensão. É a essas pessoas que dedico este trabalho e agradeço por sua inestimável colaboração.

Agradeço aos professores que me orientaram na qualificação. Denise Soares Moura e Pedro Geraldo Tosi, com aportes e indicações precisas para a elaboração desta dissertação. Pelas fontes indicadas, livros emprestados, conversas informais. Aos funcionários da UNESP de Franca. À biblioteca dessa faculdade, em especial à bibliotecária Laura Jardim, sempre atenciosa e correta. Ao jornal Democrata, em especial ao Luis Trinca, pela atenção aos meus artigos. Menciono também a CAPES, que financiou esta pesquisa. Aos alunos, mestres, pessoal do administrativo e diretoria da Escola Angelina Maffei Vita. Valeu pela acolhida e compreensão nessa etapa final da minha dissertação. Vocês foram camaradas.

Ao pessoal lá de casa. Meus pais, meus irmãos, minha sobrinha. Pelos valores compartilhados, pela compreensão de minhas escolhas, pelas conversas variadas que percorrem do Bairro Santo Antonio até Brasília. Obrigado pelo contraponto a meus pensamentos. Obrigado por me darem liberdade em minhas escolhas. Obrigado pelo suporte afetivo. Obrigado por me mostrarem como é a vida simples a que vale a pena.

Aos meus amigos de Franca. Vicente Eustáquio Mota Junior, Carlos “Patrocínio”, João Vitor, Rodrigo Maciel “Tio”. Que nas horas de maior decepção e medo, estiveram presentes e foram solidários. Às vezes me tranquilizando, às vezes me dando uma dica, me emprestando alguma coisa. Também a minha amiga Renata, parceira nesses três anos de mestrado, sempre me ajudando com os prazos, entregas, normas. Valeu, Renata.

A Helena. Você que apareceu na minha vida de repente. Num momento tão delicado. Quando para mim a vida não passava de um projeto de futuro, você veio e me mostrou que a vida

acaba na praia. E que bom que acaba na praia. Quando estou com você vivo como se estivesse na praia. Sonho em viver na praia com você. Helena, obrigado pelo carinho, pela alegria, pelo amor, pela paciência, mesmo quando não viajamos ou fomos ao cinema porque eu tinha de trabalhar nesta dissertação.

Aos meus amigos de São José do Rio Pardo. João Paulo, Rafael Manrique, Rafael Bragueta, Zé Guilherme “Bife”, Mauro, Tiago Tonetto. Por demonstrarem preocupação e atenção na hora em que mais precisei. Por me cobrarem os prazos de entrega desta dissertação mais do que a CAPES. Também agradeço a Mariana Lucio “Nega”, grande amiga e conselheira. Ao João Eugenio, um amigo que admiro muito. A Marta Marsullo pelas festinhas e passeios inesquecíveis por nossa região. A galera que me acolheu aqui em São Paulo e amigos de longa data lá da terrinha. João Dimas, Tinti, Artur, Otávio, Murilo Giovaneli “Nelão”, Mathias Quessada “Moita”, Rafinha e Guto Franciose. Valeu pelas gargalhadas, pelo respeito, pelos almoços vegetarianos ou costelas no forno, pela ininterrupta luta contra a síndica. A minha turma da PUC, em especial ao Marcel, Davi, Dirceu, Fernando. Pela dedicação infinita em me ajudar com as coisas da faculdade.

À professora Marisa Saenz Leme, pela orientação e pela parceria nesses duros três anos. Pela atenção e amizade nos momentos extra-acadêmicos. Por ter me mostrado o que é persistência mesmo nas horas mais difíceis. Ao professor e amigo Luis Antonio Cassassola, com quem sempre contei nesses anos de vida acadêmica. Ao professor Lázaro Sérgio Dias, por ser um exemplo, e ao amigo Antonio Alberto Brunetta, por me mostrar que até os loucos de São José do Rio Pardo podem se tornar mestres um dia.

*Entre o marinheiro e o sertanista são transparentes as afinidades. Resultam das muitas que aparentam com o sertão e o oceano [...]. Diante do oceano, como diante do sertão, é o mesmo assombro, é a mesma impressão de infinito e de eternidade, é a mesma vertigem.*

CELESTE, Marcos. **Cabeceiras do Rio Pardo: Ocupação e Formação da Região de Caconde-SP (1765-1820)**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

## RESUMO

A ocupação da região das Cabeceiras do Rio Pardo – atualmente correspondente às cidades paulistas de Caconde, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tapiratiba e Divinolândia – teve seu povoamento iniciado em 1765, ano em que o governador de São Paulo, Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, enviou uma diligência com o intuito de pesquisar o ouro que ali havia e garantir a posse da região. Concomitantemente, deu-se um deslocamento populacional para essa área em busca das catas de ouro e de terras para o plantio. Nesse movimento, estabeleceu-se o povoado de N. S. da Conceição do Rio Pardo, que em 1775 foi elevado a freguesia. Esse núcleo populacional correspondeu aos limites da Vila de Caconde (SP) que, no início do século XIX, centralizou os bairros rurais surgidos nas suas proximidades. A integração desse espaço ao território paulista foi acelerada pela expansão da agricultura de exportação na região paulista conhecida como quadrilátero da cana. Transformação essa que se dera no final do século XVIII, possibilitada pela economia de abastecimento interno desenvolvida em algumas regiões de São Paulo, a partir do século XVII. O surgimento de práticas agrícolas voltadas ao mercado internacional ocorreu, sobretudo no período pombalino e no governo de Morgado de Mateus. Quando D. José I assumiu o trono de Portugal, uma série de medidas foram tomadas com o objetivo de que o país alcançasse a riqueza de nações como a Inglaterra e a França, fortalecendo também sua presença na América Portuguesa. Nesta última, as políticas que objetivavam esse avanço se deram grandemente em torno do fomento agrícola, que aos poucos começou a surtir efeito, sobretudo nas regiões do Centro-Sul. Foi esse o caso da Capitania de São Paulo que, entre 1760 e 1770, passou a registrar seus primeiros produtos agrícolas para exportação pelo porto de Santos.

**Palavras-chave:** sertão do Rio Pardo. cabeceiras do Rio Pardo. região de Caconde. transformação agrária. fomento agrícola. ordenamento administrativo capitania de São Paulo.



CELESTE, Marcos. **Cabeceiras do Rio Pardo: Ocupação e Formação da Região de Caconde-SP (1765-1820)**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

### ABSTRACT

The settlement of Rio Pardo headwaters region, which nowadays corresponds to cities located in the state of São Paulo such as: Caconde, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Mococa Tapiratiba and Divinolândia, started in 1765; this was year when the governor of Sao Paulo, Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, the Morgado de Mateus (his noble title), sent a stagecoach in order to find gold in this site and also in order to secure the possession of the region. There was, at the same time, a population shift to this area, which consisted of people in search of gold and land for planting. In this movement, the village of N. S. Conceição do Rio Pardo was established, which, in 1775, became a municipal sub-district. This population center corresponded to the limits of the Caconde Village (SP) which was, during the early nineteenth century, the center of the rural districts which appeared in its vicinities. The integration of this space to the São Paulo state area was accelerated by the expansion of export agriculture in the region of the state of São Paulo which was known as the cane quadrangle. This transformation had occurred in the late eighteenth century, and it was made possible by the development of an economy of domestic supply in some regions of São Paulo, which had begun in the seventeenth century. The emergence of agricultural practices geared to international markets occurred primarily in the pombalino period and during the government of Morgado de Mateus. When D. Joseph I assumed the throne of Portugal, a number of measures were taken so that the country of Portugal would be able to reach the same wealth of nations such as England and France; thus, strengthening its presence in the Portuguese America. In the latter, the policies aimed at advances were largely due to the promotion of agriculture, which gradually began to yield results, especially in South-Central regions. This was what happened with the Captaincy of São Paulo that between the years of 1760 and 1770, started to record its first agricultural exports through the Santos port.

**Keywords:** Rio Pardo hinterland. Rio Pardo headwaters. Caconde region. agrarian transformation. agricultural development. administrative order. captaincy of São Paulo

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Estrada dos Goiases	131
<b>Mapa 2</b> - Mapa dos Pousos ao longo do Caminho dos Goiases	132
<b>Mapa 3</b> - Mapa da Microrregião de São João da Boa Vista	133
<b>Mapa 4:</b> Mesoregião de Campinas. O destaque em azul se refere a microrregião de São João da Boa Vista.	134
<b>Mapa 5</b> - Mapa da Microregião de São Sebastião do Paraíso e das Cabeceiras do Rio Pardo.	135
<b>Mapa 6-</b> Mapa do Estado de São Paulo com o município de Caconde em destaque.	136
<b>Mapa 7</b> - Mapa detalhado do Município de Caconde com as localidades antigas	137
<b>Mapa 8</b> - Mapa da Bacia Hidrográfica de São Paulo	138

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 A OCUPAÇÃO DAS CABECEIRAS DO RIO PARDO: DEFINIÇÃO TERRITORIAL E A QUESTÃO DAS DIVISAS</b> .....	17
<b>1.1 O Sertão do Rio Pardo</b> .....	18
<b>1.2 Da Estrada de Goiás às Cabeceiras do Rio Pardo</b> .....	27
<b>1.3 Nas Cabeceiras do Rio Pardo: A Ocupação Paulista</b> .....	42
<b>CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS CABECEIRAS DO RIO PARDO: O POVOADO, A FREGUESIA E A AGRICULTURA</b> .....	48
<b>2.1 Divisas entre Minas Gerais e São Paulo no contexto das Cabeceiras do Rio Pardo</b> .....	48
<b>2.2 A Formação do Povoado de N. S. da Conceição do Rio Pardo</b> .....	57
<b>2.3 A Elevação do Povoado a Freguesia</b> .....	72
<b>CAPÍTULO 3 A FORMAÇÃO DA REGIÃO DE CACONDE-SP NO CONTEXTO DO SÉCULO XVIII</b> .....	81
<b>3.1 De N. S. da Conceição do Rio Pardo a Caconde: O Surgimento dos Vínculos Regionais</b> .....	81
<b>3.2 A Capitania de São Paulo no Século XVIII: A Agricultura de Exportação e a Penetração pelos “Sertões” Paulistas</b> .....	98
<b>3.3 Interiorização do Brasil: A Ocupação do Centro-Sul e seu Novo Papel Econômico</b> .....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	124
<b>APÊNDICES</b> .....	130
<b>ANEXOS</b> .....	139
<b>ANEXO A</b> .....	140
<b>ANEXO B</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

Para o rumo de um estudo sobre a história o que mais pesa são as escolhas e atitudes do historiador; pesam mais do que a documentação elencada, mais do que a bibliografia relacionada. Aliás, a bibliografia e a documentação também são escolhas. São diversos os assuntos sobre história que permitem uma boa pesquisa acadêmica, e dessa primeira condição já surge a necessidade de uma escolha.

Difícil definir como essa escolha foi feita. Quem sabe, o próprio percurso dos estudos anteriores abriu novas indagações, inquietações e temas. Coisas que foram organizadas dentro de um projeto de pesquisa para que pudessem tornar-se uma dissertação, tendo o aporte da ciência histórica, de uma universidade e seu meio acadêmico.

É preciso indicar esse percurso no exercício introdutório. Lá pelo final de 2006 esbocei pesquisas sobre a história de São Paulo no final do século XIX: café, ferrovia, imigração, república, fim da escravidão, o livro de Sergio Buarque de Holanda sobre a transição do Império para a República da coleção História Geral da Civilização Brasileira. Temas muito amplos, com historiografia rica, difícil de delimitar. Eu começava a escrever o projeto e ele não passava de um esboço. Desesperador! Se o projeto não nascia, o trabalho de conclusão do curso estava mais longe ainda.

Coincidentemente, nessa época surgiu a oportunidade para que eu escrevesse um artigo de jornal sobre o chamado Episódio Republicano em São José do Rio Pardo-SP. Elenquei algumas crônicas, resumos históricos e até uma dissertação sobre o local. Felizmente fiz um elo com os estudos para o projeto acadêmico. Isso possibilitou dar um fechamento melhor para o projeto: estudar o final do século XIX da perspectiva local de São José do Rio Pardo.

Com a reformulação dos projetos, os estudos focaram-se na formação da Vila de São José do Rio Pardo, a preocupação voltou-se mais para o início do século XVIII. Percebi que para compreender a ocupação do território que viria a ser denominado São José do Rio Pardo, era preciso observar as correntes migratórias vindas de Minas Gerais. Isso remetia o estudo à observação de Caconde-SP no final do século XVIII, pois foi de lá que muitas famílias vieram. Essa mudança de período trouxe outros aspectos para a pesquisa: a correlação com a Vila de Caconde, as questões agrícolas anteriores à introdução do café, as migrações mineiras na região.

A história de São José do Rio Pardo começou antes da cafeicultura e dos italianos, se aproximando do século XVIII. Trabalhar as primeiras décadas do século XIX para o local pesquisado exigiu perene aporte da história de Caconde, o maior e mais antigo povoado local. E havia uma memória mais consistente produzida sobre sua história, fruto do trabalho de Adriano Campanhole.<sup>1</sup>

Esses aspectos levantados para fazer a pesquisa histórica de São José do Rio Pardo no século XIX acabaram por apontar a necessidade de retroceder ao século XVIII, na tentativa de compreender a relação entre a formação de Caconde e a cidade em questão. Essa abordagem demonstrou que Caconde foi importante para o estabelecimento não só de São José do Rio Pardo, mas também de outras cidades da região.

As primeiras documentações foram trabalhadas ainda no Arquivo da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, no Museu Arsênio Frigo e no Fundo de Arquivos Costa Machado, ambos da mesma cidade. Cronistas locais, como Rodolfo José del Guerra, o memorialista Adriano Campanhole e a historiadora Amélia Franzolin Trevisan, contribuíram, sem dúvida, para os rumos desta pesquisa. Seja para refutá-los, seja para aprofundá-los, ou como apontamento da localização de fontes, nesse caso, sobretudo a obra de Adriano Campanhole.

Esses pesquisadores examinaram eventos e episódios importantes para a história da região. Caconde havia se tornado uma freguesia já em 1775, sendo uma importante referência para o Sertão do Rio Pardo nessa época. Já nesse primeiro contato com a história de Caconde os temas ouro e divisas foram abordados, aspectos da vida econômica e política que estiveram presentes desde o início da formação de Caconde e sua região. Também contribuíram para parte das especificidades regionais. Foi uma área com forte migração mineira, marcada pela ligação entre Caconde e São José do Rio Pardo e demais cidades desse trecho do nordeste paulista. Essa literatura, apesar de suas limitações do ponto de vista historiográfico, permitiu uma visão sobre o processo temporal da região.

As datas, os locais e os acontecimentos. Agora era preciso integrar as questões regionais ao contexto paulista do século XVIII, bem como às relações Brasil-Portugal dessa época. Faltava na história da região de Caconde o aporte dos estudos feitos para a transição do século XVIII para o XIX, as revisões historiográficas sobre a economia e situação de São Paulo no século XVIII, as questões demográficas, do ouro e da formação de seu território – espaço, divisas, bairros vizinhos – para se trabalhar as perspectivas locais.

---

<sup>1</sup> CAMPANHOLE, Adriano. **Memória da cidade de Caconde**: freguesia antiga de N. S. Da Conseqção do Bom Sucesso do Rio Pardo. São Paulo: Latina, 1979.

Essa constatação abriu a possibilidade da criação desta dissertação. Caconde, século XVIII, Sertão do Rio Pardo, termos que foram pouco correlacionados pela historiografia, por memorialistas e cronistas locais. A partir disso percebi a necessidade do aprofundamento na perspectiva histórica dessa correlação. As fontes bibliográficas analisadas pareceram insuficientes e incompletas: o contato com a história sempre demonstrou a necessidade de contextualização, inserção de outros temas e problematização da história já feita. Era preciso se ater novamente aos documentos, mesmo àqueles já pesquisados pelos memorialistas, e questionar suas afirmações. Também as demais literaturas históricas sobre o Sertão do Rio Pardo, as regiões vizinhas de Minas Gerais e outros locais correlacionados tinham de ser consideradas.

Dos cronistas locais e memorialistas parti para obras com maior aporte historiográfico, que possibilitassem um nexos mais consistente com o contexto tratado. Para Caconde e região foi difícil encontrar uma obra desse tipo. A mais próxima foi a de José Chiachiri, que apenas cita as Cabeceiras do Rio Pardo, já que sua pesquisa volta-se para a região de Franca e Batatais. Foi ele quem apontou os caminhos para que se fizesse aqui a diferenciação entre a região das Cabeceiras do Rio Pardo, ora chamada de Descoberto do Rio Pardo, ora de Caconde.

O descoberto do Rio Pardo [...] encontrava-se afastado da rota da ‘Estrada dos Guayazes’ e sua formação histórica não obedece às mesmas diretrizes do ‘Sertão do Rio Pardo’. Era uma região bem mais povoada, proporcionalmente ao seu território, graças à aluvião de seus córregos. Aí estavam as autoridades civis e religiosas com jurisdição em toda a zona do Rio Pardo.<sup>2</sup>

Esse trecho é muito significativo para o desenrolar desta dissertação. Até então não havia sido feita a diferenciação entre os locais existentes no Sertão do Rio Pardo, acreditava-se que ele fosse caracterizado pela homogeneidade, em uma configuração histórica única. A chamada que Chiachiri faz às Cabeceiras do Rio Pardo permitiu que se verificasse que esse Sertão era múltiplo por conta dos seus locais, suas diferentes funções dentro da Colônia e suas formas de ocupação.

Tão importante quanto a leitura de Chiachiri foi a da obra *Na Estrada do Anhanguera*<sup>3</sup>. Se Chiachiri assinalou a existência de diferentes locais no Sertão do Rio Pardo,

---

<sup>2</sup>CHIACHIRI FILHO, José. **Do “Sertão do Rio Pardo” à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986. p 55.

<sup>3</sup>BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999.

Bacellar e Brioschi, autores dessa segunda obra, apontaram para as particularidades da região: os negócios envolvendo a pecuária, a estrada que se dirigia a Goiás, a migração mineira, e o surgimento da figura do cafeicultor na segunda metade do século XIX. Os autores fixaram seu espaço de pesquisa na região de Franca e Batatais.

As obras *Memória da Cidade de Caconde, Do “Sertão do Rio Pardo” a Vila Franca do Imperador e Na Estrada do Anhanguera* apontaram a necessidade de se fazer um trabalho para a região de Caconde. Pouca coisa havia sido escrita em relação à região na perspectiva do Sertão do Rio Pardo, da sua relação com o período colonial e com o processo histórico da Capitania e depois Província de São Paulo. Adriano Campanhole apenas referencia esses contextos em sua obra, seu enfoque esteve na demonstração dos fatos ocorridos na região até a formação mais contemporânea da cidade de Caconde: a questão que se coloca para ele não é a formação de uma região, mas de um núcleo urbano. Por outro lado, a obra de Chiachiri e *Na Estrada do Anhanguera* fazem rápidas citações do que chamam de Descoberto do Rio Pardo.

Diversas pesquisas abarcando as cidades que envolvem a região de Caconde foram feitas nos anos mais recentes, quase todas fruto de trabalhos acadêmicos na área de história. Pesquisas que envolviam famílias locais, a introdução da ação capitalista na região, as cidades na passagem do século XIX para o XX. Faltava, entretanto, relacionar a ocupação inicial das Cabeceiras do Rio Pardo com o processo histórico do período, e como essa região se tornou território paulista. Ainda no início percebeu-se que esse evento se deu no final do século XVIII e começo do XIX; abriam-se com isso as discussões sobre o período final da Colônia e o papel de São Paulo nesse contexto.

Em síntese, o desafio era tentar compreender o que desencadeou as primeiras ocupações na região, como esta se tornou território paulista, o que pesou na formação do povoado e, por fim, as transformações desse povoado. Com base nesses pontos, tratava-se de relacionar o contexto local com a Capitania de São Paulo, no quadro mais amplo das relações Brasil-Portugal. Buscou-se ampliar a visão memorialista sobre a ocupação e formação de Caconde e região, sendo, assim, uma abordagem feita a partir da ciência histórica, ou melhor, na discussão histórica sobre o local e o período abordados pesaram debates historiográficos sobre os assuntos tratados. Para o tema regional havia uma discussão, para o significado da identidade do Sertão do Rio Pardo a mesma coisa, bem como para entender de que modo as Cabeceiras do Rio Pardo se tornaram território paulista.

Temas que nas memórias são colocados sem um debate prévio ou considerações necessárias. As Cabeceiras do Rio Pardo nem sempre se localizaram em São Paulo. Afirmar isso leva a outras indagações, por exemplo: o que era o território paulista no século XVIII? A

importância das memórias feitas para a história local continua a mesma, apesar dessas considerações. O fôlego desses memorialistas impressiona. Eles se lançaram sobre a documentação local até pouco tempo desprezada pela historiografia, depois a relacionaram com os saberes populares sobre a história local e os dados históricos oficiais, por fim dataram, descreveram, contaram e criaram em seus livros as memórias de muitas cidades do interior do Brasil. Essas memórias desencadeiam muitas dissertações, seja por suas lacunas, seja por sua abrangência ou suas minúcias. Percebe-se uma relação sempre próxima entre o historiador e o memorialista.

Para contemplar o estudo sobre as Cabeceiras do Rio Pardo dentro da historiografia foi preciso relacionar e contextualizar a ocupação e formação dessa região. Para isso elencaram-se as obras que tratavam das transformações que pesavam sobre a Capitania de São Paulo. Foram examinados aspectos como o fomentismo agrário que levou à introdução da agricultura de exportação, e as condições que permitiram essa introdução. Também as questões administrativas que influenciaram a formação do território de São Paulo, entre elas a vinda do Governador Geral Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Ocorriam transformações em São Paulo que, além de influenciar na transformação do seu interior, demonstravam a relação dessa capitania com o contexto Brasil-Portugal no final do século XVIII. Temas importantes analisados nesse âmbito: o papel do iluminismo nas políticas agrícolas do século XVIII, a crise da produção aurífera em Minas Gerais, a necessidade de ocupação mais intensa do interior do Brasil frente ao interesse de outros países.

Na tentativa de se estabelecer um diálogo entre contexto e local, foram tomando corpo as estruturas desta dissertação. Pouco a pouco surgiram os capítulos que organizaram as ideias e a pesquisa aqui descritas. A reflexão não se deu na ordem dos capítulos presentes, a organização deles obedece ao formato que permite visualizar melhor o percurso que inseriu as Cabeceiras do Rio Pardo na história de São Paulo e em sua formação territorial, ao mesmo tempo na relação do local com a região do chamado Sertão do Rio Pardo.

Essas problemáticas resultam em tais dimensões: o contexto regional onde estava a região das Cabeceiras do Rio Pardo; os atos que desencadearam sua ocupação por parte dos paulistas; como essa ocupação estabeleceu um território paulista no local, e como, nesse local, surgiu um povoado que rapidamente se tornou uma freguesia de referência regional. Essas questões locais, que estruturam os capítulos, tinham relação próxima com os aspectos gerais de São Paulo e da relação Brasil-Portugal que contribuíram na formação dessa região.

Junto dessa bibliografia indicada e que muito influenciou no surgimento e no rumo da pesquisa, estavam às pesquisas documentais. Merece destaque o Volume XI dos Documentos



Interessantes para História e Costumes de São Paulo, que trata da questão das divisas entre Minas Gerais e São Paulo. Documentação importantíssima para esta dissertação, nela está descrito todo o movimento que levou à ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo pelos paulistas. Outra documentação essencial foram os recenseamentos encontrados no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa Histórica no campus Franca da Universidade Estadual Paulista. Recenseamentos que apontam a evolução da população local e permitem o confronto com os dados inferidos dessas memórias. Outros documentos também devem ser aqui relacionados como mapas, outros volumes dos Documentos Interessantes, arquivos locais e até fontes encontradas no Arquivo Nacional. Essa documentação associada à bibliografia permitiu a elaboração de um ponto de vista sobre a história da ocupação e formação da região de Caconde. Outros aspectos e pontos de vista podem e devem ser levantados para confrontar a dissertação. Espera-se com esse exercício intelectual fomentar as discussões sobre a região das Cabeceiras do Rio Pardo e a formação de suas cidades, possibilitando um debate sobre a formação histórica da região.

Gostaria de fazer algumas breves considerações sobre alguns termos utilizados. Como apontou Laura de Melo e Souza, para os séculos XVI, XVII e XVIII não havia Brasil nem brasileiros. Os colonos se consideravam luso-brasileiros e mal sabia do que “ia pelas outras” capitâneas.<sup>4</sup> Em outras palavras: não havia a unidade e centralização do Brasil atual, algo que foi se processando ao longo do Império. Nesse mesmo sentido os moradores da Capitania de São Paulo e de Minas Gerais ainda não se entendiam como paulistas ou mineiros. Por necessidades didáticas e para facilitar o diálogo, muitas vezes essas considerações foram deixadas de lado.

---

<sup>4</sup> SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra**: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 98.

## CAPÍTULO 1 A OCUPAÇÃO DAS CABECEIRAS DO RIO PARDO: DEFINIÇÃO TERRITORIAL E A QUESTÃO DAS DIVISAS

A delimitação de uma região ou de um local se baseia na transformação humana ao longo do tempo e na interpretação que as pessoas fazem do seu meio. As ocorrências físicas e naturais participam dessa demarcação: os homens se utilizam dos rios, picos de montanhas, árvores para fazer suas delimitações. Tal ação é construída por meio da soma dos aspectos e necessidades cotidianos e tecnológicos de cada sociedade e cada momento histórico. As questões culturais e políticas são essenciais para que se compreenda a dominação/denominação territorial e a formação das divisas e fronteiras. Há um processo social de valorização do espaço; para entender isso é necessário examinar como se engendrou esse espaço. Sua criação é social, ou seja, são os indivíduos de determinada sociedade que lhe atribuem valores e dele se utilizam. Nesse sentido é que entra o processo histórico, pois cada sociedade dá um determinado valor a esse espaço.<sup>5</sup>

Foi assim com o Sertão do Rio Pardo. Na ocupação portuguesa desse pedaço do Brasil, foi a ação dos moradores de São Paulo e Minas Gerais que identificou, delimitou e transformou uma determinada região interiorana em “Sertão do Rio Pardo”. Processo ocorrido durante o século XVIII. Posteriormente a região passou por transformações com a cafeicultura, a imigração europeia e as linhas da Mogiana, mas aspectos de sua formação inicial ainda permanecem: as famílias mineiras como detentoras de grandes porções de terras – isso ocorre até os dias de hoje –, o modo de falar do local, a aproximação com a região sul de Minas Gerais, as denominações do IBGE definindo a microrregião e a mesorregião.

Atualmente o Sertão do Rio Pardo confunde-se com o nordeste do Estado de São Paulo e com alguns trechos do sul de Minas Gerais, onde fazia confluência com a região de Caldas (Poços de Caldas-MG). No final do século XVIII essa região era muito percorrida tanto por mineiros quanto por paulistas; as divisas, traçadas antes da ocupação de fato, eram vagas. Também se multiplicaram os conflitos entre paulistas e mineiros pela delimitação de terras. No final, boa parte desse sertão foi ocupada pelos paulistas, ficando apenas a região da nascente do Rio Pardo com Minas Gerais. O restante, e inclusive parte das cabeceiras do rio, foi aos poucos sendo delimitado como território da Capitania de São Paulo.

Para se compreender as Cabeceiras do Rio Pardo é preciso considerar os aspectos que levaram a sua formação enquanto região e local, o que remete o estudo à compreensão do que

---

<sup>5</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. p 54-55.

foi o Sertão do Rio Pardo no século XVIII. Parte da formação das Cabeceiras do Rio Pardo passa por ele, há relações com seus moradores, os negócios e a cultura locais. Tal reflexão permite uma abordagem ainda pouco recorrente a este sertão: parte da historiografia dele se deu mediante pesquisas centradas em Franca, Batatais, Ribeirão Preto e região; agora a abordagem vai partir de Caconde, São José do Rio Pardo, parte de Minas Gerais e região.

Ainda é importante mais uma consideração. As divisas entre São Paulo e Minas Gerais eram incertas nesse período, portanto, suas regiões também. É difícil delimitar o Sertão do Rio Pardo como uma área paulista, afinal o rio cruza tanto o atual Estado de São Paulo como o de Minas Gerais. Assim, seria interessante pensar o Sertão do Rio Pardo, e as Cabeceiras do Rio Pardo até a sua elevação a freguesia em 1775, como uma região disputada por Minas Gerais e São Paulo, sem ter uma divisa definida.

## 1.1 O Sertão do Rio Pardo

Muitos rios são chamados de Pardo pelo Brasil afora. O Rio Pardo em questão nasce no sul de Minas Gerais, no município de Ipuíuna, próximo a Poços de Caldas. Depois de cortar Poços de Caldas ele entra, rumando ao sul, em São Paulo pelo município de Caconde. Numa curvatura entre São José do Rio Pardo e Mococa, ele segue em direção ao norte de São Paulo, quase sempre paralelo às divisas com Minas Gerais. Depois de cortar os municípios paulistas de Serrana, Ribeirão Preto, Jardinópolis e Barretos, ele deságua no Rio Grande. Este, por sua vez, tem sua nascente localizada em Bocaina de Minas, município mineiro que faz divisa com o Rio de Janeiro, também corta os estados de São Paulo e Minas Gerais até receber as águas do Paranaíba e formar o Rio Paraná.

O trajeto do Rio Pardo se confunde com a região nordeste do Estado de São Paulo, mais propriamente com as macrorregiões de Campinas (na porção sul deste nordeste) e Ribeirão Preto (na porção norte). É uma região predominantemente de planalto, cortada pelos rios Pardo, Sapucaí Mirim, Mogi-Guaçu e Mogi Mirim.<sup>6</sup>

Na região oeste do Rio Pardo situam-se as divisas entre São Paulo e Minas Gerais e as formações geológicas da Serra da Mantiqueira (região de Caconde e São João da Boa Vista) e das Cuestas (Franca e Altinópolis). No leste o planalto chega às escarpas de Botucatu. Ao

---

<sup>6</sup> Ver mapa hidrográfico na página 138 com o rio Pardo em destaque.

norte seus limites findam com o Rio Grande.<sup>7</sup> Ao sul o limite é dado pelo atual município de Mogi Mirim-SP, local importante para delimitar o Sertão do Rio Pardo. É a oeste do Rio Pardo que estão as maiores altitudes da região: os cumes da Mantiqueira e das Cuestas.

Observar a região descrita revela a importância que a altitude exerceu no processo de sua ocupação. Juntamente com a hidrografia, os morros e as montanhas definiram as escolhas dos locais para serem construídas as casas, pontes, e estradas. O espaço físico por si só não explica tais escolhas, já que elas são frutos de determinados momentos, necessidades e culturas. O meio não define a história, mas sim a interação entre ambos. Para o século XVIII a altitude e a presença de um rio eram fundamentais na fixação humana. À primeira pode ser atribuída a proteção frente às incursões hostis, a temperatura amena e a menor difusão de doenças ditas tropicais. O segundo contribuía para a comunicação entre as vilas e comunidades situadas no interior, por ele o escoamento era facilitado, bem como a localização dos moradores desses núcleos. Caio Prado Jr. observou que até o século XVII era diminuto o número de povoações paulistas distantes dos rios, situação que devia ser basicamente a mesma no século XVIII.<sup>8</sup>

A denominação Sertão do Rio Pardo em si pressupõe a designação de limites geográficos (incertos) que surgem conforme a ocupação paulista se afasta da Vila de São Paulo em direção ao interior. Ao que parece esses limites se consolidaram quando os paulistas descobriram ouro nas regiões de Goiás e Mato Grosso (década de 1720). Esses desbravadores se guiavam – em boa parte do trajeto – pelo rio que havia ali, denominado Pardo por conta de suas águas barrentas. No início da ocupação humana do atual nordeste de São Paulo, o Rio Pardo foi a referência principal dos seus moradores e “intranses”.<sup>9</sup>

Também a relação dos portugueses com a colonização processada no Brasil foi importante para a denominação de “sertão”. Para Janaína Amado, a palavra “sertão” é velha conhecida dos portugueses. Eles a empregavam, nos séculos XIV e XV, para nomear áreas distantes de Lisboa e depois para os espaços vastos e interiores conquistados na colonização do Brasil. Nos séculos seguintes a palavra foi utilizada por cronistas e viajantes para denominar as possessões portuguesas no além-mar.

No Brasil a palavra “sertão” foi dotada de significado diverso, transformando-se com as mudanças processadas no processo de interiorização. Os sertões eram regiões afastadas do

---

<sup>7</sup> ROSSINI, Rosa Ester; OLIVEIRA, Raimunda Maria. Sociedade e natureza. In: BACELLAR; BRIOSCHI, op. cit. p 25.

<sup>8</sup> PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963. p 106.

<sup>9</sup> “Intranses” e “entrantes” eram termos que designavam aqueles que se embrenhavam pelo sertão. Também foram empregados em relação aos mineiros que estavam se dirigindo a São Paulo no início do século XIX.

litoral, com pouca penetração das autoridades, da religião e dominadas pela natureza e pelos gentios. Eram “*terras sem fé, lei ou rei*”.<sup>10</sup>

De forma simplificada, pode-se afirmar, portanto, que, as vésperas da independência, ‘sertão’ ou ‘certão’, usada tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção difundida, carregada de significados. De modo geral, denotava ‘terras sem fé, lei ou rei’, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.

Para os portugueses, o atual nordeste de São Paulo era um sertão. Região afastada do litoral para os padrões da época, de difícil acesso, tendo como principal referência o rio e os caminhos abertos pelos indígenas.

Sendo assim, a relação entre o homem e o rio e a sua visão de mundo foram importantes na particularização do meio natural por onde passa o Rio Pardo. Particularização no sentido de apropriação e definição do meio através da visão e de necessidades predominantemente portuguesas. Uma região de difícil acesso, onde o rio, um elemento natural, permitia a manifestação de processos como o desbravamento e a ocupação. Vale insistir: quando se fala em espaço, é preciso pensar necessariamente na interação dele com o percurso do homem na terra. O espaço é algo do mundo social e não, apenas, uma composição de aspectos físicos e biológicos. Ele é produzido através da interação entre essas dimensões e comportamentos humanos num determinado momento da história.<sup>11</sup>

O espaço não é uma fonte neutra pela qual perpassam os processos históricos, nem tampouco um dado *a priori*. É uma complexa rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais distintas.<sup>12</sup> O espaço é um valor transformado e em transformação a partir da relação entre o homem e a natureza.

Sabe-se que os rios eram importantes meios de penetração no interior de São Paulo: as principais povoações paulistas se situavam às margens dos rios nos séculos XVI e XVII.<sup>13</sup> Esses “trechos d’água” ajudaram a configurar a noção de espaço dos paulistas, o que deve ter contribuído na denominação do Sertão do Rio Pardo e nos seus limites. Essa relação intensa

---

<sup>10</sup> AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n 15, p.145-151, 1995.

<sup>11</sup> SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p 121.

<sup>12</sup> GEBARA, Ademir et al. **História regional**: uma discussão. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

<sup>13</sup> PRADO JR., Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: \_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

entre o homem e o rio participou na construção dos limites sociopolíticos da sociedade daquele tempo.

Fernand Braudel questionou se o Ródano foi fundamental no processo de formação da França. Ele questionava, sobretudo, sua pretensa vocação nacional.<sup>14</sup> Ao fazer isso, Braudel levantou elementos que podem orientar a reflexão acerca do problema do Rio Pardo nesta pesquisa. A importância que esse rio teve e ainda tem no nordeste paulista não é uma vocação natural. Tal valor é fruto das relações sociais estabelecidas, a partir dos séculos XVII e XVIII, pelo homem com o rio. Relações que estão em constante mudança.

A relação entre denominação e limites pede explicações mais extensas. Os limites citados não se baseiam em linhas ou marcos divisórios oficiais; nesse momento eles eram incertos. Essa incerteza não significava, entretanto, a ausência deles, mas sim que sua composição era distinta da atual: baseava-se na ocupação territorial de fato, através das denominações e relações estabelecidas com o local delimitado. Tal ocupação colidia com as linhas oficiais, traçadas sobre os pontos mais altos da Serra da Mantiqueira. Importante para a noção desses limites foi a existência do Sertão do Jacuí, principal parâmetro, juntamente com a Vila de Jundiá, dos limites do Sertão do Rio Pardo. O Sertão do Jacuí localizava-se no sul de Minas Gerais e abrangia as regiões de Cabo Verde, Guaxupé, Muzambinho e Passos, até as proximidades do atual Triângulo Mineiro. Os sertões do Jacuí e do Rio Pardo eram próximos e se confundiam em alguns de seus trechos, por conta da dificuldade de se estabelecerem limites e também da proximidade de seus moradores.

O surgimento dos limites do Sertão do Rio Pardo se deu nesse contexto. Consoante o projeto de ocupação da Metrópole, a Vila de Jundiá tomou posse do nordeste de São Paulo em 1655 (lembrando que nessa época não existia a capitania mineira). Vila localizada no interior de São Paulo, Jundiá exercia nesse período funções de interiorização, fiscalização das regiões distintas e dos seus moradores. A posse efetivada nesse momento compreendia uma região pouco definida. Os primeiros relatos de moradores não nativos da região são do século XVII; consta haver presença de uma sesmaria em Batatais para o alojamento de “gentios” no ano de 1678; ainda em 1683 há indícios de um conflito entre um fazendeiro local e um entrante.<sup>15</sup> Provavelmente esses homens estavam instalados ali havia algum tempo: tanto a posse de Jundiá quanto a ocupação de Mato Grosso indicavam que era uma região com trânsito humano.

---

<sup>14</sup> BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. Rio de Janeiro: Globo, 1989. p 232-233.

<sup>15</sup> BRIOSCHI, Lucila Reis. Caminhos do Ouro. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 46.

Isso se deu antes de os Anhangueras passarem pela região em busca do ouro mato-grossense. Os Anhangueras, o pai e o filho, fizeram várias expedições à região entre o final do século XVII e o início do XVIII, até que por volta de 1720 receberam direitos de exploração sobre aquelas terras, como cobrança de pedágios e estabelecimento de sesmarias. A família Anhanguera é tida como a primeira a desbravar a região, no entanto, e como já foi dito, no século XVII havia a presença de portugueses no atual Centro-Oeste brasileiro, bem como no sul de Minas Gerais. A rota da Estrada de Goiás era conhecida bem antes da passagem dos Anhangueras: as explorações que o homem vinha fazendo na região, os moradores instalados em Goiás desde o fim do século XVI e a rapidez com que Anhanguera II percorreu a estrada em 1722, em apenas 22 dias, o demonstram.<sup>16</sup>

Em suma, os indícios sugerem que desde o século XVII os não nativos conheciam o Rio Pardo e suas áreas próximas. Tendo em vista a importância que o rio exercia para os homens daquela época e o significado da palavra “sertão” para os portugueses em sua colônia americana, não é difícil pensar que nessa época as áreas ocupadas eram denominadas de Sertão do Rio Pardo, designação que convivia com a de Sertão dos Batataes, referente aos moradores do século XVII.

Com o processo de valorização do espaço – e, por sua vez, com o estabelecimento de um território no nordeste paulista, ocorrido entre os séculos XVII e XVIII – foi-se construindo um espaço singular dentro de São Paulo e do Brasil. Essa singularidade construiu – desde sua unidade até suas diferenças – a base do que se entende por “região do nordeste de São Paulo”. E que era conhecida até meados do século XIX por Sertão do Rio Pardo.

Fonte dessa singularidade foi a identidade atribuída pelos seus moradores, por aqueles que vinham “de fora”, por seus vizinhos e pelos seus “responsáveis” – os administradores coloniais. Essa identidade foi distinguida de outras através da estrada que se dirigia para Goiás, da exploração da terra e do Rio Pardo. Entretanto, algo possibilitou sua longa permanência: o processo político-administrativo que a delimitou e classificou como Sertão do Rio Pardo, ou seja, a cobrança de impostos, as tentativas de estabelecimento de divisas, os postos militares da região. Processo que foi intensificado com a criação da Capitania de Minas Gerais e seus interesses na região.

---

<sup>16</sup> BRIOSCHI, Lucila Reis. **Os entrantes no sertão do Rio Pardo**: o povoamento da freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991. p 5-6.

Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.<sup>17</sup>

A denominação “Sertão do Rio Pardo” foi usada com mais frequência durante o século XVIII e o início do XIX. Também era muito comum identificar a região relacionando-a com a Estrada de Goiás. No século XIX, outros nomes foram surgindo como o “Oeste Paulista” ou “Região da Mogiana” e “lugar da Terra Roxa”, nomes ligados à expansão cafeeira, às ferrovias e à imigração italiana, que denominava as terras do interior de São Paulo, ideais para o café, de terras vermelhas, “terre rosse”, palavra foi aportuguesada como “roxa”.

A partir do século XX é comum a utilização da denominação de “Mogiana”, sendo, agora, subdividida entre baixa Mogiana, alta Mogiana e em alguns casos média Mogiana. A primeira é referente à região de Franca e Ribeirão Preto, a segunda à região de Campinas e Mogi Mirim e a terceira, por vezes considerada também como baixa Mogiana, abrange a região de São João da Boa Vista, onde hoje se situa o recorte das Cabeceiras do Rio Pardo. Com o fim das ferrovias nas décadas de 1980 e 1990 surgiu a designação de “nordeste paulista”.

A questão da denominação pode parecer um mero detalhe, mas não é: ela permite inferir a noção de territorialidade e os limites acerca dessa região. Tendo em vista a importância que os rios tinham para a sociedade dos séculos XVII e XVIII, seus desbravadores, paulistas ou mineiros, atribuíram ao rio e sua área contígua uma parte fundamental de sua territorialidade.

Cabe lembrar que imperava nessa época uma visão, nem sempre respeitada, de que os primeiros desbravadores e exploradores de terras demarcadas tinham direito a sua posse. Essa visão era confrontada com as demarcações oficiais feitas antes do início de uma ocupação de fato. Esses eram os ingredientes dos conflitos territoriais da época. Havia um processo político nisso tudo: era preciso estabelecer um poder para garantir a posse desse pedaço de terra. Processava-se, no século XVIII, a valorização política do espaço cortado pelo Rio Pardo. Estava em jogo a quem aquele lugar pertenceria; como seria ocupado e a qual hierarquia ele se submeteria: à paulista Jundiá ou à mineira São João del Rey.

Desse processo de estabelecimento dos portugueses no Rio Pardo é que adveio a noção do território/territorialidade, que é uma noção política. “Os usos do solo, os

---

<sup>17</sup> COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 89.



estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam os resultados de lutas, hegemonias, violências, enfim, são resultados de atos políticos.”<sup>18</sup> A presença lusa estabeleceu fronteiras naquele espaço, que se tornou, com isso, um território. O processo político revelou o papel de Portugal, agindo como um Estado, no sentido de imposição hierárquica e criação de fronteiras e ou divisas, não apenas no sentido da manutenção da ordem e do controle da violência. Nele há as injunções das determinações da vida portuguesa econômica e cultural com o político: a visão portuguesa se estabelecia sobre aquele espaço através da exploração econômica do solo e das relações culturais com a vida europeia – crenças religiosas e denominações de lugares, por exemplo. Enquanto isso, o solo era ocupado e os limites começavam a surgir.

Em síntese, ‘a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.’<sup>19</sup>

A violência também estava presente. Os atores que forjaram esse território não se restringiam ao mundo português, os indígenas foram envolvidos num processo nada pacífico de aculturação. Os nativos foram perseguidos para se tornarem mão de obra escrava e expulsos de sua terra de origem. O avanço português não se restringia ao solo, mas seguia em direção às comunidades indígenas com a miscigenação (também impositiva).

Aos poucos, quem colonizava o interior de São Paulo não eram mais os portugueses, mas os paulistas dos séculos XVII e XVIII: filhos de índios e portugueses e adaptados à vida nos sertões. Até surgirem as capitânicas desmembradas de São Paulo no século XVIII, era a gente paulista quem dotava boa parte do interior do Brasil de sentidos e significados próprios de suas experiências adquiridas com a ocupação dos sertões. Em suas ações se entrelaçavam tanto os interesses e necessidades do Império Português, quanto os conflitos deste com os locais do Brasil.

A ação desses aventureiros e a política imperial foram fundamentais para o surgimento de um novo contexto histórico e geográfico no interior do Brasil dos séculos XVII e XVIII. Nesse contexto foram descobertas as minas de ouro do interior de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e sul da Bahia. As missões jesuíticas cravadas no interior entre São Paulo e o Paraguai perderam sua hegemonia nesse espaço. Os embates sobre a ocupação territorial se acirravam: era preciso estabelecer quem ocupava o quê, diminuir os confrontos entre pessoas

---

<sup>18</sup> MORAES, op. cit., p. 58-59.

<sup>19</sup> COSTA, op. cit., p. 90.

do mesmo reino, taxar aquilo que era produzido, se contrapor aos interesses da Coroa espanhola. Os limites no Brasil ganharam novas faces, deixando de ser a divisão entre o interior e o litoral, a vila e o sertão, passando a dividir os próprios moradores.

A posse tomada pela Vila de Jundiáí em 1655 da região do Sertão do Rio Pardo seria confrontada em 1720 com a criação da Capitania de Minas Gerais. A posse de 1655 era ampla e quase ilimitada, esse território ainda não conhecia os seus limites. Com a criação de Minas Gerais isso mudou, foram postos limites ao sertão ocupado por Jundiáí. Limites incertos e contestáveis, que mudavam conforme os homens ocupavam o Sertão do Jacuí, no sul de Minas Gerais, e o Sertão do Rio Pardo.

É importante lembrar que a posse de 1655 era referente ao Sertão do Rio Pardo por onde, futuramente, passaria a estrada aberta pelos Anhangueras. Em 1755 ocorreu outro ato de posse por parte da Vila de Jundiáí, só que relativo às Cabeceiras do Rio Pardo e às proximidades com o Rio Grande.

Independentemente da correção e exatidão dessas linhas divisórias, é a partir da criação de Minas Gerais que se pode compreender melhor o que representava o Sertão do Rio Pardo e sua posse pela Vila de Jundiáí em 1655. Além disso, o caminho que se dirigia a Goiás teve, nas primeiras décadas do século XVIII, sua área ocupada intensamente por sesmarias, pousos, pontes, barcos, pedágios. O caminho tornou-se estrada em 1725. O Sertão do Rio Pardo estava sendo desbravado palmo a palmo.

Atentar aos detalhes das divisas traçadas no século XVIII seria se alongar em demasia. A cada Capitão Geral que assumia o governo da Capitania de São Paulo, a cada oficial enviado para traçá-las surgiam novas interpretações. Todas imprecisas e baseadas em cumes de montanhas, cachoeiras e riachos, muitos deles com os nomes repetidos – como havia reclamado o Capitão Geral de Minas Gerais em expedição à região no final do século XVIII.

É difícil definir onde terminava a posse da Vila de Jundiáí, mas pode-se dizer onde ela agia ao cobrar impostos, doar sesmarias e instalar capelas. Já no começo do século XVIII, boa parte da Estrada de Goiás e as partes médias e baixas do Rio Pardo estavam sob domínio paulista via Jundiáí. O alto do Rio Pardo e o final dessa estrada, que atualmente estão próximos às divisas com Minas Gerais, foram áreas litigiosas entre mineiros e paulistas, situação que piorava à medida que cada vez mais homens ocupavam essa faixa de terra.

A questão litigiosa se estendeu desde a criação da Capitania de Minas Gerais, mas foi a partir dos anos 1750, quando se iniciou uma ocupação mais intensa da região, que as tensões se intensificaram. Até esse momento as discórdias permaneciam em boa medida no âmbito da esfera oficial, com a troca de cartas entre governadores gerais; depois o conflito se tornou

parte do dia a dia daqueles que se encontravam na área, fossem eles militares, agricultores ou viajantes.

Esse fato é revelador, pois demonstra que, excetuados os viajantes, os personagens da ocupação dessa região no século XVIII não estavam lá de passagem, buscavam se fixar na região vivendo da produção agrícola ali realizada e, quando desse, comercializando o excedente na Estrada de Goiás. Havia uma vida agrícola no Sertão do Rio Pardo; ele não era somente um mundo estradeiro.

O Sertão do Rio Pardo, com ocupação desde o século XVII, ganhou sua forma e espaço no século XVIII, sobretudo a partir de 1720, quando a ocupação se intensificou por conta das novas necessidades agrícolas impulsionadas pelo auge da mineração no Brasil, bem como pela abertura da Estrada de Goiás e distribuição de sesmarias nas suas proximidades. Com esse processo é possível pensar numa identidade entre os moradores locais, vinculada à vida agrícola, às questões dos limites e à importância da estrada na região.

Melhor do que traçar os limites divisórios entre o Sertão do Rio Pardo e as regiões vizinhas, é pensar nessa região com base na identidade existente entre seus moradores, que, provavelmente, não reconheceram os limites impostos pelas capitâneas mineira e paulista. Isso porque a criação de limites foi algo impositivo por parte das capitâneas, e muitos dos moradores fixados no local estavam ali bem antes da criação dessas divisas. Pouco a pouco esses habitantes – por questões que vão desde o abastecimento, problemas de terras até assuntos fiscais – incorporaram um sentimento de pertencimento a uma dessas capitâneas. O conflito político-administrativo passava a entrar na vida da população local.

Jundiáí, em 1655, deu início a esse processo político de criação de divisas e limites. Só que a validade dessas demarcações foi contestada ou reafirmada conforme – sobretudo, a partir do século XVIII – ocorreu uma ocupação mais intensa da região, com a distribuição de sesmarias e a criação de pedágios nas proximidades da Estrada de Goiás. A presença do homem lhes dava vida. Ao mesmo tempo, moradores da recém-criada capitania mineira ocupavam sua região sul, perto dos rios Pardo e Grande.

Ao considerar as divisas no estabelecimento do território das Cabeceiras do Rio Pardo, é preciso levar em conta que não foram as divisas que estabeleceram, no caso, esse território, mas a ação dos moradores locais e dos administradores paulistas e mineiros. A região se definiu por essas ações primeiramente, só depois as linhas divisórias foram surgindo. Ações iniciadas nos fins do século XVII, passando pelo século XVIII com a abertura da estrada de Goiás e o surgimento de atividades econômicas ligadas à agricultura comercial. Dos desdobramentos desse processo se deu a definição do território do Sertão do Rio Pardo, dos

seus limites e de suas denominações. Nela os elementos naturais tiveram sua importância, entretanto, sem ser determinantes. Nesse sentido, conseguiu-se compreender melhor os locais que participaram desse processo e como eles influenciaram ou se integraram a essa região. Bem como os papéis exercidos pela Estrada de Goiás, o Rio Pardo, os pousos e o processo de colonização fomentado pela ação administrativa portuguesa.

## 1.2 Da Estrada de Goiás às Cabeceiras do Rio Pardo

A compreensão da formação do nordeste paulista no século XVIII exige a análise do que representava a Estrada de Goiás nesse momento. Isso não significa que ela era o único referencial desse sertão: a agricultura e outras atividades conviveram de perto com a Estrada, mas ela foi um eixo de ocupação, e, sem dúvida, a principal referência da região na época.

A Estrada de Goiás foi, no século XVIII, o veio que possibilitou o estabelecimento do mundo luso-brasileiro no nordeste paulista. Nela se estabeleceram os primeiros pousos, pedágios, sesmarias, de início pertencentes à família Anhanguera, mas que rapidamente foram sendo repassados a outros homens que se dirigiam a região, a partir de 1720. Por esse caminho se dava o acesso da Igreja Católica, dos militares e da burocracia da Colônia. Assim, as primeiras ocupações do nordeste paulista ocorreram na “beira” dessa estrada. Relacionaram-se a ela os locais descritos pela historiadora Lucila Brioschi:

Apesar das trilhas existentes desde o século anterior, somente após a descoberta do ouro de Goiás, no ano de 1725, a antiga ligação dos paulistas com as terras dos índios Goiases ganhou foros de ‘Estrada’ ou ‘Caminho’. Buscando o percurso mais seguro e de mais fácil penetração, o Caminho de Goiás saía de São Paulo em direção a Jundiá, dirigindo-se em seguida para Mojimirim, Mojiguaçu e Casa Branca. Depois desse percurso feito no sentido sul-norte, o caminho tomava a direção Noroeste, atingindo os atuais municípios de Cajuru, Batatais, Franca e Ituverava. O rio Grande podia ser atravessado entre Igarapava e Miguelópolis ‘a jusante da ilha do Roberto ou de Pepino, após as corredeiras da Escaramuça (margem direita) e da Espinha (margem esquerda)’.<sup>20</sup>

Todos os locais e atuais municípios descritos pela historiadora têm em comum o fato de serem cortados pela estrada. Todas elas integraram o Sertão do Rio Pardo e este, por sua vez, integrou o nordeste paulista. Faltam, entretanto, alguns locais que compunham esse

---

<sup>20</sup> BRIOSCHI, op. cit., 1999, p. 46.

sertão. Isso não ocorreu por falha da autora. Ocorreu porque esses locais não se formaram na “beira” da Estrada de Goiás. Caconde e São João da Boa Vista são os locais que não compartilharam diretamente a história da estrada. Pode-se pensar, então, que a Estrada de Goiás, apesar de sua suma importância na ocupação do nordeste paulista, não explica tudo. Historiadores, como Bacellar, José Chiachiri e Brioschi, que trabalharam com a questão apontaram fatores que foram tão essenciais quanto ela para a ocupação do nordeste paulista: a agricultura de subsistência; a economia agropastoril para o mercado interno; as questões das divisas; as políticas de ocupação e as formas de migração.<sup>21</sup>

No estudo do Sertão do Rio Pardo ficou uma lacuna acerca do local conhecido como Cabeceiras do Rio Pardo. O ouro encontrado naquele lugar, atual município de Caconde, o problema das divisas envolvendo as Cabeceiras, o Sertão do Jacuí – que, de certa forma, compartilhou o processo histórico do Sertão do Rio Pardo – e a região de Caldas e São João da Boa Vista também contribuíram para o processo de ocupação e formação ocorrido nesse trecho do nordeste paulista no século XVIII. Levando-se em consideração a complexidade econômica do Sertão do Rio Pardo, bem como sua abrangência para além da Estrada de Goiás ou mesmo do rio, surgem novos pressupostos para o entendimento da região. A partir deles é possível traçar a ocupação e a formação da região de Caconde, nos séculos XVIII e XIX.

Para isso é necessário relacionar os demais locais que compõem a região do Sertão do Rio Pardo. São considerações necessárias para o entendimento do vínculo existente entre eles, dando-se maior ênfase para Mogi Mirim, Casa Branca e São João da Boa Vista, e também para o Sertão do Jacuí. Tais regiões contribuíram para a delimitação do local que corresponde a Caconde, considerando-o parte do processo de formação do Sertão do Rio Pardo. Optou-se por chamá-los de locais pra ficar claro o pertencimento dessas regiões a um espaço maior, referente à região do Sertão do Rio Pardo. Também porque nem sempre esses locais foram determinados como vilas ou freguesias. É importante que se diga que seus nomes também eram outros.

Por fim, esses locais abrangiam um território maior do que os atuais municípios aos quais os nomes são conferidos. Através deles percebeu-se que a freguesia ou vila antiga englobava diversos municípios atuais, sendo quase um *supermunicípio*. Os limites *fisiogeográficos* ou administrativos tomados da vida presente não dão conta de uma tentativa

---

<sup>21</sup> Migrações paulistas e migrações mineiras. As primeiras ligadas aos paulistas que, no século XVIII, se estabeleciam em novas regiões de sua própria Capitania. As segundas associadas à vinda de contingentes do sul de Minas Gerais para São Paulo no início do século XIX.

de compreensão da história local e regional, sendo necessário para isso observar a zona real que essas antigas regiões ocupavam.<sup>22</sup>

O trecho sul-norte, destacado pela historiadora Brioschi, tem implicações diretas na ocupação da região leste da Estrada de Goiás, mais propriamente onde estão os locais ligados a São João da Boa Vista e Caconde. Na década de 1750 encontravam-se no trecho sul-norte a Freguesia de Mogi-Mirim, Conceição do Campo (atual Mogi Guaçu) e o pouso de Casa Branca. Todos estes locais pertenciam ao termo da Vila de Jundiá e abrangiam diversos municípios que compõem atualmente o nordeste paulista.<sup>23</sup>

Até 1769, era no território da Vila de Jundiá que estava situado o Sertão do Rio Pardo.<sup>24</sup> Tendo a leste as divisas com Minas Gerais, ao norte o rumo da Estrada de Goiás e a oeste as “bocas do sertão” (atuais cidades de São Carlos, Araraquara, Descalvado), ao sul estava a Vila de São Paulo.

Compunham o leste da Estrada de Goiás: o Sertão do Jacuí e a região de Caldas, onde hoje estão as cidades mineiras de Jacuí, Cabo Verde, Muzambinho, Caldas, Ipuíuna, Poços de Caldas, Botelhos e Guaxupé; bem como as Cabeceiras do Rio Pardo (parte inicial do Rio Pardo) e a região de São João da Boa Vista, compostas pelas atuais cidades paulistas de Caconde, São José do Rio Pardo, Vargem Grande do Sul, São João da Boa Vista e Águas da Prata. O leste da estrada era, portanto uma área de confluência entre o Sertão do Rio Pardo e o Sertão de Jacuí.<sup>25</sup>

O trecho onde o Sertão do Rio Pardo se encontrava com o Sertão de Jacuí era ocupado pelos quilombos de escravos negros, que a partir de 1750 foram expulsos pelos sertanistas e capitães do mato, conforme a ordem portuguesa se estabelecia naqueles lugares. Nas informações sobre as cidades que hoje estão nesse local há afirmações sobre a existência de vários quilombos: Zundum em Jacuí, Mozambo em Muzambinho e dos negros “Cacundas” em Caconde. Além dessa informação, existem cartas das autoridades paulistas pedindo a expulsão dos quilombos na região.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos sessenta e dous annos aos vinte e tres dias do mez de Janeiro do dito anno nesta paragem chamada Ribeirão de Santa Anna do Descoberto também chamado do Dezemboque, [...] me foi determinado que juntasse, numerasse,

<sup>22</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 8, número 15, p. 17-26, 1995.

<sup>23</sup> Ver mapa da Estrada de Goiás na p. 131.

<sup>24</sup> Nesse momento a Vila de Mogi-Mirim ainda não havia tomado posse do Descoberto das Cabeceiras do Rio Pardo.

<sup>25</sup> Conferir mapa do Município de Caconde e atentar para as divisas com os municípios mineiros e mapa da Microregião de São João da Boa Vista nas p.136 e 133.

rubricasse e autoasse os requerimentos e mais papeis que por elle me forão entregues, que são os seguintes: Hum alvará do Exmo. Conde de Arcos General da Capitania de Goyazes ao Descubridor Pedro Franco Quaresma; - hum requerimento do dito Pedro Franco e despacho delle Luiz de Sá Queiroz Governador da Praça de Santos desta comarca; - outro requerimento do mesmo Pedro Franco e despacho delle Luiz de Sá Queiroz Governador da Praça de Santos desta comarca; [...]; hum mandado do mesmo Doutor Ouvidor para o dito Pedro Franco poder desinfestar esta Campanha de negros aquilombados e foragidos; [...] de que para constar fiz este auto escrevey e asigney, eu sobredito Francisco José Machado e Vasconcellos.<sup>26</sup>

Os povoados “da ordem” mais próximos estavam na região mineira de Ouro Fino e nos pousos da Estrada de Goiás em São Paulo. Entre esses povoados se situavam os sertões do Rio Pardo e do Jacuí, que em 1750 ainda estavam sendo desbravados pelos portugueses. No primeiro estavam as vastas terras recebidas pelos Anhangueras; eles não dariam conta de sua exploração, por isso repassaram parte delas a outros interessados. Nesse momento processava-se uma intensificação da agricultura de abastecimento nas capitanias do sul do Brasil para atender às regiões mineradoras e à própria população de São Paulo. Esse processo se distingue do que ocorreu a partir do final do XVIII, quando foi estruturada a agricultura de exportação. Processo que também se manifestou no sul de Minas Gerais com a pecuária leiteira. Logo a população começou a se dirigir para a região, e houve com isso um aumento populacional. O resultado foi a intensificação das andanças de paulistas e mineiros pelas regiões próximas e que ainda não haviam sido ocupadas ou desbravadas.

Os primeiros desbravadores dessa região foram os sertanistas Francisco Martins Lustosa e Pedro Franco Quaresma. O primeiro, saindo de Ouro Fino ao fugir das autoridades mineiras, encontrou ouro na região de Jacuí em meados de 1750. Com Lustosa se alastrou a notícia sobre a existência de ouro no sul de Minas Gerais.<sup>27</sup>

Em 1755, Pedro Franco Quaresma, junto com outros dois sertanistas, moradores da Estrada de Goiás, adentraram o trecho entre esse caminho e o Rio Sapucaí para caçar e “desinfetar” os negros foragidos e também procurar ouro.<sup>28</sup> Nessas andanças pelo sertão desconhecido, Pedro Quaresma e seu grupo encontraram ouro no Rio Canoas, afluente do Pardo, na região que à época era chamada de Borda do Mato. Essa região está localizada nas

---

<sup>26</sup> DOCUMENTOS interessantes. Cópia de autuação de vários documentos e autos de posses que se tornarão do descoberto do Dezemboque pertencente a esta Capitania. 1762. p 71. v. XI.

<sup>27</sup> SILVA, Paulo Sérgio da. **Dimensões e perspectivas históricas de Jacuí – Minas Gerais**. Passos: Offset, 2004. passim

<sup>28</sup> DOCUMENTOS interessantes. Cópia de autuação de vários documentos e autos de posses que se tornarão do descoberto do Dezemboque pertencente a esta Capitania. 1762. p 71. V. XI.

Cabeceiras do Rio Pardo, onde hoje se encontra a cidade de Mococa. Quando se sai de Mococa em direção a Cajuru, logo no início da estrada há uma ponte sobre o Rio Canoas.<sup>29</sup>

Pedro Franco Quaresma e Francisco Martim Lustosa motivaram a Vila de Jundiá a elaborar um auto de posse da região da Borda do Mato e de Jacuí. Neste documento constava que aquele sertão era o local por onde andou Quaresma em diligência de ouro. O juiz Martinho da Silva Prado, em nome da Câmara da Vila de Jundiá, tomou posse de todo o sertão por onde andou Pedro Franco Quaresma. Em 1755, se assegurou a posse do chamado Sertão do Rio Pardo para a Vila de Jundiá.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e cinquenta e cinco annos aos sete diaz do mez de Outubro do dito anno neste Certão do Rio Grande paragem chamada Borda do Matto descuberto de Pedro Franco Quaresma de Minas de Ouro em o qual anda elle dito em deligencia de Descuberto de Ouro em cuja paragem se achava presente o Juiz de Órfãos <<trienal>> Martinho da Silva Prado com comissão do Senhor Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de S. Paulo [...] João de Souza Filgueiras commigo escrivão do seu cargo ao diante nomeado, e sendo ayi tão bem presente João Monteiro das Neves, Procurador do Conselho da Villa de Jundiahhy [...] foi requerido ao dito Juiz que em nome da Camara da dita Villa vinha tomar posse de todo o Certão onde anda Pedro Franco Quaresma em deligencia de descobrir ouro a saber: - do rio de São João que faz barra no dito rio Grande e por elle acima té onde finalizar o dito Pedro Franco com a sua deligencia, e tão bem todo o Certão além do dito R. São João até o Rio de Sapocay das Campanhas de Itajubá, e por elle acima te onde se reparte o districto das mesmas Campanhas, e sendo ouvido pelo dito Juiz o seu requerimento por bem da Comarca e do mandado do dito Procurador, e satisfazendo este disse três vezes: - POSSE JUDICIAL, POSSE REAL E POSSE ACTUAL TOMADA POR MANDADO DA JUSTIÇA NESTA PARAGEM DO MATO AO PÉ DO RIO GRANDE E RIO DE SÃO JOÃO E SUAS VERTENTES DADA A CAMARA DA VILA DE JUNDIAHY A REQUERIMENTO DO DITO PROCURADOR; HA AQUI QUEM CONTRA ESTA POSSE SE OPPONHA? E apregoando tres vezes assim na forma da ley de que dou minha fé, ao que asistirão por testemunhas os abayxo nomeados e assignados, mandou o Juiz cavar terra e cortar Ramos, e botar terra e agoa para o ar, ao que satisfazendo tudo o dito rapaz por nome Manoel e por não haver quem se oppozesse houve o dito Juiz esta posse por tomada do sobredito lugar, Rio de S. João do Mato grosso e todas as suas vertentes judicialmente, e na mesma paragem por se achar ahy o mais concurso de gente e requerimento do dito Procurador houve por ratificada a posse antiga tomada pela Camrara daquella Villa até o Rio grande e todo o mais Certão por elle abayxo, e por elle acima já antigamente tomada pela mesma Camrara, [...] e eu José do Rego e Almeida escrivão de Órfãos com comissão do dito Senhor Ouvidor Geral, que o escrevy e assigney.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Ver município de Mococa no mapa da microregião de São João da Boa Vista com os municípios em destaque, na p. 133.

<sup>30</sup> DOCUMENTOS interessantes, Questão dos Districtos de Jacuhy, Cabo Verde, etc: auto de posse do Sertão do Rio S. João (de Jacuhy) 1755. p 63. v. XI.



A preocupação das autoridades de Jundiáí em formalizar o controle da região revela o significado que a posse territorial tinha para as vilas coloniais: isso poderia significar mais terras e mais moradores. Aspectos importantes, ao permitir uma arrecadação maior e arregimentar mais homens para a vida militar.

Além da região da Borda do Mato, atualmente no Estado de São Paulo, essas autoridades tomaram posse das regiões do Jacuí e do Rio Sapucaí, que hoje pertencem a Minas Gerais. Fizeram isso com base na Provisão Régia de 30 de abril de 1747, na qual D. João V determinou que as divisas entre São Paulo e Minas Gerais passassem pelo Alto da Serra da Mantiqueira. Outra carta, agora de 09 de maio de 1748, estabeleceu também que a divisa deveria passar pelo sertão do Rio Grande e do Rio Sapucaí, e por onde parecer mais conveniente aos dois lados<sup>31</sup>. Vários pesquisadores consideram que foi essa cláusula facultativa a geradora dos conflitos entre as regiões.<sup>32</sup> As divisas estavam incertas nesse momento, mas para os paulistas a linha que prevalecia era a que as delimitava pelo Alto da Serra da Mantiqueira, sendo que o norte do Rio Sapucaí se situaria em Minas Gerais e o sul em São Paulo.

Intentando resolver a questão, Gomes Freire de Andrade o Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro entre 1733 e 1763, incumbiu Thomaz Rubim de Barros Barreto para que traçasse a linha divisória. As divisas seguiam a Serra da Mantiqueira passando pelos rios Pardo, Sapucaí até chegar no rio Grande. Acompanhando a estrada de São Paulo a Goiás.<sup>33</sup>

Já para os moradores locais a interpretação parecia ser outra. Os pontos divisórios ditos pelo rei eram incertos. Era difícil estabelecer, sobretudo, o alto da Serra da Mantiqueira. Talvez por isso a Coroa tivesse deixado, de fato, margem de ação aos administradores locais. Afora essas questões, havia os locais já ocupados tanto por mineiros quanto por paulistas, e, muitas vezes, essas linhas não consideravam tais ocupações. Essa situação permitiu aos administradores de Minas Gerais tomar posse de algumas regiões que às vezes já tinham sido tomadas por São Paulo.

A região de Jacuí se tornou posse de Minas Gerais somente em 1764. Durante todo o período, após as andanças de Pedro Quaresma, os paulistas tentaram tomar posse de outros locais da região. Foram cinco autos de posse: o do Rio São João (1755), o da Conceição do

---

<sup>31</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Divizas Primitivas, 1747. p 19. v. XI.

<sup>32</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Introdução, 1896. p XLV. V. XI.

<sup>33</sup> Limites entre São Paulo e Minas: memória organizada pelos delegados de São Paulo: Prudente de Moraes Filho e João Pedro Cardoso. p 38.

Rio Grande (1755), o do Dezemboque (1761), o do Ribeirão de São Pedro de Alcântara e Almas (1761) e o de Barra do Sapucahi (1762). Todas essas posses foram feitas tendo em vista o termo de Jundiá e o bispado de São Paulo. Os paulistas, entretanto, não conseguiram assegurá-las para si.<sup>34</sup>

A ação do Governador e Capitão Geral de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, foi importante para isso. O governador mineiro dirigiu-se em pessoa às regiões sul e sudoeste da Capitania de Minas Gerais, visitando os descobertos de São Pedro de Alcântara e Almas, atual Jacuí e Cabo Verde, além de suas proximidades, talvez o arraial do Emboque. Ele percorreu quase 400 léguas nessa região, estabelecendo soldados e materiais para a subsistência de um exército em campanha.<sup>35</sup> O deslocamento do governador até o sul de Minas Gerais possibilitou a continuidade da posse mineira nas regiões de Jacuí, Cabo Verde, Guaxupé, Muzambinho e até Passos, não só pela viagem em si, mas pela instalação de guardas naqueles locais e por ter intimidado o movimento de ocupação paulista.

Segundo o historiador Paulo Sergio da Silva, não só as divisas contribuíram para essa ação, mas também a decadência aurífera apresentada pelas regiões de Ouro Preto, Mariana e arredores. A crise da mineração exigia alternativas para aumentar os rendimentos de Minas Gerais, e, além da pecuária, uma delas era explorar novas minas em diferentes regiões. Para isso era necessária a posse dos novos “descubertos”: não só para salvaguardar a região para si, mas para evitar a abertura de picadas clandestinas a serviço do contrabando do ouro dessas novas minas.

A documentação encontrada nos Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, em seu volume XI, comprova, também, que o governador de Minas Gerais percorreu essa região entre os anos de 1764 e 1765. Nessa documentação, há uma carta enviada pelo Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao governador de São Paulo:

Pelas duas Cartas que V. S.<sup>a</sup> me dirigio nas dattas de cinco de Março, e dezanove de Julho de mil sette centos e sessenta e cinco forão presentes a Sua Magestade as providencias que V. S.<sup>a</sup> deu em S. João, e S. Pedro de Jacuhy, Cabo Verde, Ouro fino, Jaguary, e Tajubá para evitar os estravios de Ouro, e Diamantes: e sobre o descuberto de Juruoca. Ao mesmo Senhor forão muito agradaveis as mesmas providencias, e igualmente o assento que no dia 26 de Novembro de 1764, se tomou na Villa de S. João del Rey Comarca do Rio das Mortes na prezença de V. S.<sup>a</sup> Dezembargador Provedor da Fazenda, e do Intendente daquella Comarca, o Bando lançado em o arraial de S. João de Alcântara do Jacuhy e a instrucção que V. S.<sup>a</sup> mandou

<sup>34</sup> DOCUMENTOS interessantes. Questão dos Districtos de Jacuhy, Cabo Verde, etc. 1755-1767. p 63-84. v. XI.

<sup>35</sup> SILVA, op. cit., p. 60 - 62.

dar para se regular o Cabo de Esquadra Antonio da Silva Lanhozo, e todos os mais que lhe succederem em os descubrimentos de S. Pedro de Alcantara e Almas, e S. João do Jacuhy, e seus anexos, e Ordena Sua Magestade, que V. S.<sup>a</sup> faça executar tudo na conformidade das ditas Cartas, Assento, Bando, e instrução; esperando que destes acertos, e do Zello, com que V. S.<sup>a</sup> se emprega no seu Real Serviço consiga a sua Fazenda, a maior arrecadação, se evitem os Contrabandos, e não seja necessario haver Derrama para completarem as cem arrobas do Ouro que as Comarcas dessa Capitania se obrigarão a dar do Quinto em cada hum anno. Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> Sitio de Nossa Senhora da Ajuda a 25 de Março de 1767. – Francisco Xavier de Mendonça Furtado - Snr. Luiz Diogo Lobo da Silva.<sup>36</sup>

A carta do secretário Francisco Xavier de Mendonça Furtado, somada à presença do governador de Minas Gerais, contribuiu para efetivar a posse da região do Jacuí e do Rio Sapucaí nos termos da Comarca de São João del Rey. O secretário demonstra que parte dos governantes de Lisboa tinha dado razão aos mineiros no que dizia respeito às divisas entre São Paulo e Minas Gerais.

É importante lembrar que a ocupação dessas áreas se deu num momento muito específico da Capitania de São Paulo: o território paulista passou à jurisdição do Rio de Janeiro em 1748, ficando nessa condição até meados de 1760. A Praça de Santos passou a cuidar das questões militares de São Paulo. Para Heloísa Liberalli Bellotto, essa mudança na condição da Capitania de São Paulo correspondeu a duas funções específicas: uma militar, a anexação ao Rio de Janeiro unificaria a ação bélica na região Sul; a outra relativa à ocupação do oeste no Brasil – com a criação das capitanias de Mato Grosso e Goiás, os paulistas perderam a exclusividade sobre os minérios existentes no oeste e a exclusividade na ocupação dessa região.<sup>37</sup>

A partir da restauração da Capitania de São Paulo, os paulistas movimentavam-se a fim de reorganizar suas divisas, nas quais alegavam o direito de posse da região do Jacuí e do Rio Sapucaí. Seja como for, a temporária anexação paulista ao Rio de Janeiro evidenciou parte da distância que havia entre os interesses locais e a administração centralizada, fosse ela de Santos, Rio de Janeiro ou Lisboa. Num momento em que a Coroa exigia dos paulistas comprometimento militar com a ocupação do Prata e da região Sul do Brasil, os moradores de suas vilas continuaram a ocupação do interior próximo. No caso de Jundiáí, do Sertão do Rio Pardo, entre o sul de Minas Gerais e o nordeste de São Paulo. Seus moradores estavam preocupados em expandir suas áreas de cultivo e de pastagens, e as catas de ouro existentes

---

<sup>36</sup> DOCUMENTOS interessantes. Questão dos Districtos de Jacuhy, Cabo Verde, etc: Carta do Secretario do Estado ao Governador de Minas Geraes, 1767. p. 84. v. XI.

<sup>37</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007. p 29.

nos confins do nordeste de São Paulo (ou sul de Minas Gerais) também eram interessantes. O movimento de ocupação territorial por parte dos paulistas não cessou entre 1750 e 1765, apesar da subordinação administrativa de São Paulo ao Rio de Janeiro.

A ocupação dos sertões interessava não só aos seus moradores, mas também às vilas envolvidas e à Igreja Católica. Ao que tudo indica, as vilas estavam mais interessadas nessa ocupação do que as próprias capitânicas. Os administradores destas últimas, por sua vez, assumiam responsabilidades sobre os interesses das vilas por conta dos laços existentes entre os moradores e a capitania: evitava-se a ação de uma capitania sobre a vila alheia.

A criação da Capitania de Minas Gerais em 1720 coincidiu com o início da ocupação do Sertão do Rio Pardo, do Jacuí e de Caldas. Nessa época Minas Gerais contava com cerca de 30.000 mil a 50.000 habitantes, a tendência era o aumento desse número por conta das constantes migrações de portugueses em busca dos caminhos do ouro. A historiadora Virgínia Trindade Valadares indica a existência, no século XVIII, do povo mineiro, ao descrever as percepções do ministro ultramarino, Martinho de Melo e Castro. Para ele os mineiros eram usurpadores, indolentes, insubmissos. Traços que eram atribuídos aos paulistas.<sup>38</sup>

As discussões acerca dos limites divisórios entre as capitânicas de São Paulo e Minas eram confrontadas com esse movimento de ocupação dos locais. Os arraiais que se formavam nessa região, num momento eram reivindicados pelos mineiros, noutro pelos paulistas. A situação era tal que, em determinados momentos, as autoridades paulistas cobravam impostos e fiscalizavam regiões que estavam no território mineiro. Este foi o caso do sargento Jerônimo Dias do Registro de Itapeva (atual Aguaí-SP), quando foi para o arraial do Dezemboque, em Minas Gerais.

Próximo de Jacuí estava a região conhecida como Cabeceiras do Rio Pardo, por onde andou também Pedro Franco Quaresma. As Cabeceiras do Rio Pardo, onde estava o ouro da Borda da Mata, o Rio Canoas e as catas de ouro de Caconde foram sendo desbravadas a partir dos anos 1760. Conforme a ocupação de Jacuí e das regiões de Mogi Mirim se acentuava, o trânsito dos sertanistas mineiros e paulistas aumentava nas Cabeceiras do Rio Pardo. Estes homens estavam caçando negros fugidos, buscando novas glebas e ouro. A disputa entre os moradores daquelas cercanias pela posse de suas terras também aumentava.

As autoridades da Vila de São João del Rey e da Vila de Jundiá não estavam alheias a tais acontecimentos, o que acirrou ainda mais a disputa. A partir de 1760, juntamente com o movimento sertanista, as autoridades mineiras e paulistas se movimentaram para garantir a

---

<sup>38</sup> VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder**: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006. p 81 e 96.

posse daquelas terras. Após a restauração de São Paulo foram criados no nordeste paulista duas importantes instâncias burocráticas: um registro e uma vila. No início de 1760, quando se partia da Freguesia de Mogi-Mirim em direção ao Rio Grande (a direção norte da Estrada de Goiás), encontrava-se o Registro de Itapeva e depois o pouso de Casa Branca, que ainda não era freguesia nem vila.

O Registro de Itapeva estava localizado entre as atuais cidades de Casa Branca e Mogi-Guaçu. Sua criação data de 1764. Seu nome se dá por conta do Rio Itapeva, afluente do Mogi-Guaçu.<sup>39</sup> Desde o início de seu funcionamento, esse registro teve como comandante o sargento Jerônimo Dias. Com variadas funções, esse Registro foi responsável pelas cobranças de impostos e fiscalização de parte da Estrada de Goiás e das picadas que se dirigiam ao Sertão do Jacuí; bem como na ocupação do território a leste da Estrada de Goiás por parte dos paulistas.<sup>40</sup>

São funções específicas de um registro: a cobrança de impostos e os direitos de saída ou dízimo. Por sua vez ficava a cargo das barreiras a cobrança das taxas, que recaiam sobre os carros, animais e pessoas. Os direitos cobrados no registro recaiam sobre a importação e exportação, direitos de gado, do sal, de passagem. Já os impostos são a subtração de uma parcela monetária de cada um para que o Estado satisfizesse suas necessidades administrativas e indispensáveis ao bem comum.<sup>41</sup> Talvez a atuação de um registro pode ser restrita em relação as devidas cobranças, o que não impedia que ele tivesse outras funções. O registro, muitas vezes, representava a colonização nos interiores mais longínquos da Colônia Brasil.

A atual Mogi Mirim era em 1740 um arraial da Freguesia de Conceição do Campo (Mogi Guaçu). Por divisão de 01/09/1751 tornou-se uma freguesia, tendo o seu distrito compreendido entre os rios Atibaia e Mogi-Guaçu numa extensão de 9 léguas. Assim surgiu a paróquia de Mogi-Mirim, com a Matriz de São José de Mogi-Mirim. Em 1758, o padre Antonio Xavier contou 72 fogos nos bairros de Jaguari, Pirapitigui, Fágua, Macuco e Cachoeira. Em 22 de outubro de 1769, de acordo com uma expedição enviada pelo governador paulista, foi criada a Vila de Mogi-Mirim, desmembrada de Jundiáí.

A nova vila correspondia ao território desde o Rio Atibaia até o Rio Grande, passando pelo Rio Pardo. Local onde estavam se formando os povoados de Casa Branca, Caconde, São

---

<sup>39</sup>SILVA, Maria Leonor Alvarez. **História de São João da Boa Vista**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p 239.

<sup>40</sup> Ver mapa da Estrada de Goiás na p. 131.

<sup>41</sup> COSTA. Hernani Costa. **As barreiras de São Paulo**: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX. 1984. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. p 16 e 31.

João da Boa Vista, Mococa, Casa Branca, Cajuru, Ribeirão Preto, Batatais e Franca. Desta vila saíam as estradas para Goiás, Ouro Fino, Caldas e Jacuí; nela havia também as passagens dos rios Atibaia, Jaguari, Mogi-Guaçu, Jaguari-Mirim, Pardo, Sapucaí e Grande.<sup>42</sup> O estabelecimento do Registro de Itapeva e da Vila de Mogi-Mirim esteve diretamente ligado à restauração de São Paulo e à nova política dos portugueses em relação a esta capitania.

Nos anos próximos a 1765 iniciaram-se as discussões para a restauração da Capitania de São Paulo, ou melhor, o fim de sua anexação ao Rio de Janeiro. As autoridades portuguesas faziam isso por julgar “miserável” a situação dos paulistas, e também por conta dos novos ares que sopravam as relações Brasil-Portugal: ilustração, questões agrícolas, ocupação do interior. Assim, nomearam um novo governador para São Paulo – Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus – e restauraram a jurisdição de São Paulo, desanexando-o do Rio de Janeiro.

Ao novo governador foi, então, instruído que tomasse assento dos limites de São Paulo em relação a Minas Gerais e Goiás. Francisco Xavier de Mendonça Furtado – Capitão Geral do Grão-Pará – enviou este aviso ao Vice-Rei, o conde da Cunha, informando-o das instruções concernentes ao Governador da Restauração de São Paulo.

Ilmo. Exmo. Sr. – Sendo presente a Sua Magestade pela carta de V. Ex., que trouxe a data de 13 de Julho do anno proximo passado, o miseravel estado a que se achava redusida a Capitania de S. Paulo por falta de governo, e do novo descoberto de S. João de Jacuhy, que fica muito perto da cidade de S. Paulo.

O mesmo Senhor deo logo a providencia necessaria nomeando D. Luiz Antonio de Souza para Governador e Capitão General da mesma Capitania, o qual embarca na presente frota: e ordena que Vossa Excellencia o instrua nas materias que tiver alcançado pertencentes a aquelle Governo; e da mesma sorte faça Vossa Excellencia tomar assento dos limites por onde deve partir a dita Capitania com a das Minas Geraes, e Goyaz, para com elle dar conta a Sua Magestade, e o mesmo Senhor resolver o que lhe parecer mais justo.

Da mesma sorte remetterá Vossa Excellencia a copia do dito assento aos Governadores e Capiatães Generaes das Minas Geraes, e Goyaz, a quem Sua Magestade manda escrever declarando-lhes, que devem ficar observando o que se assentar na junta que se fizer a este respeito, até chegar resolução do mesmo Senhor, pela qual confirme ou altere o contheudo n’ella. Deos Guarde a Vossa Excellencia. Salvaterra de Magos, 4 de fevereiro de 1765. – Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Sr. Conde da Cunha.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> SILVA, Lauro de Monteiro Carvalho e. **Mogi-Mirim**: subsídios para a sua história. Moji-Mirim: Casa Cadorna, 1960. passim

<sup>43</sup> DOCUMENTOS interessantes. A Demarcação pelo Vice-Rei Conde da Cunha: avizo Régio ordenando a Demarcação, 1765. p 211. v. XI.

A primeira vista parece que a Restauração de São Paulo correspondeu a duas coisas: as necessidades bélicas – os confrontos entre Portugal e Espanha pela região do Rio da Prata evidenciaram a inviabilidade da unificação bélica de São Paulo e Rio de Janeiro; e a necessidade de criar infraestrutura em São Paulo para aumentar a produção agrícola local e gerar excedentes para a exportação. Além dessas constatações houve uma faceta da ilustração luso-brasileira nesse ato. Era preciso assegurar o território da América Portuguesa em sua totalidade: a restauração implicou para São Paulo uma função específica entre as capitanias: a proteção das fronteiras diante os interesses espanhóis<sup>44</sup>. Era também preciso se aproximar da população de São Paulo. Ironicamente a ilustração se aproximava daqueles homens rudes de São Paulo: o diálogo entre o conhecimento dos sertanistas sobre o território da América Portuguesa era essencial para os planos de ocupação do Reino, a confecção de mapas, o estabelecimento de fronteiras e divisas.<sup>45</sup>

A ilustração recaiu num processo em andamento. A ocupação do interior paulista é de longa data. Há relatos do final do século XVII para o Sertão do Rio Pardo, o Rio Tietê era velho conhecido dos paulistas, bem como a região de Sorocaba e os entroncamentos para o sul do Brasil. Nesses locais, sobretudo nas proximidades da Vila de São Paulo, surgiram redes agrícolas que comercializavam seu excedente logo no final do século XVII. Havia comércio, vilas, dinheiro circulando. São Paulo não era um local apenas de caça de indígenas, produção de subsistência e muita pobreza.

O que mudou foi a forma de se fazer a política de ocupação/fomento agrário. A partir do governo de Morgado de Mateus, as questões mais latentes se fixaram na necessidade de estimular novas plantações para diversificar a arrecadação portuguesa – e o momento era propício por conta das indústrias nascentes. Contudo, é preciso ter cuidado com essa correlação estímulo agrícola/arrecadação. As coisas indicam que a intenção não era meramente fiscalista; era também uma forma de aproximação entre o Reino e os produtores paulistas por meio de incentivos, doações de terras, nomeações. Estabelecer esses homens no interior era custoso para a Coroa, mas essencial. Fixá-los no interior de São Paulo, fazer deles “homens bons”, ou lhes permitir a tentativa de alcançar essa condição, era uma forma de

---

<sup>44</sup> TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro calçadista (1860-1945)**. Franca: FHDSS-UNESP, 2002. p. 28.

<sup>45</sup> FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.17, n. 2, p. 237-250, jul.- dez. 2009.

estabelecer a ordem nesse interior, centralizar os moradores e expulsar os indígenas “mais arredios”.<sup>46</sup>

As instruções dadas ao governador de São Paulo e o papel que a capitania assumia no final do século XVIII esclarecem os motivos para o estabelecimento do Registro de Itapeva e da Vila de Mogi-Mirim. Havia considerável quantidade de domicílios e sítios “errantes” nas proximidades da Estrada de Goiás. A criação da Vila de Mogi-Mirim era uma resposta à necessidade de concentrar esses moradores. Em relação às divisas com Minas Gerais, a criação dessa vila consolidaria parte das divisas paulistas na região. A distância de Jundiá dificultava a administração da região da Estrada de Goiás e do Rio Pardo. Com a criação do registro e da vila, o Morgado de Mateus cumpria com as instruções que lhe foram dadas pelos membros da administração portuguesa (estabelecer as divisas com Minas Gerais e concentrar os moradores errantes); também criava uma forma mais eficaz de arrecadação de impostos e arrematação dos homens para fazer frente aos espanhóis no sul do Brasil.

Em relação aos paulistas, a Vila de Mogi-Mirim e o Registro de Itapeva eram locais que aproximavam o governador de seus subordinados ao facilitar a chegada das suas ordens pelo interior da capitania, o que fortalecia a imagem e a presença do governador, bem como da Coroa. Algo que os administradores paulistas da época consideravam necessário, pois julgavam os paulistas avessos aos mandos da Coroa.

O responsável pelo Registro de Itapeva, o sargento Jerônimo Dias, percorria toda a região que era de responsabilidade do registro e da Câmara de Mogi-Mirim. Fazia isso para recolher impostos e ter notícias das bandas do Rio Pardo e da Estrada de Goiás. Foi numa dessas viagens que ele chegou à região de Jacuí, disputada por São Paulo e Minas Gerais. Em 1765, ele partiu do Registro de Itapeva para colher impostos e outras rendas na região por onde passou Pedro Franca Quaresma, até o Sertão do Jacuí.<sup>47</sup>

Ao chegar nas bandas do Jacuí, na parada conhecida como Dezemboque – região disputada por Minas Gerais e São Paulo, da qual a Câmara de Jundiá tomou posse em 1755, ainda quando a jurisdição de São Paulo pertencia ao Rio de Janeiro –, o sargento ficou sabendo de um novo descoberto de ouro nas proximidades, num local conhecido como Cabeceiras do Rio Pardo. Assim comprovou a correspondência enviada por ele ao Governador de Santos:

---

<sup>46</sup> BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721). 1995. 394f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 318.

<sup>47</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p. 85. v. XI.



Ao Governador de Santos

Snr Coronel Governador. Homtem que se contarão 18 de agosto cheguei a este Registo vindo do descuberto do Dezemboque, onde estive dez dias a segurar e a cobrar os rendimentos das entrada deste Registo, e como trouxe cem oytavas em dinheyro que cobrey das ditas entradas, [...].

Também dou parte a V.S. que chegando eu no Dezemboque, achei muitas novidades a respeito de hum novo descuberto, que se acha nas vertentes, ou cabeceiras do Rio Pardo, que fica na comarca de S. Paulo, na minha chegada no Dezemboque tinha partido o Comandante das ditas minas com o Capitão Mór Espindolo, e Vigário como todos os Mineiros, só por sahir o Descobridor, ou bandereante, dizendo que tinha achado hum córrego, onde deo hum buraco de seis palmos em quadra, e tirou quatro oytavas e meya de ouro bem grosso, e deste para baixo deu dous, achou a mesma pinta, sahio o dito para fora, por falta de mantimentos, a procuralos, deixando camaradas no mato, com esta noticia sem mais certeza começaram a Levantar huma ballela, que vinhão já de S. Paulo tomar posse, e Logo partiram todos a tomar posse, e chegarão com treze dias de viagem, e no dia que chegarão, socavaram, e ao outro dia de manha tomaram posse, e que fizeram mais algúa experiencia, neste tempo souberam, que eu estava no Dezemboque as cobranças, logo no mesmo dia voltarão, ficando socavadores, e alguns botando roças, e a mim não me queriam dizer a verdade, só me disse o Comandante, que no socavam, que se deo, foram as bateadas de dous vintens , e a menor foi de vintem, e que o que vio seria perto de huma Legua de distancia com esta pinta para baixo não viram, nem para as Cabeceiras: mas tambem houve quem disse, que se tirarão algûas bateadas de quatro vintens: eu não seguro isto, mas vi o ouro muito melhor, que o do Dezemboque, disto ficou o Comandante dando parte para as Minas, e eu Logo parti para este Registo a dar parte a V.S. pois pertence a Comarca por estar dentro da divizão do bando do Sr. General de Minas., ficarâ deste Registo pouco mais de dous dias de viagem pela endireitura, donde se avistão os fogos, e deo Licença o dito Comandante para os socavadores entrarem até para dentro deste Registo. [...] Hê o que posso dar parte a V.S., que Deus guarde muitos annos. Registo de Itupeva 20 de agosto de 1765. De V.S. humilde soldado O sargento Jeronimo Dias Ribeiro. Alexandre de Souza Menezes.<sup>48</sup>

Deve-se registrar que a carta foi endereçada à Vila de Santos, em nome do governador Alexandre Menezes. O que indica que o sargento poderia não saber da posse do Morgado de Mateus como governador de São Paulo, bem como desconhecer que a sede militar da capitania voltara a ser em São Paulo e não mais em Santos.

Jerônimo Dias informou nesta carta que havia um capitão-mor e um vigário se dirigindo à região das Cabeceiras. O sargento se preocupava com essa movimentação, pois o pessoal de Minas Gerais se aproximaria do registro, além do mais os mineiros estavam invadindo terras que, ao menos para seus superiores diretos, eram paulistas. Ele informou que

---

<sup>48</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p 86-87. v. XI.

a distância entre o registro e o novo descoberto nas Cabeceiras poderia ser percorrida em até dois dias.

Essas são as primeiras informações sobre a existência de ouro na região do atual município de Caconde. Só para atentar, o ouro foi encontrado pelo sertanista Pedro Franco Quaresma em 1755 na região da Borda da Mata, no Rio Canoas (afluente do Pardo), que hoje corresponde ao município de Mococa; essa foi a primeira notícia de ouro na região das Cabeceiras do Rio Pardo. Isso é importante para a memória desses municípios. Foi em Mococa que se deram as primeiras descobertas de ouro e não, ao contrário do que já foi dito, em Caconde.

Voltando à questão da carta do sargento Jerônimo Dias, este, quando alertou os administradores da Praça de Santos sobre a movimentação dos mineiros, desencadeou a movimentação dos paulistas pela região. A carta motivou o Morgado de Mateus a enviar uma ordem de posse na região. Iniciava-se com isso outra disputa entre paulistas e mineiros pelas divisas entre as capitanias. Essas disputas eram antigas na região do Vale do Paraíba e nas proximidades da atual região de Bragança Paulista.

Para efetuar a ordem de posse dada pelo governador de São Paulo foi organizada uma comitiva liderada pelo capitão Inácio da Silva Costa, nomeado pelo próprio Morgado de Mateus. Essa diligência se destinava a tomar posse da região e também a obter mais informações sobre as minas de ouro do novo descoberto. No dia 14 de setembro de 1765, a comitiva do capitão chegou ao Registro de Itapeva. Inácio da Silva noticiou ao governador que corriam notícias naquele registro de que o Descoberto das Cabeceiras do Rio Pardo estava deserto. Era provável que os mineiros não estivessem mais ali. Disse também que não havia caminho até as Cabeceiras e por isso precisaria de cinco a seis homens fortes para cortar árvores, construir pontes, retirar mel e ajudar sua comitiva a viver naqueles meios.<sup>49</sup> Pedira essa ajuda ao morador da Freguesia de Mojiguaçu, Manoel Roiz de Araujo Belém, homem que, posteriormente, foi o responsável por assinar os primeiros recenseamentos da região.

Em resposta datada de 29 de setembro de 1765, o Morgado de Mateus ressaltou que as Cabeceiras do Rio Pardo integravam o território da Capitania de São Paulo, e que a posse do Descoberto das Cabeceiras era importante para evitar o descaminho do ouro. Também que ele, o governador, cuidaria para que os “povos mais vizinhos” concorressem para o êxito da diligência. Por fim, pediu que toda a movimentação dos mineiros fosse relatada a ele.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p 86. v. XI.

<sup>50</sup> Ibidem, p 86.

Aos poucos a administração paulista foi se fazendo presente nas Cabeceiras do Rio Pardo; a criação do Registro de Itapeva, da Vila de Mogi-Mirim e a comitiva do capitão Inácio da Silva representaram o significado que a restauração de São Paulo teve para a ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo, possibilitando, para os padrões da época, um maior acesso administrativo à região. Essa ação impediu que os moradores de Minas Gerais efetuassem a posse de mais um local tomado por Jundiáí. Havia condições para que eles tomassem posse das terras de Jundiáí, já que D. João V permitiu que os locais decidissem da melhor forma possível. Isso reforça a ideia de que a posse de um local por determinada capitania respeitava as condições de utilização e ocupação do local, não os tratados divisórios ou as resoluções vindas de Portugal.

O Registro de Itapeva possibilitou um aporte militar e fiscal à região, facilitando a chegada do capitão Inácio da Silva e a troca de correspondência com o governador. Havia também o auxílio dos “povos mais vizinhos”, um pedido do governador para que os moradores próximos, como os de Mogimirim, não desamparassem aquelas comitivas. Foram eles os responsáveis pela agilidade na troca de cartas, bem como pelo envio de alimentos e artigos como a pólvora para a região.

### **1.3 Nas Cabeceiras do Rio Pardo: A Ocupação Paulista**

A Capitania de São Paulo dispunha dos meios necessários para a ocupação e o estabelecimento de homens nas Cabeceiras do Rio Pardo: uma série de acontecimentos entre 1765 e 1766, registrados em diversas cartas, demonstra como São Paulo consolidou sua ocupação e posterior posse da região em questão. A diligência liderada por Inácio da Silva, a posição estratégica do Registro de Itapeva, as contribuições dos povoados e freguesias paulistas e a ação da administração paulista formaram um importante movimento de ocupação da região das Cabeceiras do Rio Pardo.

Toda essa movimentação está documentada por diversas cartas entre as autoridades e os sertanistas que penetraram na região. A primeira carta da comitiva enviada do local das Cabeceiras do Rio Pardo pelo capitão Inácio da Silva ao governador de São Paulo data de outubro de 1765:

Ao Governador:

Illm.º e Exm.º Snr. Sem contradição algúa, antes com geral satisfação de todos os offerrecimentos que me mandou fazer o cabo do emboque, dequanto me fosse precizo, cheguey hontem a este citio, onde se acha arranchado o Descobridor destas minas, que dista húa legua onde está o ouro; [...].

Aqui só se acha o Descobridor, com quatro camaradas seos, os quaes estão a sahir para fora por lhes faltar mantimentos, pólvora e chumbo, que nesta altura He summamente precizo para se poder viver; e diz não tornará a entrar senão para Março do anno que vem [...].

Neste deserto não há roseyro algú para asistirme com farinhas, e mais mantimentos precizos, pelo que ordeney ao sargento Jeronymo Dias, mos mandasse do Registo de Itapeva; e porque o caminho de La para cá He summamente máo, e extenço; e por me parecer muito conveniente abrirse a picada [...].

Das Geraes ainda não veyo resolução da parte pelo qual arespº deste descuberto, deo o cabo do Emboque pela qual se esperava para virem repartir as terras, [...] e de tudo o mais darey para a VEx.ª [...] Descoberto de N. Sr.ª da Conceyção de Outubro de 1765. Capitão Ignácio da Silva Costa.<sup>51</sup>

A carta detalhava como foi o percurso até as Cabeceiras do Rio Pardo, local em que os mineiros também andavam em busca de ouro. Inácio da Silva chama a atenção para a necessidade da abertura de uma picada entre o Registro de Itapeva e as Cabeceiras do Rio Pardo e por fim avisa que ainda não recebeu resolução alguma por parte dos moradores de Minas Gerais. O capitão não colocou o dia do mês em que a carta foi escrita. Mesmo assim, é possível que ela tenha chegado numa data próxima a 19 de outubro de 1765, data de sua segunda correspondência na região das Cabeceiras.

Illm. e Exm. Snr. Logo depois q'. cheguey a este descuberto, mandeyos Mateyros q'. me acompanharão, atraveçar o mato daqui pª. Itapeva para saber por onde melhor poderia abrir o cam.º p.ª por Ella entrarem as tropas carregadas, depois que VEx.ª for servido mandar repartir estas terras a quem as lavre sem ser preciso hir buscar a grande volta dº Emboque pª aqui [...].

Este Ribeyrão não tem tão pouco ouro como que pelo camº me disserão, pois me seguro o descobridor, q', poderá qlq trabalhador, fazer jornal de seis e oyto vintens por dia; e q'. pinta do mesmo modo, mais ou menos fundo, em distancia de húa legua e mais, porém como ocorre por entre morros e só junto dagua se trabalha, se senão descobrirem outros corrigos, poderseha acabar depreca o serviço deste.

O dº Descobridor, sahio já pª fora. comseos camaradas, por falta de mantimentos; e dizendome quando aqui cheguey, q' não tornaria senão pª Março do anno que vem, agora me disse hia só ajustar os mantimentos com lhos trouxesse; eque em 20 dias tornava para dentro, [...] para continuar sua deligencia.

Das Geraes ainda não chegou resolução algúa, a respeito das contas do Cabo do Emboque, de cujos acontecimentos, e de tudo omais q'. suceder darey PP

<sup>51</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p 86. v. XI.

a VEx.<sup>a</sup> [...]. Descobrimto de N. Sr<sup>a</sup> da Conceyção 19 de 8br<sup>o</sup> de 1765. Capitão Ignácio da Silva Costa.<sup>52</sup>

Não parece possível saber quantos dias de viagem levaram o capitão e sua comitiva para chegar às Cabeceiras do Rio Pardo. Pelo documento, a expedição passou pelo Emboque e depois se dirigiu à região das Cabeceiras. O que significa que a diligência do capitão não saiu direto do Registro de Itapeva para as Cabeceiras, passando antes pelas proximidades de Jacuí, no Emboque. Nota-se também um comentário sobre a quantidade de ouro existente na região. O capitão afirmou que não havia pouco ouro na região, ao contrário do que lhe fora assegurado. O empecilho era a localização de suas catas – espalhadas – e a necessidade de encontrar outras.

Em uma de suas cartas, ainda no registro e antes de partir para as Cabeceiras, o capitão afirmou que depois de chegar ao arraial do Emboque ele teria de marchar mais 13 dias até as Cabeceiras do Rio Pardo, em sertão deserto.<sup>53</sup>

A última carta enviada pelo Morgado de Mateus para o capitão, antes que ele partisse para as Cabeceiras, data de 29 de setembro de 1765; a primeira resposta após a chegada do capitão às Cabeceiras e com o dia do mês anotado se deu em 19 de outubro de 1765. Não se tem a pretensão de informar os dias exatos dessa viagem, mas esse período entre as cartas somado às informações de Inácio da Silva contribuem para estabelecer um parâmetro. A andança daquela comitiva pelo “sertão desconhecido” se deu, com certeza, entre os dias 29 de setembro e 19 de outubro. Caso eles tivessem partido e chegado nessas respectivas datas, a viagem teria levado cerca de 20 dias.

As dificuldades e o tempo de viagem também contribuíram para que o capitão Inácio da Silva pedisse constantemente em suas cartas a abertura de uma picada ligando a região do Descoberto do Rio Pardo ao Registro de Itapeva. Algo que facilitaria as ações de sua expedição e tornaria mais rápido o contato com os administradores paulistas. A abertura da picada facilitaria o acesso dos paulistas ao local, o que era fundamental para que São Paulo tomasse posse de fato do descoberto. Tem-se com esse pedido uma clara relação entre as necessidades de sobrevivência e o contexto de ocupação do interior paulista.

Atendendo a um pedido do Morgado de Mateus, que queria saber sobre os deslocamentos dos homens das Gerais, o capitão sempre enviava notícias da movimentação dos mineiros em relação às Cabeceiras do Rio Pardo. Na carta datada de 27 de outubro de

---

<sup>52</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p 86. v. XI.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 86.

1765 e enviada pelo capitão ao governador, havia um relato sobre a chegada às Cabeceiras do Rio Pardo de quatro homens “Paysanos” vindos do Emboque e trazendo uma carta do Governador das Gerais, informando que o pessoal de São Paulo não poderia adentrar na região do Emboque sem ordens do Vice-Rei, já que aquelas terras já eram de posse mineira (o Emboque, não as Cabeceiras do Rio Pardo).

Os paulistas tinham interesse em tomar posse do arraial do Emboque próximo a Jacuí, local disputado por São João del Rey e por Jundiáí. Por conta do Auto de Posse de Jundiáí em 1755, os paulistas achavam que esse arraial pertencia a eles. Já os moradores das Gerais consideravam aquelas terras suas, com base na posse efetivada pelo governador de Minas Gerais entre 1764 e 1765, quando ele percorreu pessoalmente as regiões conflituosas.

No primeiro dia de novembro de 1765 chegou a resposta do governador ao capitão. Enviou um parecer para que o capitão elegeisse os mais hábeis dos soldados para que ficassem no Descoberto do Rio Pardo junto com o alferes e que voltasse com o resto para “Sam Paulo”.

Numa outra carta, datada de 20 de novembro de 1765, o governador reiterou que o local onde o capitão se encontrava e o arraial do Emboque pertenciam a São Paulo. “[...] e lembrandolhe q’. os antigos Limites desta Capitania herão e deverão ser pello Rio Sapucahy; porem q’. como delligencia da demarcação estava a disposição do Sr. Conde Vice Rey, q’. a elle pertencia o decidir esta matéria e nós o estar pelo que elle fizesse.”<sup>54</sup> Por isso, em carta enviada em 19 de novembro de 1765, o Morgado de Mateus pediu a Inácio da Silva que conservasse a posse das Cabeceiras, sendo que o estado das coisas entre Minas Gerais e São Paulo não deveria se alterar.<sup>55</sup>

Seguiram-se outras cartas entre o capitão e o governador, datadas de 26 de dezembro de 1765 e 28 de janeiro de 1766. Nelas o capitão informava das dificuldades de caçar na região, do chegada feijão e do toucinho pela via de Mogi-Mirim e Mojiguaçu e da chegada da pólvora. Avisava também que os descobridores vindos de Minas Gerais continuavam no arraial do Emboque sem ainda dar notícias e que os “mateyros” que ele havia enviado para descobrir um caminho mais rápido para o Registro de Itapeva erraram o norte que deviam seguir, que depois de um mês ainda não havia notícias sobre eles.<sup>56</sup> Informou também que sofria de hemorróidas, o que impossibilitava sua permanência no local.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p 94. v. XI.

<sup>55</sup> Ibidem, p 92.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 93.

Em 28 de janeiro de 1766, o governador paulista ordenou a abertura de uma picada do Registro de Itapeva até as Cabeceiras do Rio Pardo:

Ordeno a Ignácio Cabral da Cunha passe ás Freguezias de Mogiguassú, e mirim, e nellas notifique e alliste, a minha Ordem, todos os Capitães do mato, e mais pessoas dezimpedidas de que necessitar, para effeito de poder hir endireitar a picada que sahe do Descuberto de N. Senra da Conceição para o registro de Itapeva, e para outras mais diligencias que se offerecerem do Serviço de S. Magesade para as quaes dou faculdade ao dito Ignácio Cabral da Cunha para os poder dominar, e os mesmos notificados serão obrigados a obedecerlhe, e se algum lhe não quizer obedecer no que o mesmo lhes ordenar: O Capitão Manoel Rodrigues de Araujo Belém, a quem mando ordem a este respeito, o mande logo prender, remeter á minha presença para ser castigado a meu arbítrio. Santos a 28 de Janeiro de 1766. D. Luiz Antonio de Souza.<sup>58</sup>

Nestes trechos destacados dos Documentos Interessantes é possível notar que o Descoberto do Rio Pardo era chamado de Nossa Senhora da Conceição, podendo ser um dos primeiros registros em relação ao nome da região. Nos documentos anteriores, o capitão Inácio da Silva assinara “Descoberto de N. S. da Conceição”. Interessante também nesse documento é a questão do castigo e arbítrio do governador, caso algum capitão do mato se recusasse a participar da empreitada.

O governador de Santos, Alexandre Luiz de Souza, enviou uma correspondência ao Governador e Capitão Geral de São Paulo em 25 de agosto de 1765. A carta explicitava o início das contendas entre as divisas de São Paulo e Minas Gerais. A linha traçada, em 1749, a mando do Capitão Geral das Minas Gerais, o conde de Bobadella, colocava os descobertos de Ouro Fino e Santa Anna na Capitania de Minas Gerais. Além desses dois locais, o Dezemboque também pertencia a Minas Gerais. Pela carta entende-se que o Dezemboque se localiza hoje nas proximidades de Jacuí e Cabo Verde, em Minas Gerais.

O administrador da Praça de Santos explicou os motivos dessas localidades estarem em Minas Gerais. A localidade de Ouro Fino ficou como posse de Minas Gerais, pois quando o Guarda-Mór, Batholomeu Correa Bueno de Azevedo, nomeado pelo governador de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, chegou às redondezas encontrou Cypriano José da Rocha, Ouvidor do Rio das Mortes, localidade de Minas Gerais, “*com hum grande número de Povo*”, impedindo o ingresso do Guarda-Mór enviado pela administração paulista. No caso do Emboque, isso foi motivado pelo abandono do local e a falta de alguém que cuidasse da “justiça dos povos”. Essa carta permite compreender que foi a ida do Governador das Gerais,

---

<sup>58</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p 97. v. XI.

Luiz Diogo Lobo, a essas redondezas que efetivou a posse de Minas Gerais na região: primeiro por ter traçado aquelas linhas por própria resolução, depois por passar as igrejas locais para o Bispado de Mariana em detrimento do Bispado de São Paulo.

Arrematando sua carta, o governador de Santos comenta sobre o descoberto de ouro nas Cabeceiras do Rio Pardo, “*que banha a estrada que desta Cidade segue para Goyaz*”. Para Alexandre Luiz de Souza, as divisas traçadas pelo governador de Minas Gerais colocaram esse novo descoberto dentro dos limites de São Paulo, só que o bando desse governador estava tomando o novo descoberto em prejuízo do Real Erário, pois o ouro ali extraído deveria ir para a Intendência de São Paulo, partindo, depois, para o Real quinto do Rio de Janeiro.<sup>59</sup>

Isso indica que logo após 1765 as Cabeceiras do Rio Pardo estavam sendo ocupadas, e o seu ouro explorado. Fosse por moradores das capitanias de São Paulo, de Minas Gerais ou de qualquer outro lugar. Tal situação era preocupante para a administração paulista, que temia o desvio do ouro, em prejuízo do seu erário. Era preciso alguma medida para evitar esse desvio. Havia também a necessidade de delimitar as divisas entre São Paulo e Minas Gerais e realocar para as vilas e arraiais os moradores dispersos pelo interior paulista, conforme as instruções enviadas ao governador de São Paulo.

---

<sup>59</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Carta do Governador de Santos ao Governador de São Paulo, 1765. p. 97. v. XI.



## **CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS CABECEIRAS DO RIO PARDO: O POVOADO, A FREGUESIA E A AGRICULTURA**

### **2.1 Divisas entre Minas Gerais e São Paulo no contexto das Cabeceiras do Rio Pardo**

A ocupação de Minas Gerais na região do Dezemboque deixou os guardas dessa capitania próximos da região paulista cortada pela Estrada dos Guayazes. Região que já se revelava importante, não só pela estrada, mas também por seu potencial agrícola. Para os paulistas, essas áreas que aos poucos tornavam-se posses de Minas Gerais eram da Capitania de São Paulo – tanto que, em 1755, Jundiá havia tomado posse delas. Os paulistas tentaram ocupar a região de Jacuí e Cabo Verde e não desistiram mesmo depois da ocupação mineira. Já os mineiros alegavam que, pela última linha traçada, parte do Rio Pardo, sobretudo as Cabeceiras do Rio Pardo, ficava em território de sua capitania. E tentaram ocupar a região.

Mesmo com as tentativas de posse pelas vilas de Jundiá e São João del Rey, o envio de tropas, mateiros e diligências, ou mesmo as visitas de autoridades, a indefinição territorial permanecia. Não eram raras as cartas entre os governadores de ambas as capitanias reclamando de áreas invadidas e do ouro desviado. Era conturbada a situação naquela região.

A carta do sargento Jerônimo Dias (1765), enviada para Santos e as expedições sob a liderança do capitão Inácio da Silva marcaram o início da ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo por São Paulo. Essas expedições tinham um motivo militar: fazer frente às guardas de Minas Gerais instaladas nas proximidades do Dezemboque. Aos poucos, as regiões do Dezemboque e das Cabeceiras do Rio Pardo foram se tornando território, respectivamente, de Minas Gerais e São Paulo.

Na tentativa de resolver essa questão a seu favor, o Morgado de Mateus impediu a exploração do ouro descoberto. Em 1767 foi dada uma ordem real que proibia a ocupação daquelas terras, bem como a exploração do ouro ali existente. Para informar a população local, o governador de São Paulo enviou uma carta ao alferes Felipe Corrêa que estava destacado no “Descuberto do Rio Pardo” avisando sobre a proibição. Esta carta é datada de 1767, nela não constam o mês e o dia, mas segundo uma nota de rodapé no volume XI dos Documentos Interessantes, foi enviada no mês de agosto.

Para o Alferes Feippe Corrêa que está destacado no Descuberto do Rio Pardo.

Vejo o que Vmcê. me diz tem obrado, impedindo ao Guarda-mór, que veio a esse Descuberto, a deligencia de socavar, repartir as terras, como pretendia fazer, e me parece que em tudo satisfez Vmc. ao que devia: E he necessario que Vmc. faça perceber a toda e qualquer pessoa, que intentar a mesma execução, que eu sou o maior venerador, e executor de todas as Ordens do Senhor General de Minas, porém, que neste ponto não posso ceder, porque as Ordens que Vmc. executa, e eu lhe mando, não são minhas, mas sim de S. Magestade que Deos Guarde, que tem ordenado que se impida este Descuberto [...].

E assim continue Vmc. a mesma proibição não só nesse Descuberto, mas em todos os mais que se quizerem intentar de novo por essas partes. Deos Guarde a Vmc. S. Paulo a..... de..... 1767. – D. Luiz Antonio de Souza.<sup>60</sup>

A carta ao alferes tratava do Impedimento da exploração do ouro no Descoberto das Cabeceiras do Rio Pardo, ordenado pelo próprio rei de Portugal. A medida foi adotada em 1767, dois anos após o apelo do governador de Santos ao seu imediato superior, o Morgado de Mateus. O Impedimento se referia claramente à exploração do ouro e à repartição de terras no local.

Isso indica que essa ordem régia pode ter sido originada por um pedido dos administradores de São Paulo, pois dessa forma teria mais poder do que uma medida local. Essa pode ter sido uma maneira de o governador de São Paulo evitar maiores perdas territoriais, bem como garantir a posse daquele descoberto para São Paulo. À primeira vista, parecia ser uma medida contrária ao movimento de ocupação da região, iniciado com a diligência do capitão Inácio da Silva. Mas não era bem assim. O Impedimento deve ser analisado dentro do contexto a que estava submetida a governança paulista daquele momento.

O Impedimento como ordem régia vinha em boa hora para os administradores de São Paulo. Essa medida interessava ao governador paulista, pois se evitava a perda de mão de obra da lavoura para a mineração e, também, a ocupação por moradores de Minas Gerais no descoberto, os quais, em tese, não podiam ocupá-lo por ser aquela uma ordem real. O Impedimento também agradava Lisboa, pois evitava o confronto entre membros do mesmo Reino, não enfraquecendo suas forças militares, tão importantes para o combate no sul.

Por sua vez, os governadores de Minas Gerais e de São Paulo estabeleceram um pacto de não evasão de divisas.<sup>61</sup> Estabeleceu-se que os moradores e representantes legais das vilas de São João del Rey em Minas Gerais e de Jundiáí em São Paulo respeitariam as divisas existentes – divisas já baseadas nas últimas posses tomadas pelas respectivas vilas, e não mais

<sup>60</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p. 86. v. XI.

<sup>61</sup> CAMPANHOLE, op. cit., p 73.

nas linhas traçadas tendo como base o Alto da Serra da Mantiqueira e os rios Sapucaí e Grande. Mas esse acordo não logrou grandes frutos entre as duas capitanias. Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Minas Gerais, pediu ao Morgado de Mateus que retirasse a guarda que havia colocado nas proximidades de Cabo Verde, desde sempre pertencente a Minas Gerais.<sup>62</sup> Contudo, o governador de São Paulo não retirou os destacamentos colocados no Descoberto do Rio Pardo, alegando que se retirasse aquelas guardas os moradores locais seriam perturbados.<sup>63</sup> Isso revela que mesmo com o Impedimento havia pessoas vivendo nas Cabeceiras do Rio Pardo, o que prova que já por volta de 1765 começou a se formar um arraial nas proximidades do descoberto. Em síntese, o Impedimento de Posse, mesmo sendo uma ordem real, junto com o acordo de paz não impediu a movimentação de pessoas no local, a possível fixação de algumas e o acirramento da disputa por aqueles territórios.

O governador paulista deveria ter lucidez sobre as dificuldades de se fiscalizar aquele novo descoberto. Seria difícil impedir a exploração do ouro. Temia-se que sem a mineração e a agricultura, o local ficasse abandonado, facilitando a ação dos mineiros na ocupação da região. Isso seria prejudicial à tentativa de reorganizar as divisas da Capitania de São Paulo. Essa necessidade ligada às divisas foi pauta de uma das instruções dadas ao governador:

[...] e da mesma sorte faça Vossa Excellencia tomar assento dos limites por onde deve partir a dita Capitania com a das Minas Geraes, e Goyaz, para com elle dar conta a Sua Magestade, e o mesmo Senhor resolver o que lhe parecer mais justo.<sup>64</sup>

Assim, concomitante às primeiras expedições oficiais e à proibição de se explorar o ouro das Cabeceiras do Rio Pardo, houve um crescente movimento populacional para a região. Isso porque sobre os moradores recaíam outras questões que não as burocráticas. Alguns estavam interessados na simples sobrevivência – pequenos agricultores expulsos das áreas agrícolas de exportação e abastecimento interno –, outros em enriquecer através de outras atividades – a mineração era uma esperança – e, por fim, havia proprietários de terra desejosos de expandir suas posses. A ação desses moradores representa o que se entende hoje como pressão dos locais. Por parte dos administradores luso-brasileiros havia o reconhecimento dessa pressão. Tanto o governador de Minas Gerais quanto o de São Paulo compreendiam a importância que esses moradores tinham nos seus projetos para as

---

<sup>62</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Correspondência do Governador de São Paulo D. Luiz Antonio de Souza. 1766. p. 284. v. XI.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 289.

<sup>64</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Demarcação pelo Vice-Rei Conde da Cunha: avizo Régio ordenando a Demarcação, 1765. p. 211. v. XI.

respectivas capitanias: ocupar e conhecer o interior, aumentar a população, diminuir a pobreza, definir as divisas de suas jurisdições, estimular a produção agrícola. Ambos estavam conscientes das dificuldades para evitar as andanças e a fixação no local.

A presença de agricultores e mineradores na região demonstra que esse era um ambiente que ia além da exclusividade militar. É verdade que, desde a criação da Capitania de Minas Gerais, a questão das divisas com São Paulo se tornou um sério problema, discutido entre cartas e intermediações dos homens que compunham a administração da América Portuguesa. Mas o problema das divisas ganhou outro status a partir da chegada de pessoas em busca de terras e diferentes ganhos: o ouro começou a ser retirado, outros fizeram plantações e houve quem se dirigisse para a Estrada de Goiás em busca de negócios. Com esses moradores alocados ali surgiram relações e obrigações dos administradores luso-brasileiros com a região: cobranças de impostos, escoamento de produção, abastecimento da população.

Com a descoberta do ouro e o início do povoamento, o problema de definição territorial e dos traços das divisas foi ampliado e ganhou novas perspectivas: disputava-se a população alocada ali, responsável pela geração de riquezas, proteção do território, aumento populacional. Assim, se houve tentativa de respeito ao Impedimento, ela teve curta duração e se restringiu à correspondência entre os governadores de Minas Gerais e São Paulo. O mesmo valeu para o pacto de não agressão. Na realidade, interessava às capitanias que suas vilas incentivassem e apoiassem a ida de moradores seus até as Cabeceiras do Rio Pardo e o Desemboque para estreitar os laços entre as capitanias e os novos arraiais que surgiam (arraial de Jacuí e arraial das Cabeceiras do Rio Pardo).

Trazer o movimento populacional para a compreensão da ocupação inicial das Cabeceiras do Rio Pardo implica uma nova abordagem para esse processo. As primeiras leituras tanto da bibliografia relacionada ao local, quanto das fontes escolhidas, indicam que a ação militar das duas capitanias foi preponderante no espaço que em cada uma ocupou a definição das divisas. Entretanto, essa constatação pode ofuscar a participação dos homens que se dirigiram para outras atividades nas Cabeceiras do Rio Pardo, e, por tabela, a relação existente entre a administração luso-brasileira e os moradores locais.

Considera-se que a ação militar na região foi motivada pela movimentação no local. O estabelecimento de territórios, apesar de importante, foi insuficiente para motivar a marcha da população das capitanias até as Cabeceiras do Rio Pardo e o Emboque. Somente após a chegada dos sertanistas Quaresma e Lustosa nos idos de 1755, a propagação das notícias de ouro naqueles rincões e o início da ocupação por volta de 1765, é que ocorreram ações mais

intensas por parte das capitanias envolvidas. Foi a fixação humana que estabeleceu o vínculo daquele local, até então pouco conhecido, com a administração portuguesa.

A chegada desses moradores exigiu que se organizasse o local. Era preciso evitar que o ouro produzido fosse desviado do erário, garantir o acesso daquela população à religiosidade, cobrar os impostos da produção, prover os locais de determinadas necessidades, como pólvora, sal e trigo. Os responsáveis menos diretos para isso eram as autoridades da Coroa, depois os administradores das capitanias. Os mais importantes eram os vereadores das vilas próximas, os grandes proprietários locais designados em cargos administrativos. Por isso era preciso definir o território. Qual vila e qual capitania seriam responsáveis por isso.

Essa definição levou em consideração os moradores locais, por meio de ações que foram aos poucos aproximando a administração colonial dos homens que se alocavam naquele interior. São essas ações administrativas que ajudam a compreender os motivos que levaram ao sucesso dos administradores paulistas na posse do Descoberto do Rio Pardo.

Um dos primeiros atos foi a criação da Vila de Mogi-Mirim em 1769. Importante passo para a ocupação paulista das áreas litigiosas do Sertão do Rio Pardo, essa ação se inseria na tentativa de reorganizar São Paulo, de acordo com as recomendações da Coroa ao governador. A criação da vila permitiu a incorporação do Sertão do Rio Pardo ao seu território. Isso foi feito, inclusive, em relação às áreas reivindicadas por Minas Gerais. Também era uma tentativa de fixar os moradores errantes na vila recém-criada.

Em 1771, oficiais da Câmara Municipal de Mogi-Mirim tomaram posse do Descoberto do Rio Pardo.<sup>65</sup> Aqui cabe uma ressalva, foi um ato de posse restrito as Cabeceiras do Rio Pardo e não a todo o Sertão do Rio Pardo, como afirmou Adriano Campanhole.<sup>66</sup> Houve com isso uma aproximação dos moradores paulistas, sobretudo da região de Mogi-Mirim e da Estrada de Goiás, com a região das Cabeceiras. Esses moradores tinham interesse na nova posse da vila: ganharam um pretexto oficial para a ocupação, pois era dever das autoridades locais proteger a região das investidas mineiras.

No ano de 1772, o governador de São Paulo permitiu a repartição dos descobertos de ouro nas Cabeceiras do Rio Pardo. Diferentemente do Impedimento de 1767 que coibia a exploração dos minerais existentes no descoberto, agora as catas auríferas eram divididas e repassadas aos cuidados de determinadas pessoas. Para o Jaguaré há uma lista dos mineradores que assumiram aquelas terras. Para as Cabeceiras do Rio Pardo, infelizmente, essa lista não foi encontrada.

---

<sup>65</sup> CHIACHIRI FILHO, op. cit., p. 24.

<sup>66</sup> CAMPANHOLE, op. cit., p. 91 -92.

Ordens para Repartir os Descobertos de Jaguary e Rio Pardo, 1772.

Ordeno ao Tenente Francisco Jozê Machado, a quem tenho provido no emprego de Guardamor de qualquer dos Descubertos do Rio Pardo, e Jaguary, passe ao dito Descuberto do Rio Pardo, e nelle execute as Ordens, q.<sup>as</sup> constão da copia junta, por mim rubricadas, que são as mesmas, que se expedirão ao Coronel Francisco Pinto de Rego, quando foi encarregado da mesma diligencia; visto que na ocazião presente não pode hir a ella, por se achar em outra no Descuberto de Jaguary; e para execução desta diligencia toda, e qualquer pessoa, a quem esta for apresentada, lhe darão o auxilio que pedido lhe for, assim de animaes para o seo transporte, como pondo-lhe Paradas prontas para remessa de cartas, que houver de remeter, a bem do Real Serviço, em ordem da execução de tudo, na forma ordenada nas Instruções, que acompanhão esta, como se ao dito Guardamor fossem positivamente dirigidas. São Paulo a 27 de Fevreyro de 1772. D. Luiz Antonio de Souza.<sup>67</sup>

No dia 4 de junho de 1772, o governador de São Paulo enviou uma correspondência ao sargento Manoel Roiz de Araujo Belém, instruindo-o sobre a repartição das terras dos descobertos. Primeiro ele deveria reparti-las entre os que estivessem ali ou fossem representados pelos seus bastantes procuradores, e mais tarde entre os demais que não couberam na primeira repartição. O governador mencionou também que se aplicassem castigos àqueles que se retirassem sem licença do descoberto por motivos fúteis.<sup>68</sup> A repartição dos descobertos entre os moradores que já estavam ali, e se preciso fosse, entre os que estavam por chegar, demonstra como se deu a aproximação da Capitania de São Paulo com os interessados naqueles descobertos. Muitos deles poderiam ter vindo de Minas Gerais.

Desde 1765, as expedições lideradas pelo capitão Inácio da Silva iniciaram o processo de reconhecimento do local e estabelecimento das guardas frente à força de Minas Gerais. Nos primeiros anos de ocupação essa guarda conviveu com a constante entrada de moradores, muitas vezes designados para isso, representando a Vila de São João del Rey e, por sua vez, a Capitania de Minas Gerais. Talvez muitos deles tivessem se instalado num daqueles descobertos de ouro. A força militar das guardas paulistas instaladas ali era insuficiente para conter a divisão dos descobertos.

Essa realidade possibilita inferir que a elevação de Mogi-Mirim ao status de vila e a permissão de repartição dos descobertos foram responsáveis pela efetivação daquele espaço como território paulista. Esses atos administrativos são importantes para a aproximação entre os moradores das Cabeceiras do Rio Pardo e a Capitania de São Paulo. Acontecimentos posteriores sedimentariam essa relação e o processo de territorialização. Só que esses dois atos permitem tornar menos absoluto o valor atribuído à disputa por territórios e o

<sup>67</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Jaguari Mirim. 1772. p. 143-144. v. XI.

<sup>68</sup> Ibidem, p 243-244.

estabelecimento de divisas como sendo os responsáveis pela ocupação de São Paulo nas Cabeceiras do Rio Pardo.

É necessária outra reflexão acerca disso: naquele momento eram levadas mais em conta as questões de ocupação e utilização do solo. Questões práticas ligadas às necessidades da época: novas terras para produção agrícola, aumento de lotes para a doação de sesmarias, e novos locais para a produção destinada ao abastecimento interno.

Obviamente, a partir dessas linhas desenhadas nos mapas, cada capitania, cada vila exigia o seu direito de ocupação, mas no fim o que valeu foi a ocupação efetiva e não as linhas traçadas. Ocupação efetiva que não pode ser explicada apenas através das questões militares e burocráticas: é preciso considerar também as atividades estabelecidas pelos moradores que se dirigiram para esses locais. Essa articulação permite entender melhor como os moradores contribuíram para a consolidação dos vínculos entre as capitanias e as regiões recém-ocupadas.

As ações burocráticas e militares de ocupação, no caso das Cabeceiras do Rio Pardo, atestam isso. O processo desencadeado pela exploração econômica do ouro e das terras das Cabeceiras também contribuiu para a ocupação paulista. O assunto do ouro na região nunca foi uma constante nas cartas e documentos dos governadores e burocratas da época. Isso não impediu a exploração aurífera na região, atividade que, juntamente com as questões burocráticas e militares, consolidou a ocupação paulista. Seria inclusive, num momento posterior, importante para justificar a presença de um corpo burocrático e militar nas Cabeceiras do Rio Pardo.

Além da questão militar, outro processo propiciou a formação territorial desses locais: a chegada de famílias, sertanistas, escravos, religiosos, em busca do ouro prometido naquelas terras. Pessoas que se instalaram e lançaram sua sorte na região, ficariam por ali ou sairiam de acordo com o desenrolar de suas pretensões e necessidades. Era uma situação bem diferente daquela dos militares de São Paulo alojados nas Cabeceiras, sob ordens, podendo abandonar o local a qualquer mando de seus superiores.

Foi a fixação do homem na região que estabeleceu o vínculo daquele local, até então pouco conhecido, com a administração portuguesa. A disputa pelas terras das Cabeceiras do Rio Pardo assentou-se na necessidade que as capitanias tinham de ocupar seu interior, postura administrativa que surgiu sob os auspícios da ilustração luso-brasileira.

Pensava-se ser necessário distribuir terras para que seus moradores as cultivassem tanto para si quanto para o comércio. Luís dos Santos Vilhena, português ilustrado do final do século XVIII, apontou que essa era uma forma, além de aproximar o Brasil das grandes

nações da Europa, de diminuir a pobreza dos colonos na América Portuguesa.<sup>69</sup> Para a administração luso-brasileira, a relação entre riqueza e agricultura, em plena época de surgimento das fábricas, não era mero conservadorismo de seus integrantes. Representava, por outro lado, o diálogo entre as necessidades e possibilidades existentes na Colônia: eram necessárias novas fontes econômicas para sustentar o império, bem como evitar a vadiagem e a pobreza que marcavam a vida dos colonos. As terras existentes, se bem divididas, cultivadas e administradas (fiscalizadas), permitiriam o atendimento dessas necessidades.

Como ocorreu em outras regiões, locais e contextos, o panorama histórico geral se fez presente, também, na formação histórica do Sertão do Rio Pardo e das Cabeceiras do Rio Pardo: lugares que expõem parte do movimento de interiorização do Brasil no século XVIII. Isso foi significativo, já que as capitânicas em questão se estruturaram a partir do seu próprio interior. Para São Paulo, a maior expressão política desse período talvez tenha acontecido sob o governo do Morgado de Mateus e a restauração da Capitania de São Paulo. Expressão política, pois São Paulo conheceu sua interiorização bem antes desse episódio, sobretudo no momento em que se voltou para o abastecimento do mercado interno. É possível dizer que com o Morgado de Mateus essa interiorização passava a sofrer influência da vida política pombalina.

Em relação à ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo é preciso, então, repensar o papel exercido pelas divisas. O que despertou de início o interesse da administração colonial pela região foram as andanças dos sertanistas naqueles rincões e suas notícias sobre o ouro. Isso atenua um pouco o impacto do fator “divisas” no processo histórico que levou à formação da região de Caconde.

A criação da Vila de Mogi-Mirim aproximou São Paulo do Sertão do Rio Pardo e, sobretudo, das áreas conflituosas com Minas Gerais. Nesse sentido, os interesses políticos de afirmar a posse e econômicos com a exploração do ouro/agricultura desviaram muitos olhares para a região das Cabeceiras do Rio Pardo. Uma terra nova sempre guarda alguma esperança. Foi nessa dinâmica marcada pela restauração de São Paulo, divisas com Minas Gerais, andanças dos homens, mineração, esperanças e pretextos oficiais que se deu, aos poucos, a fixação do homem nas Cabeceiras do Rio Pardo, formando um povoado com suas peculiaridades e semelhanças com o mundo da época. Divisas e minérios, militares e colonos – cada um desses fatores é insuficiente para explicar, por si só, essa ocupação. O todo,

---

<sup>69</sup> PENSAMENTOS Políticos sobre a Colônia. Cartas de Luís dos Santos Vilhena. **Arquivo Nacional**, 1987. p. 50. (Publicações Históricas 87).



entretanto, contribui para elucidar como esse povoado se formou a partir das expedições enviadas às Cabeceiras em 1765 e culminando com a repartição de terras em 1772.

A maneira como se deu a fixação do homem nas Cabeceiras do Rio Pardo caracterizou uma povoação dinâmica na região, marcada por mineradores, agricultores, militares. Pessoas que vieram das proximidades da Estrada de Goiás, das regiões de Ouro Fino e Jacuí em Minas Gerais, de Jundiá e Mogi-Mirim em São Paulo. O que possibilitou tal inferência foi a relação estabelecida pelas Cabeceiras com as regiões próximas. Um exemplo disso foi ação do sargento Manoel Rodriguez de Araujo Belém. Designado para assinar as listas do recenseamento de 1778 e enviar mantimentos às tropas que estavam nas Cabeceiras do Rio Pardo, ele arrematou boa parte das paragens localizadas nos rios que cortam o Sertão do Rio Pardo:

Provizão porque se aprova a arrematação que teve o Sargento Mor Manoel Rodriguez de Araujo Belém das Paragem dos Rios Jaguary, Mogy Guassu, Rio Pardo, Sapucahy por tempo de tres annos que principiari em Janeiro de 1778 a fim de Dezembro de 1780.

Conselho da Raynha Minha Senhora Gentil, a real Fazenda recebia de Manoel Rodrigues Belém hum conto, duzentos e sessenta e oito mil reis.<sup>70</sup>

Pouco se sabe sobre as posses de terras desse homem. Não se encontraram doações de sesmarias em seu nome nessa época. Tudo indica, entretanto, que ele era um grande proprietário de terras da região de Mogi-Mirim, justamente por sua ação efetiva na ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo, e também por essas paragens recebidas.

A ação de homens como ele, os demais sertanistas que se dirigiram para as Cabeceiras do Rio Pardo, redimensionou o papel das divisas na ocupação e formação do espaço. Permite entender o papel que a mineração representou para a formação do povoado na região. Considerar as divisas como perspectiva fundamental para entender o surgimento do povoado, deixando as questões da mineração em segundo plano, impossibilita a compreensão do dinamismo existente nesse local. A mineração permite entender a diversificação das atividades e o crescimento populacional do povoado, culminando com a criação da freguesia em 1775. Além disso, ela problematiza as definições das divisas a partir do escoamento do ouro, sua extração e os impostos, indo além do problema das linhas divisórias.

---

<sup>70</sup> ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro, códice 447, volume 2, 1774 – 1791, relativos à Junta da Fazenda de São Paulo.

## 2.2 A Formação do Povoado de N. S. da Conceição do Rio Pardo

Quando o português se estabeleceu no atual território brasileiro, ele estava imbuído da visão do colonizador cristão, bem como atento para estabelecer negócios com as coisas que a terra “nova” prometia. Logo de sua chegada, ele pensou no ouro e não tardou que a procura das minas começasse. Já no século XVII, havia incursões ao sertão não só para aprisionar o indígena e escravizá-lo, mas também para encontrar lugares que, no imaginário, estavam repletos de ouro.

A procura do ouro pelos sertões mesclava aspectos como a busca da sobrevivência, os estímulos da Coroa (que também necessitava das minas) e a visão paradisíaca construída acerca da América pelos europeus. Um interior marcado por coisas novas, repleto de ouro e outras riquezas. Algumas dessas perspectivas tinham laços com as visões indígenas acerca de lugares sagrados.<sup>71</sup>

As montanhas repletas de metais preciosos brilhavam aos olhos dos vassallos do Rei português. Mas não só eles. Nos administradores e governadores do Rei também estavam presentes a idéia de existência de tesouros nos sertões do Brasil. Já no final do século XVI, D Francisco de Souza, o sétimo governador geral do Brasil, organizou expedições oficial que se destinavam a procurar tais riquezas.<sup>72</sup>

A religiosidade e as necessidades econômicas levaram o europeu para o interior do Brasil. A vida não se restringia ao litoral, o interior era dinâmico para os moldes da época: as missões jesuíticas, os conflitos com os indígenas, o surgimento de quilombos, a produção agrícola, os fogos. Estabelecia-se uma relação complexa da população com o interior: ao mesmo tempo em que este era um lugar duro e amedrontador, também inspirava sonhos e esperanças. Estavam dados os ingredientes para a aventura, e aquela gente não se furtou a ela.

O movimento de interiorização do Brasil teve variações conforme a época em que ocorreu. Houve um primeiro momento marcado pela busca de minerais, aprisionamento do indígena para escravidão, alargamento das fronteiras para o gado. Nessa fase a interiorização era marcadamente ligada aos *simples moradores* buscando se afirmar na sociedade de então.

---

<sup>71</sup> KOK, Glória. **O sertão itinerante**. Expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004. p 26.

<sup>72</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 2007. p 71

Sem possuir grandes propriedades ou vivendo como negociantes, estavam distantes do acesso às câmaras locais, ao exército e aos cargos distribuídos pela Coroa.<sup>73</sup>

A partir do final do século XVII a situação se altera. Em primeiro lugar, por conta do início das atividades mineradoras nesse interior: a atividade mineradora possibilita o surgimento de redes de abastecimento interno, a formação de vilas no interior, a necessidade de fiscalização e escoamento do ouro retirado. Aspectos que exigem da administração luso-brasileira a organização e fiscalização daqueles locais.

Em meados do século XVIII, já num segundo momento, a circulação das ideias iluministas na Europa trouxe novas maneiras de se pensar o processo de interiorização do Brasil. A agricultura que era praticada nessa época se valorizou como forma de se alcançar maiores rendimentos para a Coroa, a diminuição da pobreza nas capitâneas do Brasil e o estreitamento da relação de Portugal com a Colônia americana, evitando-se desse modo a ação de povos estranhos – no caso, os espanhóis – nesses locais.

A chegada dos luso-brasileiros às Cabeceiras do Rio Pardo deu-se nesse segundo momento. Logo após Pedro Franco Quaresma e Lustosa terem desbravado os sertões do Rio Pardo e de Jacuí, os administradores das capitâneas de São Paulo e de Minas Gerais começaram a enviar expedições oficiais e oficiosas até aquelas regiões para tomar posse delas. Isso não foi exclusividade desse tempo. Entretanto, nas diversas documentações por parte dos paulistas que tratam da ida do capitão Inácio da Silva para a região, percebe-se a preocupação com a descrição minuciosa do local – quando o militar refere-se à quantidade e localização das catas, por exemplo. Ou mesmo com a necessidade de garantir o local dos provimentos necessários, como demonstram os pedidos do governador feitos aos moradores de Mogi-Mirim. Coisas que revelam maior proximidade entre os sertanistas e as unidades administrativas portuguesas no Brasil.

Por outro lado, a tentativa de controle também era maior. Nessas relações administrativas havia sempre uma questão de contrapartida explícita. Essa aproximação tinha um motivo claro para o pessoal da administração: definir fronteiras, agrupar os homens, fazer-se presente no interior e torná-lo produtivo. Na visão iluminista luso-brasileira, essas motivações alinhavam-se pela necessidade de estabelecer uma produção agrícola mais eficiente no Brasil.

---

<sup>73</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do IEB**, São Paulo, n 1, p. 83-85, 1966.

Em fins do século XVIII circulavam manuais de agricultura no país, trazendo informações sobre técnicas de cultivo.<sup>74</sup> Ao mesmo tempo, alguns intelectuais se escandalizavam com a parca produção de um território tão vasto, e atribuíam essa situação à dispersão e à “vagabundagem” dos moradores; alguns chegaram a afirmar que a exploração aurífera em Minas Gerais não passara de ilusão, sendo prejudicial aos negócios da Coroa e do Brasil. Antonil já havia previsto que os lucros da produção aurífera iriam parar em reinos estranhos ao de Portugal, ou, quando ficassem seriam usados em gastos supérfluos e gerariam desavenças e corrupções entre os homens.<sup>75</sup> Muitos membros da sociedade portuguesa tinham sérias ressalvas a mineração, isso quase um século antes de sua crise no final do século XVIII. Essa posição se dava por muitos desses homens serem aliados da elite açucareira ou por se assustarem com a pressão das mudanças exercidas pela mineração.<sup>76</sup>

O estudo da ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo elucida como havia contradições entre os interesses locais e o pensamento dos administradores para a organização do Brasil no conjunto do Império Português. Ora, enquanto eram feitos planos sobre a expansão agrícola no Brasil, se estudavam técnicas agrícolas, os “homens simples” – como mencionou Sergio Buarque de Holanda – ficaram ávidos com as notícias do ouro existente no Descoberto do Rio Pardo. Para eles, muito provavelmente, o brilho do ouro parecia bem mais atrativo do que o trabalho duro nas lavouras ou no pastoreio do gado.

Como se sabe, o Morgado de Mateus e os demais responsáveis pela administração da Capitania de São Paulo estavam subordinados à política da metrópole portuguesa, e ao mesmo tempo se encontravam em contato direto com os colonos, súditos e moradores do Brasil. Talvez isso pareça óbvio, mas por traz havia um sério conflito político-administrativo.

É recorrente a afirmação de que Portugal do século XVIII, sobretudo no período pombalino, foi um típico Estado Absolutista. Entende-se esse tipo de Estado, dentre vários aspectos, como uma força político-administrativa com poder absoluto sobre seus súditos, sendo que estes respeitavam os mandos vindos das unidades centralizadoras. Algumas perspectivas historiográficas demonstraram que essa força centralizadora e unitária do Antigo Regime apresentou limites frente aos seus súditos. Havia em vários Estados absolutistas uma considerável tensão entre poder central e poder local, tanto nos seus domínios continentais –

---

<sup>74</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>75</sup> ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. p. 194.

<sup>76</sup> SOUZA, op. cit., 2006. p. 86

européus – quanto em suas possessões do ultramar.<sup>77</sup> Apesar dessas considerações, os modos de se governar na Europa desse período são caracterizados pelo Absolutismo: as decisões são tomadas em torno do rei e de seus conselheiros em detrimento da convocação das Cortes.

Para Laura de Melo e Souza, muitas das idéias surgidas em Lisboa chegavam ao ultramar português com sentidos distintos. Havia uma resistência das medidas centralizadoras da Coroa. A situação era tal que membros do Conselho Ultramarino – criado em 1642 para a administração do além mar português, sobretudo para os negócios do Atlântico – pediam que se substituísse os governadores dessas regiões por outros mais “virtuosos”<sup>78</sup>. Essas medidas representavam políticas militares, expansionistas, fiscais, para a organização da América Portuguesa.

Então, no caso do Império Português, muitas das ordens reais e os demais ofícios vindos de Lisboa tinham pouca eficácia nas terras americanas. Isso foi, em parte, motivado pelos interesses distintos entre os locais e a Coroa, a distância entre as elites coloniais e o corpo burocrático de Lisboa, e as autonomias conquistadas pelos locais através do recebimento de títulos e honrarias ou, mesmo, pelo aumento do poder econômico.

Ao longo do século XVIII a América Portuguesa passou por uma expansão agrícola. Áreas onde antes se desenvolvia um tipo de agricultura destinada à subsistência, às vezes voltada a um pequeno comércio, passaram a perder espaço para a agricultura de exportação. Esse processo favoreceu o surgimento de um grupo mercantil residente, ligado à exportação ou à produção para o mercado interno.<sup>79</sup> Assim, a pressão por novas terras aumentava; outros espaços passaram a ser ocupados, seja pela agricultura de excedentes, seja pelos fogos de subsistência, expulsos dessas regiões de grande produção.

Essa necessidade por terras criava uma série de conflitos entre os locais: as câmaras das vilas, representando essa nova elite, tentavam tomar posse dos vastos sertões. Surgia, então, a necessidade da intervenção da Coroa nesses contratempos, mas suas ações nem sempre agradavam a todos. Configurava-se aí um exemplo de atrito entre o poder local e o poder central português. A descoberta de ouro nas Gerais causou a interiorização e extensão da agricultura de subsistência, aumento do fiscalismo sobre a produção no Brasil e maior controle do comércio pela elite mercantil em detrimento dos produtores agrícolas. O reforço

---

<sup>77</sup> SOUZA, Avanete Pereira. Poder local e autonomia camarária no antigo regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI e XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p 312.

<sup>78</sup> SOUZA, op. cit., 2006, p. 88.

<sup>79</sup> FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e proposta de mudanças. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI e XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 303.

do controle da Coroa no Brasil implicava no aumento da distancia entre ela e seus vassallos luso-brasileiros.<sup>80</sup>

Caio Prado Junior já observara, em suas considerações sobre a vida social no Brasil e sua administração, que as autoridades locais eram sensíveis contrapesos a ação dos governadores das Capitâneas, representantes diretos do Reino de Portugal no Brasil.<sup>81</sup> As autoridades locais representavam os interesses daqueles a quem representavam diretamente, como os moradores das vilas, os mercadores locais, os homens-bons. Eles negociavam com os governadores gerais e os representantes locais da Coroa nessas capitâneas, como São Paulo.

Ainda contribuía para esses conflitos as questões recorrentes como os impostos, o problema do abastecimento, a necessidade de obras públicas – a abertura de picadas ou a construção de pontes, por exemplo. Quando a política da metrópole colidia com os interesses locais, os governadores nomeados pela Coroa eram afetados, recebiam pressões e protestos diretamente de ambos os lados, tanto dos representantes políticos dos locais quanto dos representantes da Coroa. A ação do Morgado de Mateus com o Impedimento de Posse parece se encaixar nessa situação complexa entre os interesses metropolitanos e os locais.

Para a Coroa não interessava a exploração do ouro nas Cabeceiras do Rio Pardo; primeiro, porque era um momento em que o fomento agrícola parecia ser a alternativa mais viável para o aumento das rendas vindas de São Paulo; segundo, porque o ouro que havia ali era escasso e sua extração não compensaria os custos envolvidos. O ouro das Cabeceiras inicialmente se configurou mais como um problema do que uma solução, pois sua exploração desviaria a mão de obra destinada à agricultura e acirrava, ainda mais, as disputas entre mineiros e paulistas pela região.

Por outro lado havia os interesses locais. Se, para os administradores da Coroa, a exploração do ouro não valia a pena, para os moradores da região o quadro era outro. Apesar de ser comum na época, a produção para a sobrevivência não era fácil, muitos dos que recorriam a ela estavam em condições precárias. Capitães do mato, pequenos roceiros, mateiros – homens que se embrenhavam pelo sertão para melhorar suas condições de existência – imaginaram na possibilidade da mineração nas Cabeceiras do Rio Pardo uma forma de sair dessa vida dura. O ouro lhes parecia uma atividade mais rentável. Nessas condições a ida dos aventureiros para as Cabeceiras do Rio Pardo foi inevitável.

No começo do século XVIII, quando as “minas gerais” já estavam em plena produção, os paulistas continuavam com suas andanças pelo sertão. Em 1718, Pascoal Moreira Cabral

---

<sup>80</sup> LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p 123.

<sup>81</sup> PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. p 306.

empreendeu a expedição que abriria a era das monções e descobriria o primeiro ouro de Mato Grosso. O sertanista ia à caça de índios quando encontrou casualmente pepitas de ouro cravadas nas margens do rio Coxipó-Mirim.<sup>82</sup>

Tais desbravadores foram responsáveis pela ocupação do interior do Brasil. É importante lembrar que a mineração no século XVIII não se restringiu a Minas Gerais: ocorreu uma coexistência entre a região de Ouro Preto e outras de jazidas menos importantes. Havia mineração no sul da Bahia, em Goiás, Mato Grosso, e nos pequenos focos de produção em Minas Gerais e São Paulo, como o sertão do Jacuí e as Cabeceiras do Rio Pardo.

Foi nesse contexto marcado pela esperança de encontrar ouro que, na década de 1750, os sertanistas Quaresma e Lustosa se tornaram um marco na ocupação da região leste da Estrada de Goiás (Cabeceiras do Rio Pardo e a região de Caldas). Francisco Lustosa era de Minas Gerais, Pedro Franco Quaresma era de São Paulo. Em certa medida, eles iniciaram a disputa entre paulistas e mineiros pela região; bem como a discussão – tão presente nas memórias sobre a região – acerca da capitania responsável pelo início dessas ocupações. Afora isso, foi a partir deles que as notícias do ouro na região correram entre os sertanistas e representantes da Coroa.

Eram apenas boatos, mas foram suficientes para atizar as esperanças dos governantes e dos moradores de Minas Gerais e São Paulo. Pouco se sabia em relação a esse ouro: sua quantidade, os locais onde ele estava e sua qualidade. As coisas começaram a clarear conforme o capitão Inácio da Silva Costa, líder das primeiras expedições nas Cabeceiras, retornava com detalhes sobre a localização e a quantidade daquelas catas. Já em suas primeiras correspondências, o capitão informou que “o ribeirão não tem tão pouco ouro” como haviam informado, mas as catas eram espalhadas.<sup>83</sup> Isso dificultava e encarecia a prospecção.

As catas de ouro nas Cabeceiras estavam dispersas pelos córregos que alimentam o Rio Pardo. Sabe-se que os riachos nos quais se explorou ouro no século XVIII são, em Mococa, o Canoas; em Caconde, os córregos do Bom Sucesso, da Conceição e do Bom Jesus. Sobre o ouro no Canoas há pouca informação. Sua descoberta se deu em 1755 com as andanças de Pedro Franco Quaresma. O Rio Canoas corta atualmente o município de Mococa, suas águas separam esse município paulista do município mineiro de Arceburgo. As catas nesse rio, provavelmente, eram escassas, pois não há relatos sobre sua exploração.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> KOK, op. cit. p. 20.

<sup>83</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p. 90. v. XI.

<sup>84</sup> Vide mapa detalhado do Município de Caconde na p. 137.

Havia ouro também no córrego do Bom Sucesso. Esse foi o primeiro a ser averiguado pelo capitão Inácio da Silva. Em suas cartas endereçadas ao governador de São Paulo, ele relatou a pouca quantidade de ouro encontrada. Também informou sobre a tentativa dos mineiros de explorar aquele riacho. Já no córrego da Conceição foi descoberto ouro em outubro de 1771. Suas catas estavam nas vertentes de um ribeirão chamado Amador Bueno.

Ao Capitão Ignacio da Silva Costa no Descoberto do Rio Pardo, 1771.

Pela parte que V.M. me dá de 20 do corrente, fico no conhecimento das diligencias em que se tenha empregado o Capitão Manoel Rodrigues de Araujo Belém antes de sua chegada e das que V.M. novamente fez promover a fim de embarçar o absoluto procedimento dos Geralistas sobre o território que nos pertence [...].

Como elles abandonarão o sitio do Bezerra transmutando a Guarda que ahy tinham para o Pinheirinho a fim de hirem postar no descoberto que fizerão os irmão de Ignácio Cabral no ribeirão chamado de Amador Bueno, que dece das mesmas vertentes do da Conceição a dezaguar no Rio Pardo, com o projectto de se apossarem delle e repartilo, obrou V.M. com muito acerto em tomar a resolução de adiantar Guardas sobre o mesmo Ribeirão com as Ordens que passou para o defenderem, e não consentirem que os nossos opostos tomem a posse que pertendem.

Isto mesmo praticará V.M. no sitio do Bezerra mandando ocupar sem demora o lugar evacuado da sua Guarda para que ahy se não tornem a introduzir depois de a terem abandonado.

[...]. Deos guarde a V.M. S. Paulo, 25 de Outubro de 1771. –D. Luiz Antonio de Souza.-Sr. Capitão Ignacio da Silva Costa.

Para o Alferes Felipe Corrêa que está destacado no Descuberto do Rio Pardo.<sup>85</sup>

Esse documento é bem significativo. Nele estão apontadas as questões das divisas, do ouro, da administração e dos moradores locais. Percebe-se que essas coisas são interdependentes.

A nova descoberta nas Cabeceiras também era reivindicada pelos mineiros, que tinham a intenção, segundo a carta, de repartir aquelas terras. Para conter esse avanço os paulistas instalaram uma guarda no local, deixando a região do Bom Sucesso sob o risco de ser ocupada. O documento mostra também que havia sertanistas pela região. Os acontecimentos não se deram separadamente, mas em conjunto.

A presença dos sertanistas foi significativa. Buscando ouro, precisando plantar para a sobrevivência, construir suas moradas e templos, esses aventureiros começaram a se estender pela região compreendida como Descoberto do Rio Pardo: descobriam novas catas, abriam clarões nas matas e construía os caminhos de ligação e picadas. Aos poucos empreenderam

---

<sup>85</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Appendice (documentos encontrados depois das secções a que pertencem.). 1771. p. 919-920. v. XI.



a transformação do local. Esses primeiros moradores foram os que desafiaram a proibição de 1767, convivendo com as guardas paulistas instaladas ali por volta de 1765. Provavelmente, foram eles que partilharam os descobertos divididos em 1772.

Ater-se apenas aos recenseamentos, para compreender o crescimento populacional, dificulta a análise para o período anterior ao primeiro recenseamento, realizado em 1778. Sem os recenseamentos fica difícil tratar da população, mas a documentação investigada para o período anterior indica um movimento humano de soldados e sertanistas pela região, e muitos deles se fixaram no local.

Em 1771 foi feita uma lista com os soldados que seriam destacados para o Descoberto do Rio Pardo. Eram seis homens. Nos anos seguintes houve pedidos do governador para a assistência de farinhas e outros mantimentos para as guardas destacadas no Descoberto da Conceição do Rio Pardo. Agora o nome Conceição aparece, indicando que essa guarda poderia estar próxima ao córrego com o mesmo nome.<sup>86</sup>

Mas nem tudo foi documentado, e talvez muitas pessoas que se dirigiram para lá atrás do ouro não tivessem suas andanças registradas. Fugitivos, empobrecidos, aventureiros, mascates, negociantes. Havia ouro, havia caminho, não lhes faltavam motivos e atrativos para se dirigir às Cabeceiras do Rio Pardo. Nesse sentido, a repartição dos descobertos em 1772 indica que esse movimento humano era contínuo. Percebe-se a preocupação com os diversos auxílios para a região do “Descuberto” do Rio Pardo, inclusive com os entrepostos para a troca de cartas entre o sertão e as vilas. Era constante a preocupação com a manutenção daqueles homens ali, desde o envio de “cavallos” até a remessa de mantimentos.<sup>87</sup> Aumentavam, aos poucos, as despesas da capitania paulista com as Cabeceiras do Rio Pardo, criando uma nova rede de abastecimento de animais e alimentos com o interior do Brasil.

No começo da década de 1770 houve um constante movimento de soldados até as Cabeceiras. Dirigiam-se até lá para levar dinheiro, trocar as guardas sediadas no local e enviar informações. Também houve um sensível aumento do número de componentes daquele destacamento.

O soldado Vicente da Companhia de Silva, que vay destacado para o Rio Pardo com mais sinco camaradas, que contão da lista por mim rubricada receberá a importancia de vinte e dous mil quinhentos e secenta rs. com que lhe mando assistir a conta dos seos soldos, e desta tirará a quantia de seiscentos e quarenta rs. de cada hum, que emportão ao todo trez mil e oitocentos e quarenta rs. para o necessario sustento para todos na marcha que fizer desta cidade para o dito Destacamento onde se acha o Sargento Ironimo

---

<sup>86</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Jaguari Mirim. 1772. p. 145-146. v. XI.

<sup>87</sup> Ibidem, p 144.

Dias Ribeiro [...] S. Paulo a 17 de março de 1772. – D. Luiz Antonio de Souza.<sup>88</sup>

As quantias de dinheiro eram enviadas através dos próprios soldados, possivelmente não havia encarregados específicos para isso. O soldado Vicente, provavelmente, era um daqueles seis guardas que foram enviados ao Descoberto em 1771. A ida desses soldados indica também que havia a preocupação com a questão dos extravios de ouro na região. Os guardas alocados eram responsáveis pela fiscalização daqueles descobertos recém-divididos.

Ainda em 1772, foi escrito um requerimento pelo procurador da Coroa e Fazenda Real da Capitania de São Paulo. Era o Doutor João de S. Peixoto, que tratou no documento da questão dos extravios de ouro na região das Cabeceiras do Rio Pardo:

Ilmo. Exmo. Sr. – Diz o Procurador da Coroa, e Fazenda Real desta Capitania de Sam Paulo o Doutor João de S. Peixoto, que repartindose o Descoberto do Rio Pardo no Destricto desta Capitania as Pessoas, que do mesmo vem, e passam pelo Registo, que se acha estabelecido na Borda do Matto, trazem ouro em pó do dito Descoberto em limitadas parcellas, querendo com elle passar para a Capitania das Geraes, o que se lhes não pode permittir, por ser em prejuízo da Real Fazenda, porque vindo para a Real Caza de Fundiçam desta cidade, na mesma paga os Quintos, e hindo para a Capitania de Minas, se confunde com as cem arrobas, a que esta obrigada a dita Capitania annualmente, e assim para que não haja extravio algum do ouro daquelle Descoberto para diversa Capitania [...]. O Procurador da Fazenda Joam de S. Payo Peixoto.

Despacho. – Vay difirida com Portaria, que se passou a este respeito para a Junta dar as providencias necessarias. S. Paulo a 22 de setembro de 1772. – D. Luiz Antonio de Souza.<sup>89</sup>

Essa carta demonstra que, logo após a chegada da diligência enviada pelo Morgado de Mateus, a exploração do ouro se intensificou na região. Até 1772 são poucas as informações sobre essa exploração, antes disso só se sabia de um homem, provavelmente mineiro, que estava vivendo na região quando da chegada do capitão Inácio da Silva. O escrito revela, ainda, que em 1772 já havia uma mineração considerável no local. Note-se a preocupação em organizar essas catas para que a retirada do ouro fosse fiscalizada, não prejudicando a arrecadação no local. Mesmo com a repartição de terras feita em fevereiro de 1772, ainda persistiam os extravios do ouro em pó.

A relevância da produção aurífera nas Cabeceiras do Rio Pardo acarretou a instalação de um registro na Borda do Mato. Sabe-se que em 1772 ele já estava instalado na região. Para reiterar, a região da Borda do Mato ficava nas proximidades do Rio Canoas (afluente do

<sup>88</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Questão do Jaguari Mirim. 1772. p. 145-146. v. XI.

<sup>89</sup> Ibidem, p 164-165.

Pardo) entre os atuais municípios de Arceburgo e Mococa. Foi na Borda do Mato que se deram as primeiras descobertas de ouro na região, com as andanças da comitiva de Pedro Franco Quaresma em 1755.

Houve também – juntamente com o desenrolar da ocupação militar e burocrática – ocupação para fins de sobrevivência. Um registro desempenhava outras funções além daquelas relacionadas com os limites. Com funções variadas, servia para a coleta de impostos em suas respectivas áreas, aproximava a administração geral dos trechos mais longínquos, permitia a presença burocrática nessas regiões, facilitava a troca de correspondências. A instalação de um registro na Borda do Mato atesta que havia deslocamentos, bem como uma fixação expressiva nas Cabeceiras do Rio Pardo.

Provavelmente sítiantes habitaram os arredores das Cabeceiras do Rio Pardo dedicando-se à agricultura de subsistência. Sabe-se que muitos desses agricultores se estabeleciam pelos sertões da Capitania de São Paulo e se infiltravam ainda mais por eles conforme a distribuição de sesmarias avançava pelo interior.

Alguns aspectos da agricultura de subsistência devem ser comentados. Alguns estudos observaram a agricultura de subsistência como algo negativo e estagnado.<sup>90</sup> Entretanto essas atividades foram essenciais para a expansão das fronteiras da América portuguesa e para a dispersão e o aumento populacional em diferentes regiões, além disso estavam inseridos no contexto colonial/mercantil do Brasil, sendo a “retaguarda” da “atividade maior” que era a agricultura de exportação e mineração.<sup>91</sup>

Isso pode ser verificado no Sertão do Rio Pardo, sobretudo na vizinhança da atual Mogi Mirim. Junto com a abertura da Estrada de Goiás foram doadas diversas sesmarias em suas proximidades. Também, em meados de 1770, a região de Mogi Mirim, Piracicaba, Sorocaba e Jundiá começou a se tornar um importante pólo produtor de açúcar voltado para a exportação. Aos poucos essa região, que ficaria conhecida como quadrilátero da cana, foi sendo marcada pela concentração de sesmarias em detrimento das pequenas propriedades.

A relação entre os sesmeiros e os donos de fogos ou pequenos proprietários podia ser conflituosa, isso porque a expansão das sesmarias se dava em locais onde os fogos já estavam estabelecidos. No jogo de forças entre o sítiante e o sesmeiro, muitas vezes, era este último que saía em vantagem, o que forçava os pequenos agricultores a se mudar para “novos” sertões. Essa realidade vivenciada pelo pequeno sítiante e o processo de doação de sesmarias

---

<sup>90</sup> LAGES, José Antonio Corrêa. **O povoamento da mesopotâmia pardo-mojiguacu por correntes migratórias mineiras: o caso de Ribeirão Preto (1834-1883)**. Franca: UNESP, 1995. (mimeo).

<sup>91</sup> LINHARES, op. cit., p. 118.

no quadrilátero da cana e no Sertão do Rio Pardo contribuíram para o povoamento das Cabeceiras do Rio Pardo.

Esse processo leva a considerar que as Cabeceiras do Rio Pardo foram ocupadas por esses pequenos agricultores. Se havia soldados e pessoas vivendo do ouro, havia outras, quando não as mesmas, praticando a agricultura, a pecuária e diferentes negócios. O ouro convivia com outras atividades na região. Isso não ocorreu apenas em garimpos pouco expressivos como os das Cabeceiras: estudos feitos sobre as principais regiões mineradoras de Minas Gerais, como Vila Rica, revelaram que essa exploração sempre conviveu com outras atividades econômicas. Mais ainda, as pesquisas mostraram que a exploração aurífera permitia uma complexidade econômica tal, que quando se dava seu colapso as demais atividades continuavam a existir.

No curso de meio século, a economia de Minas Gerais, que se baseava numa única mercadoria, o ouro, evoluiu para uma base muito mais ampla. Da função inicial de atender diretamente aos mineiros, muitas empresas comerciais diversificaram os mercados e as redes de oferta para abranger a comunidade como um todo. Dessa maneira, tornaram-se menos dependentes do fluxo e refluxo das fortunas das minas e mais capazes de sobreviver ao eventual colapso da indústria mineradora. A oferta de gêneros alimentícios para as minas e o crescimento de uma indústria da construção proporcionaram dois exemplos desse processo.<sup>92</sup>

Analisar a vida econômica de Vila Rica atesta a diversidade de atividades numa região aurífera. Havia, em conjunto com a mineração, numerosas atividades econômicas ligadas ao abastecimento. Isso não reduz a importância da atividade mineradora feita no local, pois foi ela a responsável pela emergência daquelas vilas mineradoras.<sup>93</sup> Esse aspecto é importante para referenciar outras regiões que têm como características atividades predominantes ou muito específicas, pelo menos no curso inicial de sua ocupação e formação. Foi o caso das Cabeceiras do Rio Pardo. Formou-se ali um povoado de atividade predominante, em volta dela outras atividades surgiram para assegurar o sustento dos garimpeiros e daqueles que não participavam diretamente da extração do ouro. A ida de mineradores até lá desencadeou a necessidade do abastecimento, organizaram-se assim a pecuária e a agricultura. Junto delas apareceram os negócios pelas picadas e estradas para vender o excedente. Juntamente com a

---

<sup>92</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América latina colonial**. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. p. 502. v. II.

<sup>93</sup> BOSCHI, Caio. Nem tudo que reluz é ouro. In: SZMRECSANYI, Tamás. **História econômica do período colonial**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 58.

ação militar e burocrática, as atividades econômicas foram parte do povoamento inicial das Cabeceiras do Rio Pardo.

A ocupação do interior do Brasil foi algo bem dinâmico: cada região, cada lugarejo teve suas especificidades. Isso não exclui os aspectos em comum. Percebe-se que junto das comunidades surgidas pelo interior se desencadeavam no entorno atividades econômicas e burocráticas para o sustento e a permanência dessas novas paradas. Através de uma política deliberada, a Coroa incentivava o estabelecimento de vilas e moradores nesse interior. Fazia isso com a concessão de terras aos novos colonos e o apoio aos “intransentes”, por exemplo. A partir desses novos pontos de ocupação, outros iam se desencadeando<sup>94</sup>; algo fundamental para os vínculos regionais que persistem ainda hoje.

Essa característica econômica e política da ocupação do interior brasileiro no século XVIII instaura um diálogo entre o regional e os aspectos mais abrangentes. Nesse sentido, o estabelecimento do registro na região da Borda do Mato em 1772 pode elucidar tanto as questões mais gerais, como aquelas mais específicas. Sua criação contribuiu para estabelecer os vínculos do povoado que surgia nas Cabeceiras do Rio Pardo com a Capitania de São Paulo.

O Registro de Itapeva fora criado por conta da agricultura canavieira e da fundação da Vila de Mogi-Mirim. O acesso à região do Itapeva havia sido facilitado, aos poucos esse ponto deixou de ser tão “inóspito”. As Cabeceiras do Rio Pardo se tornavam um dos lugares mais longínquos do sertão ocupado pelos paulistas (nesse período, outras regiões consideradas distantes também estavam sendo ocupadas em São Paulo). Com essa movimentação, a região do Itapeva deixava de ser um dos “últimos” pontos do sertão paulista, agora essa qualificação correspondia às Cabeceiras do Rio Pardo. O novo descoberto exigia um registro não só pela sua condição, também pelas coisas ali produzidas e as divisas com Minas Gerais.

Tudo indica que os papéis assumidos pelo Registro das Cabeceiras do Rio Pardo foram: fiscalização da produção, infiltração pelo interior, entreposto de cartas. Isso porque era um registro alocado num lugar de ocupação recente, as diversas cartas entre os sertanistas e locais com a Vila de São Paulo permitem essa conclusão. Encontrou-se na bibliografia analisada poucas inferências sobre registros. Talvez suas funções fossem condicionadas pelos problemas locais – em algumas áreas desenvolveram uma função fiscalizadora, em outras uma função militar.

O Registro da Borda do Mato foi cravado numa região pressionada. A ocupação do sul de Minas Gerais estava sendo acelerada pela pecuária, enquanto no nordeste de São Paulo

---

<sup>94</sup> RUSSEL-WOOD, op. cit., p. 485.

havia a expansão da agricultura canavieira para exportação. As transformações econômicas nessas áreas foram importantes no movimento populacional em direção à atual região de Caconde. Como já foi dito, essa expansão agrícola exigia que muitos dos pequenos proprietários fossem buscar seu sustento em outras áreas, como os descobertos. Além do atrativo da mineração do ouro, havia a pressão populacional em relação às Cabeceiras do Rio Pardo. Compreender a instalação do registro juntamente com a pressão populacional permite ainda algumas reflexões sobre o papel que a agricultura exerceu nas Cabeceiras do Rio Pardo.

O Morgado de Mateus escreveu às câmaras de São Paulo aconselhando que estudassem a possibilidade de aumentar suas produções agrícolas, pois, para ele, os melhores meios de enriquecer os povos eram a agricultura e o comércio. Era interessante para o governador que se aumentasse a produção canavieira no interior, no litoral já havia uma produção, mas insuficiente para os novos auspícios da reformada Capitania de São Paulo.<sup>95</sup>

Os funcionários da Coroa e os responsáveis pela administração colonial, inclusive os paulistas, tinham percepção da importância da agricultura para as rendas portuguesas. Mesmo com a opulência do ouro e as atenções redobradas sobre sua produção e escoamento, alguns não perderam de vista a agricultura. Para muitos deles as oscilações de renda do quinto eram prejudiciais à arrecadação.<sup>96</sup> Com a crise da mineração em Vila Rica, os “setores agrícolas” ganharam maior influência sobre a governança de Portugal e de suas posses.

O início do povoamento do Descoberto das Cabeceiras do Rio Pardo foi caracterizado pela mineração e agricultura de subsistência. Parte desse movimento populacional foi propiciada pela expansão agrícola ocorrida no sul de Minas Gerais e nordeste de São Paulo. A atividade mineradora, provavelmente, não impediu que os administradores de São Paulo acreditassem no seu potencial agrícola, sendo esse um dos motivos principais para a ação deles em relação à ocupação de São Paulo naquela área.

É importante para a compreensão histórica da região das Cabeceiras do Rio Pardo considerar a mineração como uma atividade fundamental no seu surgimento; não pelas rendas geradas ou pela quantidade produzida, mas por conta de ter despertado as atenções para aquela região. A mineração estruturou a comunidade das Cabeceiras de maneira diferenciada: era indispensável uma fiscalização intensa naquela região para, como já se sabe, evitar o escoamento do ouro para Minas Gerais, e não deixar que esta capitania ocupasse parte do Sertão do Rio Pardo.

---

<sup>95</sup> PETRONE, Maria Theresa Shorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. passim.

<sup>96</sup> DIAS, op. cit., p 49.

O estabelecimento de um registro é significativo para uma região de mineração. Seus custos eram altos por conta dos mantimentos e outros aspectos ligados a sua manutenção. A realocação de funcionários e soldados para essas regiões distantes também era algo difícil de ser solucionado, sobretudo por conta da falta que os soldados poderiam fazer em outras áreas. O Morgado de Mateus reclamou certa vez que os homens destacados nas Cabeceiras faziam falta à fortaleza estabelecida na Vila de Santos.<sup>97</sup> Mesmo assim os soldados continuaram lá, revelando a importância dessa ocupação na época.

Eram variadas as atividades desenvolvidas no povoado que surgia. Apesar da existência da mineração, o comércio e a agricultura coexistiram com a extração do ouro. Essas atividades permitiram a permanência humana naquela região. Diversos agentes contribuíram para isso: militares, agricultores, burocratas, religiosos, sertanistas foram as principais figuras para a ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo. Surgia nas proximidades do rio o povoado de N. S. da Conceição do Rio Pardo.

A transformação das Cabeceiras do Rio Pardo teve algumas características peculiares ligadas à mineração. Isso a diferenciava de regiões predominantemente agrícolas. Como ocorreu em Vila Rica na época da mineração, a atividade predominante não impediu que outras atividades fossem empreendidas. É preciso atentar também para os demais componentes que estão ao lado da mineração nas Cabeceiras do Rio Pardo. Nesse sentido, buscou-se compreender como a transformação agrícola por que São Paulo passava no século XVIII se relacionou com as Cabeceiras do Rio Pardo.

Ainda na primeira metade do século XVIII, quando a mineração do ouro estava em seu início, um grupo de intelectuais portugueses alertou os governantes sobre o caráter passageiro e ilusório das rendas obtidas com a mineração. Concomitante a isso, em países como a França, começaram a aparecer teses defendendo a agricultura como base da economia e sociedade. Os fisiocratas, defensores dessas teses, buscavam aproveitar melhor o uso das terras e inserir a prática agrícola no circuito comercial de então. Também defendiam a tradição e os direitos da aristocracia em relação à propriedade do solo. Os fisiocratas estavam em constante diálogo com a ilustração europeia, por um lado buscavam modernizar a agricultura, por outro, conservar a sociedade do Antigo Regime.<sup>98</sup>

A crise da mineração pesou sobre o reinado de D. José I, que durou de 1750 a 1777. Os quintos arrecadados de ouro entre 1752 e 1762 foram de 108 arrobas, ao passo que entre

---

<sup>97</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Correspondência do Governador de São Paulo. 1767. p. 289. v. XI.

<sup>98</sup> WEHLING, Arno. **Fomento agrário no final do século XVIII: a questão das novas culturas no sul do Brasil (1769-1808)**. 1972. 340f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1972. p. 121 e 123.

1772 e 1777 caíram para 70,8 arrobas. Para piorar a situação, a produção de fumo, cana e cacau era inconstante, quando não declinante.<sup>99</sup> Liderado pelo primeiro-ministro de D. José I, o marquês de Pombal, o governo português procurou superar esse quadro e aumentar as arrecadações com a criação em 1761 do Erário Régio, que buscava organizar e registrar todas as receitas de Portugal. Além disso, houve esforços para aumentar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros e evitar o contrabando dos minerais preciosos do Brasil.

Todas essas medidas foram amarradas com uma das bases da política pombalina: fortalecer os grandes negociantes brasileiros e portugueses para que pudessem concorrer no mercado externo e diminuir a dependência de Portugal em relação aos outros mercados.<sup>100</sup> Para isso era necessário oferecer crédito para esses negociantes, substituindo a ação financiadora dos estrangeiros, principalmente os ingleses. De onde viria esse crédito senão do aumento da arrecadação?

Os historiadores Kenneth Maxwell e Stuart Schwartz analisaram bem o pombalismo no que diz respeito à sua atuação na tentativa de fortalecer os negociantes e centralizar a arrecadação. Entretanto, foi Arno Wehling quem apontou com mais desenvoltura o peso das questões agrícola nesse processo. Ele ressaltou que, para além do protecionismo dos negociantes, houve uma política voltada ao progresso industrial e reestruturação da produção de gêneros coloniais.

Com a crise da mineração no final do século XVIII, quando a extração do ouro atinge o seu auge e, logo, se interrompem outras descobertas de minas<sup>101</sup>, o pensamento português menos apegado à mineração adere a alguns aspectos da doutrina fisiocrata em circulação pela Europa. Há também, nesse momento, um aumento da demanda internacional por produtos agrícolas, como o anil e o algodão. É nessa conjuntura que as iniciativas de fomento agrícola tornam-se presentes nas políticas coloniais de Portugal para o Brasil. Aos poucos os administradores locais iniciam medidas nesse sentido.

No momento em que a agricultura voltava a ser a principal atividade das relações econômicas luso-brasileiras, deram-se as descobertas das catas de ouro na região das Cabeceiras do Rio Pardo. Foram diversos os estímulos, mesmo que num determinado recorte temporal e local, que levaram os moradores do Brasil a penetrar pelo sertão. Isso valeu para a ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo. Os atores desse processo já são conhecidos: o

---

<sup>99</sup> SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, 1580–1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América latina colonial** São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. p. 548-550. v. II.

<sup>100</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 67.

<sup>101</sup> PRADO JR., 2008. p. 167.



sertanista Pedro Franco Quaresma, o sargento Jerônimo Dias e o capitão Inácio da Silva, os guardas enviados à região para manter a ordem e garantir a posse de São Paulo. Depois deles, chegaram famílias, escravos, agregados para minerar aqueles descobertos, logo divididos pelo governador paulista.

Houve por trás desses estímulos um fator preponderante e permanente: a expansão agrícola no interior de São Paulo. Primeiro foi voltada para o abastecimento das áreas mineiras, da Vila de São Paulo, dos próprios moradores. Aos poucos esse tipo de produção foi se consolidando em determinadas regiões de São Paulo: Jundiaí, Sorocaba, Itu, Vale do Paraíba, Ubatuba. A partir de 1760, a política de fomento, o aumento da demanda por produtos agrícolas, a pressão de Portugal sobre as autoridades locais para gerar rendas distintas da mineração alteraram o quadro agrícola paulista. Nessa época surgiram as primeiras notícias sobre a exportação de cana e algodão por parte da Capitania de São Paulo.

Essa conjuntura somada ao provável acúmulo de renda obtida pelos agricultores de São Paulo com o mercado interno propiciou a expansão de grandes posses voltadas para a agricultura de mercado interno e a exportação em outras áreas. Além desses agricultores, puderam participar desse contexto seus filhos ou parentes, antigos agregados, ex-mineradores das Gerais, moradores do Rio de Janeiro ou de Portugal com renda suficiente. Os que ficaram de fora desse movimento partiram para terras desconhecidas para cultivar, viver da mineração, de saques nas estradas, do contrabando do ouro. Eram, sobretudo, membros de famílias que se dedicavam à subsistência.

### **2.3 A Elevação do Povoado a Freguesia**

A transformação agrícola sofrida por São Paulo contribuiu na formação do arraial localizado nas Cabeceiras do Rio Pardo. Sua expansão pelas áreas com ocupação já consolidada, como Jundiaí, Mogi Mirim, o Vale do Paraíba, exigiu dos moradores excluídos desse processo que fossem procurar novas moradas e outras atividades para sua sobrevivência. Suas novas moradas eram nas chamadas “bocas do sertão”: locais que ainda não haviam sido ocupados, quando muito possuíam alguns fogos instalados de forma dispersa. Esse era o caso das Cabeceiras do Rio Pardo. A descoberta de ouro aumentou o interesse dos sertanistas e outros indivíduos pelo local.

Aos poucos formou-se um arraial nas Cabeceiras do Rio Pardo. De início, a população recém-instalada provavelmente não possuía laços de unidade. Esses laços foram surgindo conforme a população se aproximou para a criação de espaços comuns, como capelas e igrejas, e a apresentação de reivindicações frente aos representantes da Coroa, entre outras coisas. É muito provável que isso tenha ocorrido depois da repartição dos descobertos em 1772, da criação do Registro da Borda do Mato nesse mesmo ano e da criação de picadas ligando o descoberto à Vila de Mogi-Mirim. Essas medidas possibilitaram o aumento populacional no local. Mesmo que os moradores estivessem organizados de forma dispersa naquele espaço, provavelmente por essa época eles já deveriam ter iniciado a construção de uma capela. Isso pode indicar unidade.

O que comprova essa unidade foi a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo em 1775, local situado no atual município de Caconde. A elevação a freguesia comprova que já havia antes dessa data um povoado. Ao que tudo indica, a instalação da freguesia no local se deu por conta dos moradores que estavam lá, e não pelo processo contrário – a criação de vilas e freguesias pelo interior para atrair a população até esses locais. Além do ato oficial para a elevação foi preciso que os moradores agissem para estruturar o local a fim de instalar a freguesia, outra indicativa da existência de um povoado consolidado antes de 1775.

A elevação deixou um pároco instalado em N. S. C. do Rio Pardo; com certeza este religioso percorria as áreas mais próximas ao povoado onde estava a sede da freguesia. Com as atividades do pároco começaram as primeiras ações religiosas do local: batizados, óbitos, missas, atividades que envolviam os moradores e contribuíram para fortalecer e perpetuar a relação de unidade na região. No recenseamento feito em 1778 observa-se a presença de um vigário na lista.<sup>102</sup>

Adriano Campanhole afirmou que a data da elevação deve ser o dia 02 de março de 1775, quando se deu a abertura do livro de batizados da nova freguesia.<sup>103</sup> Foi este memorialista quem apontou o ano da elevação a freguesia. Nem o pesquisador e nem a análise das fontes permitiram o acesso a um documento específico que comprove a elevação. Os documentos analisados e a pesquisa do memorialista conduziram à mesma inferência.

A partir de 1765 o povoado aumentou consideravelmente, sendo elevado a Freguesia em 1775. Por mais que pesquisássemos na abundante documentação existente no Arquivo do Estado, e em estudos à parte, não

---

<sup>102</sup> CEDAPH-Franca. MF-0192. Maços de população, 1776 [s.d].

<sup>103</sup> CAMPANHOLE, op. cit., p. 155.

logramos encontrar o ato pelo qual essa elevação se deu. Na Cúria Metropolitana consta apenas que Caconde teria sido elevada a Curato em 1775. Certas referências, entretanto, levam-nos a identificar esse ano como o da elevação a freguesia. Moreira Pinto chega a afirmá-lo categoricamente: No ano de 1775 a então Freguezia de N. S. do Bom Sucesso [sic.] do Rio Pardo foi desmembrada, no que diz respeito à vigararia da Vara, da de Mogi-Mirim e, quanto ao paróquiato da de Mogi-Guassú sendo pelo bispo D. Frei Manoel da Ressurreição.<sup>104</sup>

A documentação referente à desmembração quanto ao paróquiato de Mogi Guaçu e ao vicariato de Mogi Mirim não foi encontrada. Essa lacuna, porém, não impede a afirmação de que isso tenha ocorrido em 1775. Nos anos anteriores a 1775 não há referências à palavra “freguesia” para a região das Cabeceiras do Rio Pardo: as denominações mais constantes são “Descuberto do Rio Pardo”, Cabeceiras do Rio Pardo, N. S. da Conceição do Rio Pardo, encontrando-se também, muitas vezes, a palavra “sertão”. O local passou igualmente a ser chamado de “registro” quando se deu a criação dele nas proximidades.

A denominação de freguesia para as Cabeceiras do Rio Pardo foi encontrada num documento analisado referente a 1775, logo depois de o Morgado de Mateus passar o governo da Capitania de São Paulo a outro governador. Nessa carta havia várias referências à paróquia e suas funções.

Carta do Commandantes do Registo no Rio Pardo. 1775.

Para o Illmo. E Exmo. Snr. Martim Loppes Lobo de Saldanha. – Dou parte a V. Exa. Que a quatro de Junho falleceo neste descuberto hum Mineiro por nome Antonio de Andrade, freguez desta Freguezia, e querendo o Rvdo. Padre fazer hum Officio de deffuntos convidou ao Vigário do Arrayal de Cabo Verde, para vir a esta Freguezia no dia cinco, o que assim succedeo, mas depoiz de chegar ao sitio do ditto deffunto, estando já amortalhado para se levar para a freguezia, onde se avia sepultar, convocou o dito Vigário de Cabo Verde a muitas pessoas armadas, e pegando o mesmo na rede começou a gritar ‘Marchae rompe’: e não fazendo cazo do Escrivão do Rvdo. Vigário desta Freguezia, que se achava com vários homens, para o auxiliar no cazo, que ouvesse alguma traição, mas nada foy bastante para impedir a violência do ditto Padre de Cabo Verde, e assim chegou a este Registo, e logou gritou ‘Rompe para fora, e quem se opuzer morrerá’ trazendo muitos armados, e rompeo com o ditto defunto ás guarda deste Registo, e depoiz que fez sahir o corpo se apeou o ditto Padre e disse que não levava ouro mas sim aquelle deffunto, que era seu; e como neste Registo não ha ordem para brigar com armas, razão porque senão obrou mayor excesso; isto he, o que succedeo neste Registo, e já dei parte a V. Ex.

Agora novamente diz o Padre Vigario do ditto Arrayal de Cabo Verde, que tem ordem do Illmo. Cabido de Minas para vir a este descuberto prender ao Rvdo. Vigario, e bollar abaixo a Igreja. Isto he, o que a este respeito tenho de dar parte a V. Exa., que Deos Guarde. Registo do Descuberto de N. Senhora

<sup>104</sup> CAMPANHOLE, Adriano. **Caconde**: síntese da história de sua fundação e desenvolvimento. São Paulo, p. 23, 1947. Disponível em: <<http://www.imaculada.org/Livro%20Campanhole/menu.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2007. Acesso em: 10 fev. 2010.

do Bom Sucesso das cabeceiras do Rio Pardo a 16 de Agosto de 1775.  
Jerônimo Dias Ribeyro.<sup>105</sup>

A documentação destacada traz mais informações relevantes. Essa foi uma das primeiras cartas entre o comandante do Registro do Rio Pardo e o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, que havia substituído o Morgado de Mateus; revela igualmente que as brigas entre os locais mineiros e paulistas também foram tomadas pelas questões relativas à freguesia e ao pároco, nesse caso o ouro estava em segundo plano. Por fim, demonstra a representatividade que a Igreja Católica assumia naquele local, e a importância dos religiosos na liderança dos acontecimentos.

A elevação do povoado a freguesia em 1775 é importante para a compreensão de sua centralidade, pois revela que este já possuía uma unidade que possibilitou se tornar uma paróquia e que, provavelmente, havia ali um considerável contingente populacional. Mais uma vez, não é possível afirmar, a partir da documentação analisada, o número de habitantes, mas com certeza havia uma população relevante, o que justificava a criação da freguesia.

Quando se deu a criação da Freguesia de N. S. da Conceição do Rio Pardo, a região foi desmembrada do paróquiato de Mogi Guaçu, o que demonstra que, antes mesmo do ocorrido de 1775, já existia uma ordenação religiosa na região. Com certeza os moradores das Cabeceiras se dirigiam à paróquia de Mogi Guaçu para realizar, por exemplo, o batismo de seus filhos. O batismo e o casamento são eventos que solidificavam a relação dos moradores dispersos nas roças com o povoado em que a Paróquia estava localizada, os moradores se dirigiam até a Igreja aos domingos para batizarem seus filhos e guardavam a semana para o casamento.<sup>106</sup>Essa relação com a Freguesia de Mogi Guaçu também pode ter contribuído para a unidade da população das Cabeceiras, que deve ter se organizado para garantir a vinda de alimentos, como sal e farinha, ou mesmo para enviar dízimos à referida paróquia.

Dessa unidade se deram as condições para a construção de um templo religioso nas Cabeceiras do Rio Pardo. Para ser sede da paróquia (freguesia) era preciso construir um templo católico<sup>107</sup>, receber um pároco e até dispor de condições para que os moradores dos arredores se dirigissem à igreja. Muitas vezes essa responsabilidade recaía nos moradores, eram eles que se organizavam para construir a capela e depois a igreja. Provavelmente a

---

<sup>105</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Administração de Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1775-1785. p. 314 -315. v. XI.

<sup>106</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: . Annablume, 2001. p. 92.

<sup>107</sup> MARX, Murilo. **Cidade no Brasil - Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

construção dessas benfeitorias foi feita pelos moradores, sem contar com muitos recursos vindos da sede da Capitania de São Paulo ou da própria Igreja Católica.

Havia outras necessidades mais prementes como a compra do sal, a manutenção das estradas, o fornecimento de mulas para o transporte, a alimentação em geral e o foco nas atividades do trabalho. Envolver-se na construção de igrejas e capelas era difícil, pois exigia dos moradores que deixassem temporariamente em segundo plano as atividades por eles desenvolvidas. Vale lembrar que, inclusive na construção do templo, as funções eram exercidas pelos próprios moradores. A construção e o surgimento dessa paróquia devem a: ação dos moradores locais, necessidades de Portugal em controlar seus súditos e suas terras, aproximação da Igreja Católica em relação aos seus fiéis. Havia no surgimento das freguesias e vilas de então uma forte relação entre religiosidade, comunidade e governo. Além disso, como indicou Sergio Buarque de Holanda, os homens procuravam regiões que fossem saudáveis, com ar puro, céu limpo, sem animais peçonhentos.<sup>108</sup> O povoado de N. S das Cabeceiras do Rio Pardo se situou em regiões altas. Acreditava-se que essa era uma forma de se evitar doenças e outras mazelas.

Essa unidade possibilitou ao local receber a sede da freguesia, revelando a existência de um bairro já formado nas Cabeceiras do Rio Pardo. O bairro se configurava como a menor unidade administrativa, sucedida pela freguesia e depois pela vila.<sup>109</sup> O que obedecia à hierarquia administrativa estabelecida na região: primeiro a Vila de Mogi-Mirim, com a Freguesia de Mogi Guaçu, a qual, por sua vez, abrangia o povoado ou bairro de N. S. da Conceição do Rio Pardo. Importante observar as constatações de Caio Prado para a hierarquia que recaía na organização política do Brasil nessa época:

A capitania forma pois a maior unidade administrativa da colônia. Divide-se seu território em *comarcas*, sempre em pequeno número. A comarca compõe-se de *termos*, com sede nas vilas ou cidades respectivas. Os termos, por sua vez dividem-se em *freguesias*, circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, sede de uma igreja paroquial, e que servia também para administração civil. Finalmente as freguesias ainda se dividem em *bairros*, circunscrição mais imprecisa, e cujo principal papel aparece na organização das *ordenanças*.<sup>110</sup>

A construção da igreja demonstra que havia questões sociais, culturais e econômicas compartilhadas entre os moradores locais. Existia um grau de organização que podia se revelar em trabalhos coletivos tanto para fins econômicos, como a troca de alimentos, o

<sup>108</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo. p 96

<sup>109</sup> CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. passim.

<sup>110</sup> PRADO JUNIOR, op. cit., 2008, p. 304.

empréstimo de utensílios de trabalho e de escravos, ou nas festividades religiosas. Foi uma característica importante para que se forjasse a identidade cultural daqueles moradores, diferenciando-os de outros bairros, locais e populações.

Era o bairro rural um grupo de vizinhança de ‘habitat’ disperso, mas de contornos suficientes consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distinguir dos demais bairros da zona. O ‘sentimento de localidade’ constituía elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social.<sup>111</sup>

A elevação a freguesia em 1775 coroa acontecimentos anteriores como a repartição das terras, a instalação de registros e abertura de estradas. Tais ações sedimentaram a presença paulista na região, pois ocorriam sob ordens de autoridades paulistas, contribuindo para os laços da Capitania de São Paulo com o povoado/bairro que surgia no Descoberto do Rio Pardo. O ano de 1775 marcou na região sua entrada na rede hierárquica da Igreja Católica e das vilas de São Paulo; estabelecendo relações administrativas com Mogi Mirim, Jundiá e por fim com a capital paulista; demarcando território com Minas Gerais; sendo sede de paróquia para toda uma região de recente ocupação – o nordeste de São Paulo, nas áreas onde se situam atualmente Franca, Batatais, Cajuru e Ribeirão Preto.

A criação da freguesia nas Cabeceiras do Rio Pardo demonstra a existência de um povoado já formado. Essa nova condição foi responsável pelo estabelecimento definitivo daquele povoado no local e em sua sobrevivência apesar das transformações posteriores, responsáveis pela formação da região de Caconde e adjacências.

Concomitante ao processo de elevação a freguesia, o registro que estava na região da Borda do Mato sob o comando de Jerônimo Dias Ribeiro foi transferido para as confluências dos córregos de São Mateus e do Bom Jesus; segundo Adriano Campanhole, essa transferência se deu em 1778.<sup>112</sup> Os dados indicam que de fato houve mudança do local do registro, mas não é possível afirmar com tal precisão a data.

Percebe-se, através da documentação, que a partir de 1775 as cartas dirigidas à região das Cabeceiras são direcionadas ao Registro de “Caconda” ou “São Matheos”, embora ainda continuem as referências ao Registro de Borda do Mato. Orville Derby, em suas pesquisas para a elaboração das notas do volume XI dos Documentos Interessantes, afirmou que já havia um registro em São Mateus desde 1766, mas que ele passou a ser o principal apenas em 1780. O ano de 1766 parece improvável para o estabelecimento de um registro na região; o

---

<sup>111</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações: Bairro rural – cidade.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. p 3-4.

<sup>112</sup> CAMPANHOLE, op. cit., 1979, p. 137.

que houve ali foi o estabelecimento de uma guarda paulista, o registro continuava sendo no Itapeva nesse momento. A probabilidade mínima de isso ter acontecido se deve à recente ocupação: afinal, o primeiro representante oficial do governo paulista, o capitão Inácio da Silva, chegara ao local apenas no ano anterior.

A primeira mudança se deu, como já foi dito, por volta de 1772 para a Borda do Mato. Até 1775 as cartas enviadas à região eram endereçadas no Registro da Borda do Mato, ou então eram referenciadas como Cabeceiras ou Descoberto do Rio Pardo. Não se encontraram nomes muitos distintos desses, o que leva a pensar que pelo menos até 1778 ou 1780 o registro permaneceu na Borda do Mato. Somente depois desses anos é que se pode falar de sua transferência para as proximidades do córrego do São Mateus, daí o registro passou a se apropriar do nome desse riacho.

Ordem para o Commandante do Registro de Caconda, 1775.

Porquanto me consta, que pelo Registos estabelecidos nas paragens que servem de divizoens, esahiadadas desta Capitania para outras suas confinantes, são frequentes as fugas dos individuos della, por se escuzarem ao Real Serviço de S. Magestade naquelas occazioens, em que são mais necessarios: Ordeno ao Commandante do Registo de Caconda não deixe passar alguma de qualquer coalidade, ou condição que queira se transportar para fora desta Capitania sem clareza, ou licença legitimada pelo Ouvidor desta Comarca, rubricada por mim, e sellada com o sello pequeno de minhas Armas o que inviolavelmente executará o referido Comandante, pondo todo o seu cuidado, e vigilância nesta importante diligencia, que lhe hey por muito recomendada. São Paulo 6 de julho de 1775. – Martim Lopes Lobo de Saldanha.<sup>113</sup>

Este documento também é importante pelo fato de mencionar a palavra “Caconda”, que depois se transformou em Caconde, o atual nome da cidade que se desenvolveu no local. A carta do novo governador ordena que o comandante do registro não deixe pessoa alguma passar pelas divisas, a não ser com a sua prévia autorização. A instalação da freguesia nas Cabeceiras facilitou a vida dos oficiais paulistas para fazer valer os serviços que deveriam ser prestados ao Rei. Para os locais a freguesia não trouxe apenas benefício, pois esses reais serviços significavam impostos e taxas e serviço militar. A proximidade da freguesia e do registro com as divisas entre São Paulo e Minas Gerais facilitou a fuga das pessoas que desobedeciam à prestação e obrigação exigidas pelos administradores paulistas, por isso a ordem do governador.

Se ficasse na Borda do Mato, o registro estaria distante da recém-criada freguesia. Nas proximidades do córrego de São Mateus passaria a ficar bem próximo da comunidade,

<sup>113</sup> DOCUMENTOS Interessantes. Administração de Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1775-1785. p. 314. v. XI.

podendo exercer melhor suas funções fiscalizadoras. Talvez com esse intuito é que se deu sua transferência em meados de 1780: para evitar a passagem desenfreada de mineiros e paulistas através daquelas divisas. A “transgressão” a essas divisas criava problemas para São Paulo, pois além de diminuir as taxas, representava menos homens no local frente aos interesses mineiros, e também menos pessoas a serem alistadas no corpo militar para os frequentes confrontos entre o Brasil português e a América Espanhola.

A criação da freguesia em 1775 e a transferência do registro para o córrego do São Mateus permitem prosseguir para uma etapa conclusiva (não no sentido de encerrar o assunto). Esses eventos caracterizam o estabelecimento definitivo de um povoado nas Cabeceiras do Rio Pardo, que desenvolvia ações centralizadoras nos seus arredores por conta das funções desenvolvidas pelo status administrativo alcançado. O local se tornava uma referência: dali partia um religioso para prestar socorro aos moradores do Sertão do Rio Pardo, também havia instâncias fiscalizadoras e militares percorrendo a região, e no povoado realizavam-se festividades religiosas e culturais.

Sua instalação foi importante para o processo de estabelecimento paulista nas terras do atual nordeste de São Paulo, sobretudo na região do Jaguari-Mirim onde atualmente se situam São João da Boa Vista, Águas da Prata, Vargem Grande do Sul e outros municípios. A freguesia instalada facilitava a posse de outras regiões.

Se a ocupação e o movimento paulista nas Cabeceiras do Rio Pardo e as relações diretas (abastecimento, fiscalização, proteção militar) com o povoado que ali se formava possibilitaram à Capitania de São Paulo criar um novo território e expandir suas delimitações, foi a criação da freguesia e a transferência do registro para o córrego do São Mateus que permitiram à região o seu aspecto centralizador para parte do nordeste paulista no final do século XVIII e início do XIX. Situação que se altera com a criação das freguesias de Franca e Casa Branca no começo do século XIX. A partir da primeira década desse século a importância de Caconde recai mais na sua circunvizinhança, onde hoje estão as cidades que foram desmembradas do que viria a ser a Vila de Caconde no século XIX. O que se chama de região de Caconde ou de região das Cabeceiras do Rio Pardo é justamente o local onde a freguesia se estabeleceu no século XVIII, depois se tornando vila em 1864 e, por fim, os desmembramentos que ocorreram dessa vila durante o século XIX e início do XX.

A segunda metade do século XVIII foi o momento inicial da ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo; a partir dessa época a região fez parte do movimento colonizador português. Juntamente à mudança ocorrida num pedaço do interior do Brasil, havia transformações num âmbito mais geral: a população do chamado centro-sul brasileiro estava em crescimento, a



administração pombalina recaía sobre o Brasil, e surgiram com mais intensidade as políticas de fomento agrícola. Isso para falar apenas das questões diretamente relacionadas com as Cabeceiras do Rio Pardo, pois essas não eram as únicas mudanças.

Com a criação da Freguesia de N.S. da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo é possível perceber melhor como as mudanças gerais alteravam o panorama local, e como este se adaptava às questões gerais. Da década de 1770 em diante houve uma crescente expansão agrícola para exportação em São Paulo, que numa primeira etapa teve como produto principal a cana-de-açúcar. Foi nesse momento que a ocupação nas Cabeceiras do Rio Pardo, que já ocorria desde 1765, se intensificou. Nesse processo de ocupação e transformação, em nenhum momento se falou em cafeicultura, imigração italiana ou ferrovias: Caconde e suas cidades vizinhas tiveram sua ocupação iniciada no final do século XVIII e não no final do século XIX – este último período foi também de grandes mudanças, mas não foi ele quem iniciou tudo na história das cidades que compõem a região.

A partir do final do século XVIII e início do XIX, o local passou por um crescimento populacional, outros povoados surgiram e a produção regional se integrou com a economia de exportação, mediante a chegada de agricultores vindos de Minas Gerais com a intenção de produzir cana-de-açúcar. Com a criação da freguesia surgiram melhores condições para a verificação histórica desse contexto, esse ato coincide com os recenseamentos feitos a partir de 1775 e o aumento do fluxo populacional pela região. A partir daí produziu-se um corpo documental interessante sobre os moradores locais, que permitiu algumas inferências sobre a comunidade da época e posteriormente os nexos com as transformações ocorridas na região entre 1790 e 1820.

## **CAPÍTULO 3 A FORMAÇÃO DA REGIÃO DE CACONDE-SP NO CONTEXTO DO SÉCULO XVIII**

### **3.1 De N. S. da Conceição do Rio Pardo a Caconde: O Surgimento dos Vínculos Regionais**

O estabelecimento da Freguesia de N. S. da Conceição do Rio Pardo em 1775 permitiu ao povoado sede da paróquia estabelecer suas relações e influências pelos arredores. A partir desse momento o processo histórico de ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo foi criando uma rede de vínculos com boa parte do interior de São Paulo e de Minas Gerais. Vínculos que se davam através da função de sua paróquia, mas também entre os moradores locais com seus vizinhos, como relações de parentesco, negócios entre agricultores e comerciantes, atuação política. Essa rede surgia conforme se estabeleciam os moradores e se reforçavam as relações paroquianas e a presença de São Paulo numa região reivindicada por Minas Gerais.

Enquanto o local ganhava amplitude, transformações intensas aconteciam no interior do Sertão do Rio Pardo. As mudanças ocorridas entre a população que estava ali deixaram vestígios documentais para se afirmar isso.

Refletir sobre a vida dos moradores da Freguesia de N. S. da Conceição do Rio Pardo permite entender as transformações que permearam a história da região. Os censos feitos a partir de 1778 são a documentação que mais se aproxima do dia a dia daquela população: enquanto as demais documentações tratam dos problemas das divisas, falta de mantimentos, estradas, o recenseamento mostra o nome das pessoas, como os fogos se estruturavam, quais atividades praticavam.

Ressalva-se que os dados apresentados pelos recenseamentos são insuficientes para a análise que foi feita sobre a população local. Seus dados são pontuais, atestam o número populacional e suas funções. Além disso, os censos tinham muitas falhas por conta das dificuldades de contagem naquele momento e por serem experiências recentes, havia pouco tempo que se fazia essa contagem.

Foi preciso superar os limites apresentado pela documentação. Isso foi feito por meio de uma reflexão que a cruzasse com distintos dados históricos, bibliografia relacionada e outras pesquisas feitas para a região. Tal exercício permitiu compreender com mais clareza as

fontes selecionadas e contribuiu para esclarecer como a expansão agrícola paulista do século XVIII influenciou na vida dos moradores da freguesia em questão.

Durante o século XVIII, a capitania paulista conheceu um momento de crescimento populacional significativo. Com isso surgiu uma pressão pela ocupação de novas áreas, eram necessárias cada vez mais terras para o cultivo de alimentos para subsistência, o mercado interno, a exportação. Também existiu uma relação inversa. A expansão agrícola no interior dessa capitania com a mineração em Vila Rica, Cuiabá e Vila Boa de Goiás foi responsável pelo aumento populacional.

Havia uma elevada taxa de nupcialidade em São Paulo, bem como um grande número de filhos bastardos, que chegou a atingir a média de 40 crianças para cada 100 nascimentos.<sup>114</sup> O crescimento da população paulista para o período de 1765 a 1808 foi de 148%. Uma das explicações para a relação intrínseca entre crescimento populacional e expansão agrícola se deu através do aumento de exportação de escravarias para São Paulo, mão de obra que passou a ser necessária com o estabelecimento da agricultura voltada para a exportação.<sup>115</sup>

A expansão agrícola e o aumento demográfico são fatores complementares, um possibilitou a ocorrência do outro. Junto disso houve uma acentuada interiorização da Capitania de São Paulo no século XVIII, que ocorreu em diversas partes do território, não se restringindo a determinados locais. O que estabelece a relação entre ambos é a condição que os propiciou: o desenvolvimento de um mercado interno com a mineração, a abertura de picadas e estradas para carros de boi pelo interior de São Paulo, e as novas concepções agrícolas que surgiam na administração portuguesa. A dimensão assumida nesse processo histórico permite afirmar que ele se intensificou nas áreas recém-ocupadas pelos colonos, como no caso das Cabeceiras do Rio Pardo, ou mesmo em território mineiro nas proximidades das divisas com São Paulo.

Um adendo: falar em processo de interiorização de São Paulo pode parecer estranho, visto que esta capitania surgiu “voltada” para o interior. Ainda assim, cabe insistir nesse termo para explicar determinadas ocorrências. No século XVIII houve um processo de ocupação do centro e nordeste de São Paulo. Já no século XIX e início do XX outras regiões paulistas passaram por esse processo.

Houve também a ocupação do sul de Minas Gerais com a pecuária para corte e para o leite. Parte das pessoas que se dirigiram para o sul de Minas Gerais saiu das áreas auríferas nas proximidades de Vila Rica; muitos receberam grandes porções de terras para estabelecer a

---

<sup>114</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000. p 91.

<sup>115</sup> MARCÍLIO, op. cit., p. 72.

pecuária. Isso levou a uma concentração maior de terras nas proximidades de Ouro Fino e São João del Rey e, como consequência, à expulsão das famílias mais desprovidas de terras e de rentabilidade para regiões onde o solo ainda não havia sido ocupado intensamente.

O movimento agrícola também caracterizou o processo de interiorização do século XVIII, principalmente a partir de sua segunda metade; sendo o principal motivador das mudanças ocorridas no sul de Minas Gerais e nordeste de São Paulo. A nova agricultura pressionava os fogos de subsistência a se dirigir para outros lugares, as mudanças que ocorriam tinham relações mais próximas com a exportação e com o mercado interno. Essa nova estrutura agrária requeria mão de obra escrava, maior aporte financeiro e mais terras para cultivo. Os agricultores mais desprovidos financeiramente ficaram no limbo por conta dessa estrutura, e correram para outras áreas.

O Descoberto do Rio Pardo, além de ser uma área próxima a esses locais em transformação, tinha em suas terras o tão cobiçado ouro. A combinação de ambos levou à rápida ocupação do novo território. Mineiros e paulistas se dirigiram para a região, ou fugindo da agricultura de exportação ou em busca de novas fontes de renda. É difícil definir qual a principal corrente migratória nesse período para as Cabeceiras do Rio Pardo; além dessas duas populações, pode ser que alguns dos moradores tivessem origens diversas. Maria Luiza Marcílio apontou que as genealogias feitas pelos paulistas demonstram que a partir de 1700 houve uma tímida migração portuguesa para o interior de São Paulo.<sup>116</sup> Talvez pudessem ter vindo, também, baianos, moradores do sul do Brasil, do Rio de Janeiro. A movimentação populacional desse período já conhecia certo dinamismo.

Enfim, as pessoas que se dirigiram para as Cabeceiras do Rio Pardo totalizaram 170 moradores, de acordo com o censo de 1778. Estavam organizadas em 21 fogos variados em sua estrutura e organização: uns eram compostos apenas por casais, em outros a morada estava sob responsabilidade da mulher; havia fogos sem escravos, fogos só com casais e filhos ou apenas com casais. Estavam presentes também os fogos “completos”, compostos de casal, filhos, escravos e agregados.<sup>117</sup> José Chiachiri Filho, ao estudar o povoamento de Franca e do Sertão do Rio Pardo, apontou que viviam na região da Estrada de Goiás nessa mesma época 175 moradores.<sup>118</sup> O censo dos moradores que estavam na Freguesia de N. S. da Conceição do Rio Pardo distinguia aqueles que moravam na freguesia daqueles que estavam

---

<sup>116</sup> MARCÍLIO, op. cit., p. 69.

<sup>117</sup> CEDAPH-Franca, MF 0192. Documento: maços de população, referência: 1776 a ano sem data para Mogi Mirim; título: “Povo que há na Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Dezemboque do Rio Pardo”.

<sup>118</sup> CHIACHIRI FILHO, op. cit., p 135.

espalhados por esse caminho.<sup>119</sup> Por isso é possível comparar os dados do censo feito na freguesia com aqueles referentes à Estrada de Goiás.

Para fins comparativos, Auden Dauril afirmou que em 1776 a Capitania de São Paulo apresentava 116 975 habitantes, ou 7,5% da população brasileira total de 1.555.200 habitantes.<sup>120</sup>

A maioria dos fogos que foram se instalando no Descoberto do Rio Pardo não apresentava, inicialmente, a estrutura da “família extensa e patriarcal”. Nem a casa grande e nem a senzala se instalaram de imediato na região, também não estavam ali aquelas famílias com grande número de componentes. As unidades baseadas em pequenas famílias predominavam entre os domicílios paulistas, o que demonstra que em São Paulo as “casas grandes” eram minoritárias e se desenvolveram em outras épocas e de maneira distinta. Ainda nesse sentido, Capistrano de Abreu percebeu que, ao contrário da opulência que muitas vezes é relacionada com as “casas grandes”, boa parte dos lucros obtidos por seus senhores era investida na compra de escravaria.<sup>121</sup> É preciso examinar criticamente algumas afirmações históricas que defendem o predomínio da família patriarcal por todo o território brasileiro. Em muitos lugares as relações familiares e de organização do trabalho eram distintas.

A historiografia brasileira, até os anos de 1970, aceitou a tese da preponderância da família extensa e patriarcal na sociedade tradicional brasileira. Viveriam assim, num mesmo teto país, avós, filhos solteiros, e casados, netos, parentes e afins agregados, sem se falar nos escravos.<sup>122</sup>

Comumente a liderança desses grupos familiares era atribuída ao proprietário de terras, homem, chefe local, dono de grandes escravaria. A família era organizada de modo romanesco, onde o pai de família dominava os demais membros: mulheres, escravos e agregados.<sup>123</sup> Os fogos apresentavam realidade bem diferente nessa estrutura familiar e de trabalho, a liderança era mais difusa bem como os papéis produtivos, e muitos nem tinham a posse da terra ou de escravos. Nessa perspectiva, mais do que aquela relação entre senhor e escravo, patriarca e demais membros familiares, o que predominava era uma relação mais

<sup>119</sup> BRIOSCHI, Lucila Reis. **Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725–1835)**. 1995. 268f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p 115.

<sup>120</sup> DAURIL, Auden. O período final do Brasil Colonial 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América latina colonial**. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. p 530. v. II.

<sup>121</sup> ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010. p. 111.

<sup>122</sup> MARCÍLIO, op. cit., p. 96.

<sup>123</sup> MACHADO. Alcântara. **Vida e morte do Bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006 (Coleção Paulista, v.18). p. 162.

horizontal entre os membros da família, na qual todos compartilhavam as dificuldades do processo de penetração nos locais pouco humanizados.

Nas Cabeceiras do Rio Pardo, observou-se essa perspectiva. Havia fogos liderados por mulheres, fogos sem escravos, outros sem agregados, alguns só com homens. Numa comunidade que estava em seu início, num local sem grandes acúmulos de capital, terras e escravos, dificilmente a estrutura “casa grande e senzala” estaria presente na totalidade de sua concepção. Ainda havia alguns fogos liderados por soldados e outros por religiosos. Desses 21 fogos, um era composto pelo vigário Francisco Bueno de Azevedo, outro pelo guarda-mor Antonio Barros Silvério e um terceiro pelo comandante do regimento Jerônimo Dias Ribeiro. Cinco desses fogos não tinham escravos. A escravaria total foi contada em 84 componentes dos 170 moradores das Cabeceiras do Rio Pardo, número significativo para uma comunidade que ainda não estava diretamente ligada à agricultura de exportação. O que explica isso é a atividade aurífera na região, que permitia, apesar de pouco produtiva, um acúmulo de rendas maior do que a atividade agrícola de subsistência.

Todas essas aferições sobre a população local são feitas a partir dos recenseamentos. Eles permitem definir alguns traços daquele povoado, e mais, é possível confrontá-los com a realidade histórica do final do século XVIII.

O responsável pela elaboração desse recenseamento foi Manoel Rodrigues de Araujo, morador da Vila de Mogi-Mirim. Este proprietário de terras foi designado pela administração paulista para apoiar as tropas enviadas às Cabeceiras do Rio Pardo. A abertura da lista está grafada com a frase: “*Povo que há na Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Dezemboque do Rio Pardo*”.<sup>124</sup>

A própria lista demonstra que de fato houve a freguesia no local, além do mais a menção ao vigário no documento aponta para a existência da paróquia. Ao que tudo indica este recenseamento corresponde apenas à freguesia, não menciona em nenhum momento os povoados e arraiais próximos. Lembrando que não há uma documentação que faça referência direta à elevação do povoado local a freguesia.

A lista também permite saber sobre a produção aurífera de alguns desses fogos para os anos de 1778 e 1779. Assim, o padre Francisco Bueno de Azevedo tirou em 1778 cerca de 100 oitavas de ouro; o fogo de Josefa Maria Liz e o fogo de Tomás de Souza obtiveram 150 oitavas; Antonio de Moraes e José de Aguiar Maciel, 60 oitavas; Antonio de Aguiar, 90 oitavas; Dona Francisca Luisa de Alvarenga, 200 oitavas por ano, sendo a maior retirada registrada até então. Uma oitava, no antigo sistema de pesos, constituía parte da onça ou 3,

---

<sup>124</sup> CEDAPH-Franca. MF-0192. Maços de população, 1776 [s.d].

588 gramas.<sup>125</sup> Em 1779, o fogo de Josefa Maria Liz tirou de 80 a 90 oitavas; o fogo de Tomás de Souza tirou 120 oitavas; Francisca Luísa de Alvarenga, 200 oitavas e João José Fernandes, 100 oitavas.<sup>126</sup> Cada oitava de ouro correspondia a 1200 réis e a 3,585 gramas de ouro.

No ano de 1781, os moradores da Freguesia de N. S. da Conceição do Rio Pardo ou “Caconda” encontraram outras minas de ouro, num córrego distante mais ou menos três quilômetros da referida freguesia, o que contribuiu para um pequeno revigoramento da produção aurífera existente. Não se tem pela documentação a referência do córrego, mas segundo Adriano Campanhole, foi nas proximidades do Bom Jesus.<sup>127</sup>

Se, como indicou Campanhole, são apenas esses fogos que retiravam ouro, então o número de fogos mineradores foi de sete em 1778 e de quatro em 1779. O restante dos fogos se dedicava à agricultura: segundo o memorialista, “plantavam para o seu gasto”. Pensar, como o pesquisador, que havia agricultura apenas para a subsistência pode ser um erro, já se sabe que muitos fogos familiares, mesmo pequenos, produziam para ter excedentes e comercializá-los depois. Havia outros núcleos que possibilitavam os negócios nas redondezas como: Cabo Verde e Jacuí em Minas Gerais, o pouso de Casa Branca, as vilas de Mogi-Mirim e Jundiá e a capital São Paulo. Apesar de óbvio, é preciso atentar que houve agricultura no local, pois a extração do ouro – talvez por ser uma atividade mais específica, e aparentemente mais rentável que a agricultura – ofusca as demais. Isso não reduz o papel da mineração nas Cabeceiras do Rio Pardo, a exploração do ouro estruturou a freguesia da “Caconda” de maneira distinta de outros arraiais e freguesias baseadas apenas em plantações e pecuária.

Os fogos que faziam as catas de ouro provavelmente tiveram parte de seu sustento provido por outras famílias de agricultores, pois a mineração demandava grande tempo em suas atividades. A existência do ouro também exigia registros e meios mais eficazes de coleta de impostos, inclusive para se evitar o desvio de sua produção e rendimentos para a Capitania de Minas Gerais. Não se pode conjeturar como seria a formação da região sem o ouro. É provável que ocorresse ocupação por conta da situação econômica de São Paulo, que necessitava de novas terras para o cultivo seja para a subsistência, seja para o mercado interno ou a exportação. O ouro foi – independentemente de sua rentabilidade – o fator que naquele momento acirrou as disputas pela região e representou o principal atrativo para a chegada de novos moradores.

---

<sup>125</sup> CAMPANHOLE, op. cit., 1979. p 161.

<sup>126</sup> Ibidem, p 161.

<sup>127</sup> Ibidem, p 111.

Nesse sentido, e ao contrário do que muitos memorialistas afirmaram sobre a história de Caconde, o ouro não foi apenas uma ilusão. Ele foi responsável pela ocupação da região naquele período e isso significa muita coisa; além disso, os mineradores que estavam ali não viveram de ilusão, viveram, sim, do ouro que exploravam com dificuldade. Sabe-se de quatro locais onde se extraiu ouro nas Cabeceiras do Rio Pardo: Rio Canoas na Borda do Mato (1755); Bom Sucesso (1765); córrego da Conceição (1771); córrego do Bom Jesus. É provável que alguns fogos fossem instalados nas proximidades dessas catas, sobretudo na Borda do Mato, a mais distante da freguesia da “Caconda” e local situado atualmente em Mococa.<sup>128</sup>

A exploração aurífera é uma atividade não renovável; a rentabilidade de suas catas vai diminuindo com o tempo até tornar inviável a exploração.<sup>129</sup> Não foi diferente nas Cabeceiras do Rio Pardo e, como indicavam os reclamos dos seus moradores, essas catas foram escasseando com rapidez. Conforme elas diminuía, provavelmente se intensificava a prática da agricultura e pecuária na região. Isso porque a população permaneceu estável durante os anos de 1778 até 1797; caso não houvesse a mudança de atividades por parte dos moradores, provavelmente não haveria tal estabilidade.

Em 1778 encontram-se 21 fogos e 170 habitantes, no ano seguinte, 37 fogos e 524 habitantes. Em 1782 são 20 fogos e 233 habitantes, no ano seguinte, 34 fogos e 330 habitantes. Em 1787 são 23 fogos e 276 habitantes. A partir de 1790 ocorre uma queda populacional: 1790 – 32 fogos e 278 habitantes; 1791 – 32 fogos e 168 habitantes; 1792 – 23 fogos e 190 habitantes; 1797 – 20 fogos e 160 habitantes.<sup>130</sup> Os grifos indicam o aumento do número de habitantes de um ano para o outro. Tal aumento pode decorrer da possibilidade de o recenseador ter considerado na contagem outros povos que não os moradores da freguesia da “Caconda”. Já para depois de 1782, pode ter sido por conta da descoberta das pintas no córrego do Bom Jesus.

Considerando todos os problemas acerca da análise dos dados constantes em censos, nas listas populacionais, essa documentação permite inferir que houve estabilidade populacional na região para os anos de 1778 a 1797. Lembrando que todos esses recenseamentos se deram após a elevação do arraial a freguesia. Somando-se esses números às descobertas de novas catas, pode-se dizer que as retiradas de ouro podem ter sido constantes nesse período, bem como as atividades como a pecuária e a agricultura, complementares à mineração. Provavelmente o período de maior número populacional está

---

<sup>128</sup> Vide mapas do município de Caconde e da microregião de São João da Boa Vista nas p. 137 e 133.

<sup>129</sup> PRADO JR., op. cit., 2008, p. 168.

<sup>130</sup> CAMPANHOLE, op. cit., 1979, p. 164.



atrelado ao auge da exploração aurífera na região, pois ele coincide com o período de exploração no córrego do Bom Jesus.

Já a queda populacional a partir de 1790 tem relações menos diretas com a produção aurífera. Esse é o momento em que se começa a formar o arraial de Franca, mais ao norte – o que pode ter contribuído para a locomoção de moradores das Cabeceiras até essa região. Provavelmente deslocaram-se para Franca habitantes que não eram os cabeças de fogos ou sitiantes, que estavam em busca de mais autonomia em relação à posse da terra e de sua produção. A redução do número dos fogos, entretanto, não acompanhou o mesmo ritmo da queda populacional. Isso pode indicar que os cabeças dos fogos continuavam na região, a pluralidade de suas atividades permitia a vinculação deles àquela terra. Findas as catas, ainda havia o solo para cultivar.

Também foi um momento em que a produção para exportação encontrava-se num estágio mais avançado: o quadrilátero da cana – atual região de Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Piracicaba, Sorocaba, Itu e Jundiaí – já estava instalado, demandando mão de obra escrava e outras formas de trabalho. Isso pode ter provocado a migração de escravos das Cabeceiras para essa região, bem como de agregados.

Essa reflexão é importante, pois contraria o vínculo da decadência populacional, que de fato houve, com a questão da exploração aurífera. Segundo Campanhole, a evolução da população local revela a decadência das catas de ouro na região.<sup>131</sup> Discorda-se do autor. Considera-se aqui que a decadência populacional não foi tão acentuada assim e foi motivada pelo atrativo de outras regiões e da necessidade que os moradores tinham de cultivar novas terras. O que leva os memorialistas e o pensamento popular da região a vincular a decadência populacional da Freguesia de N. S. das Cabeceiras do Rio Pardo ao ouro foi o curioso fato do “rebaixamento” da Freguesia da “Caconda”, que se tornou um bairro de Mogi Mirim e passou a fazer parte da paróquia de Cabo Verde-MG.

Segundo Adriano Campanhole, em 1799, a freguesia havia sido desobrigada de seu status de paróquia.<sup>132</sup> Esse rebaixamento faz parecer que o povoado que se estabeleceu ali durante o século XVIII era altamente dependente do ouro, ou seja, a aparente modéstia do povoado se atrelaria à escassez do metal. Tal situação, diga-se, não seria uma exceção no quadro paulista: por força das referências históricas sobre São Paulo no período anterior ao café, costuma-se afirmar que os povoados eram pobres, pois essa era também a situação da capitania, e que apenas com o café se daria a opulência e o desenvolvimento dessas regiões.

---

<sup>131</sup>CAMPANHOLE, op. cit., 1979. p. 164.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 165.

Tal pensamento causa um sentido de passagem de um momento de pobreza para outro de opulência econômica, postura recorrente em análises sobre a economia de São Paulo colonial. De fato, os moradores dessa época enfrentavam dificuldades das mais diversas, era difícil o acesso ao sal, ao trigo e mesmo aos produtos locais; a construção de casas, igrejas, locais públicos era extremamente custosa àquela gente, pois o pouco que tinha para gastar se voltava às necessidades mais prementes. Associa-se essa condição social a uma suposta pobreza da Capitania de São Paulo. Nisso reside um problema. A inserção de São Paulo no mercado interno a partir do século XVIII e no mercado de exportação em fins desse mesmo século revela que a capitania tinha considerável participação econômica dentro das relações luso-brasileiras. Aliás, essa participação pode ter contribuído para a expansão cafeeira no interior de São Paulo pelo século XIX. Contudo, a expansão econômica do século XIX também não melhorou a vida de muitas pessoas nessa época, continuando a situação de pobreza entre os moradores.

O que se quer com essas afirmações é demonstrar que a ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo teve conexões com o desencadeamento da migração mineira na primeira metade do século XIX e com a posterior introdução das culturas de café. Apesar da situação social dura desses moradores e da precariedade que marcava a vida nos sertões, os mineradores e agricultores alocados ali no final do século XVIII contribuíram para uma considerável produção econômica que permitiu a permanência da população no local, a elevação a freguesia e a chegada de um pároco, a instalação de um registro nas proximidades. Acontecimentos que potencializaram a vinda dos migrantes mineiros numa época mais adiante.

O que desencadeou essa crítica à memória produzida em Caconde foi a coincidência dos fatos para o ano de 1799. Esse não foi só o ano em que se deu a desobriga da paróquia da “Caconda”, foi o ano da morte do pároco responsável pela igreja local: padre Bueno de Azevedo.<sup>133</sup> Isso possibilita pensar que a desobrigação se deu mais pela dificuldade de se instalar um pároco na região, pelas dificuldades financeiras para mantê-lo ali. Não foi apenas uma questão demográfica e econômica.

Outro ponto a ser considerado é a elevação do arraial de Franca a freguesia em 1804. A partir desse momento, Franca passou a ser importante na ocupação do Sertão do Rio Pardo. A distância entre as datas não é um problema no sentido dessa afirmação, pois a nomeação de um pároco poderia levar anos. O fato de Franca ter sido elevada a freguesia pode ter

---

<sup>133</sup> CAMPANHOLE, op. cit., 1979. p. 158.

contribuído para a continuidade da desobrigação da freguesia da “Caconda”, além da proximidade com a paróquia de Cabo Verde.

Tudo indica que a desobriga se deu no que concerne à vida religiosa. Não se pode afirmar o mesmo para a hierarquia burocrática existente entre vilas e freguesias. Freguesia e paróquia têm o mesmo sentido, uma tem papel político e administrativo e outro papel religioso. Ambas se confundiam e, muitas vezes, o fim de uma significava o fim da outra. Mas poderia haver exceções, o que permite inferir a continuidade da Freguesia de N. S. das Cabeceiras do Rio Pardo nos primeiros anos do século XIX.

A decadência populacional até 1797 não foi tão acentuada como afirmaram os memorialistas a ponto de acarretar o fim da freguesia. Tudo indica que os recenseamentos entre 1797 a 1822 para Caconde foram feitos em conjunto com o Sertão do Rio Pardo, e a partir de 1804 mais propriamente com Franca. O recenseamento de 1797 para Caconde revela, como vimos, uma população de 20 fogos e 160 habitantes; para 1822 foi registrada uma população de 636 habitantes e 110 fogos. Para o ano de 1810 foram encontrados os primeiros documentos referentes à doação de sesmarias na região. Esses dados revelam a continuidade do aumento populacional na região de Caconde, em contraposição à ideia de queda populacional aventada por Campanhole.

Ainda para o período, foram contabilizados no Registro do Rio Pardo a chegada de 54 escravos em 1799 e 398 escravos em 1812. O historiador Ângelo Alves Carrara, ao estudar a produção rural e o mercado interno de Minas Gerais, indicou que entre 1799 e 1812, entraram pelo Registro do Rio Pardo 1520 escravos.<sup>134</sup> Lembrando que este Registro cuidava de todo o Sertão do Rio Pardo e das relações comerciais com a Capitania de Minas Gerais, obviamente que dos escravos em questão, não foram todos que se dirigiram as Cabeceiras do Rio Pardo.

Por outro lado, é preciso reconhecer também os méritos do memorialista Adriano Campanhole. O pesquisador compreendeu que houve transformações econômicas na região na passagem do século XVIII para o XIX e refuta a ideia – divulgada pelos primeiros cronistas da região ou naqueles “dicionários das cidades” – de que a freguesia havia desaparecido por conta de uma briga entre os mineradores, e que redundou no ferimento do pároco.<sup>135</sup> O autor contribuiu desse modo para o fim de um mito. Discorda-se, porém, do vínculo que ele faz da decadência populacional com a queda na exploração aurífera.

Como já foi mencionado, na passagem do século XVIII para o XIX ocorreu um aumento populacional no interior de São Paulo de 148%: a população, que era em 1765 de

---

<sup>134</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807). Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. p. 345.

<sup>135</sup> CAMPANHOLE, op. cit., 1979, p. 158 e p. 167.

78.555 habitantes e em 1776 de 116.975 habitantes (Brasil: 1.555.200) passou em 1808 para 196.206 habitantes (Brasil: 4.051.000). Esse aumento populacional se deu, sobretudo, com a vinda de escravos para atender à agricultura destinada à exportação que se inseria em São Paulo nessa época.<sup>136</sup> Isso permite afirmar, mais uma vez, que o que levou ao povoamento das Cabeceiras do Rio Pardo foi diretamente a introdução das culturas de *plantation* no quadrilátero da cana e arredores, processo que expulsou os pequenos sitiantes e as famílias que viviam de subsistência. O crescimento populacional teve participação indireta no povoamento das Cabeceiras do Rio Pardo, talvez facilitando a compra de escravos pelos mineradores e agricultores locais.

Logo a pressão exercida sobre esses moradores também chegou às Cabeceiras do Rio Pardo. Diferentemente da região do quadrilátero da cana, onde as sesmarias e posses foram destinadas a paulistas, as Cabeceiras do Rio Pardo e o Sertão do Rio Pardo tiveram suas terras repassadas como sesmarias, em sua maioria, para moradores vindos de Minas Gerais. Chiachiri atentou que esse pessoal vindo de Minas Gerais já não era majoritariamente das antigas regiões mineradoras. Muitos vinham da Comarca do Rio das Mortes, cuja sede era São João del Rey e abrangia cidades como as atuais Jacuí, Baependi, Barbacena, Tiradentes. Muitos de seus fazendeiros se focaram na pecuária leiteira. A expansão dessas fazendas não se restringiu a essa localidade, avançando pelas regiões de Araxá, Dezeboque e, por fim, pelo Sertão do Rio Pardo.<sup>137</sup>

O que trouxe esses pecuaristas para o Sertão do Rio Pardo, no caso para as Cabeceiras do Rio Pardo, foram as novas perspectivas de comércio que surgiram na Capitania de São Paulo. O enriquecimento das vilas de São Paulo, Jundiá, Mogi Mirim, Itu permitiu a comercialização entre essas áreas e os pecuaristas da Comarca do Rio das Mortes. Comércio que era facilitado pela Estrada de Goiás. Foram esses alguns dos fatores que levaram esses moradores para o Sertão do Rio Pardo.<sup>138</sup>

Mais do que aumento populacional, a migração mineira ocorrida na primeira metade do século XIX significou um impacto socioeconômico. A agricultura praticada antes dessa migração era atrelada ao abastecimento local e a alguns negócios feitos na estrada. Mesmo assim, era uma importante fonte de renda, numa época em que ainda predominava a mineração. A partir de 1790 a atividade mais difundida se alterou, as pessoas que para lá se dirigiam eram ligadas à agricultura e à pecuária, muitos dos que vieram para São Paulo eram vinculados a famílias com posses de terras e escravos. Em alguns casos havia um acúmulo

---

<sup>136</sup> MARCÍLIO, op. cit., p. 72.

<sup>137</sup> CHIACHIRI FILHO, op. cit., p. 34.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 37.

financeiro que permitia a esses agricultores a instalação de uma propriedade voltada à exportação.

As primeiras correntes populacionais que se dirigiram para as Cabeceiras eram pequenas famílias paulistas, sem posses, em busca de novos ganhos; a segunda corrente populacional foi bem distinta: posseiros e sesmeiros, muitos deles de Minas Gerais, que chegavam para produzir para o mercado interno e externo. Com eles surgiram as grandes propriedades, as escravarias e os pequenos núcleos populacionais de suas fazendas. A área contígua à desobrigada “Caconda” começava a ser ocupada. Esse foi um momento crucial na formação da região de Caconde.

É difícil saber qual o número de pessoas que chega à região no início do século XIX; somente por volta de 1810 é que se tem algo documentado. Nesse ano se instala o capitão Alexandre Luiz de Mello, sendo que a concessão de suas terras se dá em julho de 1821. Em 1814, três filhos do capitão ocupam as terras vizinhas na região; a concessão delas também data de 1821. Essas são as primeiras concessões de sesmarias para a região. E também uma das últimas, já que logo depois a forma de distribuição através de concessão foi encerrada. A primeira doação documental refere-se ao capitão Alexandre Luiz de Mello, depois a dois de seus filhos.

**Alexandre Luiz de Mello, Capitão**, morador além do Rio Pardo, no termo da Villa de Mogy Mirim, freguezia de Caconde. Uma sorte de terras com duas léguas em quadra, na barra do Ribeirão Claro, no rio Pardo, seguindo este acima até a barra do ribeirão de Guaxupé a testada devisando com o rio e virando por este ribeirão por este acima duas léguas no rumo do sertão para a parte de Leste, preenchendo-se em um o que faltar em outro rumo, divisando com terras do sertão e pelo Ribeirão Claro acima até suas cabeceiras e contravertente que confronta com o patrimônio do Padre Carlos Luis e no rumo do fundo com terras de Joaquim Gomes e com quem mais deva pertencer<sup>139</sup>.

**Manoel Joaquim, Salvador de Mello e Joaquim Luiz**, moradores no ‘Sertão do Rio Pardo’, districto de Mogy Mirim. Uma légua de terras na paragem denominada Rio do Peixe, com duas léguas em quadra, fazendo testada no rumo do sertão da sesmaria de Alexandre Luiz de Mello e Antonio Joaquim na parte do Sul e as duas léguas de sertão seguindo Rio Pardo acima até o Rio do Peixe e por este acima até a estrada que vem de Caconde para Mogy Mirim, divisando com terras do padre Venâncio José de Siqueira e com o sertão inculto<sup>140</sup>.

<sup>139</sup> SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. **Repertório das Sesmarias**, L. 41 Fls, 160v, 1994. p. 17.

<sup>140</sup> Ibidem, 1994, p. 386.

Mencionados nas concessões, o Rio do Peixe e o Ribeirão Claro se localizam no atual município de São José do Rio Pardo, na área onde estão as fazendas do Venerando (localizadas entre os atuais municípios de São José do Rio Pardo e Mococa), cortando o Rio Pardo. Também está indicada nessa documentação a estrada que ligava Caconde a Mogi Mirim, provavelmente a estrada onde estava o Registro de São Mateus. Assim, inclusive a memória local aponta isso, as terras da família Mello estavam no atual município de São José do Rio Pardo.<sup>141</sup>

Um estudo de genealogia da família Mello atesta que o patriarca Alexandre Luis de Mello foi pai de treze filhos, possuiu oito escravos e de acordo com o recenseamento de 1830, ele tinha 71 anos, era viúvo, senhor de engenho e morador do Bairro Fartura, além Rio Pardo. O fato de ter sido senhor de engenho, grande proprietário de terras e dono de escravaria, demonstra que a região ocupada por ele desenvolveu-se focada na nova produção comercial iniciada com a cana de açúcar paulista, que muitas vezes era destinada ao mercado externo.<sup>142</sup>

O Capitão Alexandre e sua família reuniram cerca de doze léguas de terras para cultivarem, muitas delas antes do reconhecimento oficial. Nas cartas enviadas ao governo pedindo concessão, estava a justificativa de que aquelas terras eram incultas e que a família possuía escravatura suficiente para o cultivo na região. Essas terras foram concedidas pela Província de São Paulo em nome do Príncipe Regente Dom Pedro Primeiro.<sup>143</sup>

Dos seus treze filhos, oito deles residiram no Bairro do Rio Pardo e no Bairro da Fartura vinculados a Freguesia de Caconde, eles ocuparam importantes cargos, como, padre, alferes, reservista e juiz de paz, foram também lavradores e tropeiros. Desenvolveram a agricultura com a cana de açúcar, com mais ou menos 38 escravos e, ainda, perpetuaram isso com a terceira geração.<sup>144</sup>

Essa família influenciou no povoamento de Caconde, do Bairro do Rio Pardo e do Bairro da Fartura. Muitos casos como o da família Mello ocorreram na região, nem sempre reivindicando sesmarias. Existiam outras formas de ocupação das terras, muitas vezes ilegais. Havia a situação dos posseiros que tomavam uma porção de terra para si sem a anuência oficial da Coroa, ou pegavam uma gleba de terras de uma determinada sesmaria; nesse caso havia um mútuo acordo entre o posseiro e o sesmeiro. Também havia a compra de terras,

---

<sup>141</sup> Ver no mapa que destaca os municípios das Cabeceiras do Rio Pardo, as divisas entre São José do Rio Pardo, ao seu noroeste e Mococa, ao seu sudeste. Na p. 135.

<sup>142</sup> ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. A família Mello de São José do Rio Pardo e região. **Revista da ASBRAP: Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**, São Paulo, n. 2, 1995.

<sup>143</sup> TREVISAN, Amélia Franzolin. **Fragmentos de nossa história a posses da terra**. Disponível em: <[http://www.jornaldemocrata.com.br/materias/menu\\_principal.asp?secao=103](http://www.jornaldemocrata.com.br/materias/menu_principal.asp?secao=103)> Acesso em: 20 ago. 2010.

<sup>144</sup> Ver anexo A do presente trabalho, p. 140.

geralmente efetivada por pequenos proprietários e roceiros ou por homens com recursos, despreocupados em pedir a posse dessas terras.<sup>145</sup>

Entre os anos de 1810 e 1820 verificou-se também a presença de três vizinhos do Capitão Alexandre Luis de Mello que lavraram e possuíram terras nesse meio. Poucas informações têm-se dos vizinhos, apenas os seus nomes: Miguel da Silva Teixeira, Miguel Rangel e Francisco de Paula Souza.<sup>146</sup> Esses lavradores não constam no Repertório de Sesmarias.

Entre famílias, aventureiros e solitários que se dirigiram para a região, constata-se que em 1817 havia por ali pouco mais de 50 fazendeiros. De suas propriedades, apenas dez se deram por compra ou por requerimento; o restante era formado por posseiros. Em 1822 o recenseamento de Caconde aponta a existência de 110 fogos e 636 habitantes, entre os quais 57 escravos.<sup>147</sup> Dos 110 fogos, 5 eram europeus, provavelmente vindos de Portugal, 1 baiano, 1 fluminense e 81 mineiros.<sup>148</sup> O crescimento populacional de Caconde decorreu da migração, sobretudo de moradores de Minas Gerais.

Observando-se o primeiro e o último censos do século XVIII – 1778: 21 fogos e 170 habitantes; 1797: 20 fogos e 160 habitantes –, percebe-se que a população e os fogos permaneceram constantes. A situação de estabilidade muda no período posterior. Durante os 30 primeiros anos do século XIX, a região de Caconde recebeu um grande fluxo humano. Como mencionado, em 1817 havia ali 50 fazendeiros. Considerando-se que cada fogo era uma família e cada fazendeiro representava uma família ou agrupamento de pessoas, fica claro que em 1817 a população de Caconde já superava os 300 habitantes.<sup>149</sup>

Assim, a queda populacional não foi constante e nem deixou o povoado desabitado, a diminuição da população se restringiu a alguns casos específicos como a expansão do arraial de Franca. Em contrapartida, o número de fogos foi ascendente. A partir de 1810, o crescimento populacional se acentua. Nesse ano já se pode verificar a ocorrência de doação de sesmarias, posses, migração de agricultores (mineiros). Esse processo foi importante no percurso da região de Caconde, assegurando para o local onde estava sediada a igreja, ainda desobrigada da paróquia, a expansão territorial. Os novos agricultores tomavam posse de grandes porções de terras e aos poucos, quando davam certos seus negócios, estabeleciam um pequeno povoado nas cercanias das principais fazendas. Foi assim que surgiram os bairros de

---

<sup>145</sup> SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e Latifúndios**: efeitos da lei de 1850. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996. passim.

<sup>146</sup> DEL GUERRA, Rodolpho José. **No ventre da terra mãe**. São José do Rio Pardo: Graf-Center, 2001. p. 07.

<sup>147</sup> CAMPANHOLE, op. cit., 1979, p. 215.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 159 e p. 223.

<sup>149</sup> Ver anexo B no fim da p. 142.

Caconde no início do século XIX, como foi o caso do Bairro do Rio Pardo, atual São José do Rio Pardo-SP e o Bairro Fartura, atual cidade de São Sebastião da Gramma-SP.

Esse é mais um ponto que leva ao questionamento se de fato houve “rebaixamento” da Freguesia de Caconde em 1799 ou mesmo a tão grave queda populacional. Levando-se em conta esses acontecimentos fica difícil compreender o fluxo populacional que se dirigiu para as Cabeceiras do Rio Pardo a partir de 1800. Lembrando que Casa Branca, situada na Estrada de Goiás, foi elevada a freguesia em 1814 e era um local próximo ao sul de Minas Gerais. Na região de Casa Branca houve a tentativa de instalar pessoas vindas das ilhas portuguesas no Atlântico, tanto que o povoado ficou conhecido como “lugar dos ilhéus”.<sup>150</sup>

O fluxo que se dirigiu para Caconde revela que esse local não havia se tornado “sertão” outra vez, continuava habitado e a exercer sua centralidade nas redondezas. Só que agora na companhia das freguesias de Casa Branca e Franca. Quando Adriano Campanhole falou do pedido de “provisão para restauração da Freguesia de Caconde”, os dados que ele cita demonstram um pedido de licença para a construção da nova capela e ironicamente apontam para um alferes comandante da Freguesia do Bom Sucesso de Caconde.<sup>151</sup>

A morte do padre em 1799 representou um momento duro para Caconde em seu status de freguesia: ficaram difíceis as ações paroquiais nas redondezas. Talvez nenhum pároco tivesse aceitado assumir a Igreja de N. S. da Conceição do Rio Pardo, com isso as dificuldades aumentavam, os serviços se acumulavam. Daí a desobriga da paróquia e sua subsequente vinculação à paróquia mineira de Cabo Verde. O fim da paróquia não significou o fim da freguesia, a menção a um alferes comandante da freguesia permite essa inferência. Apesar da intrínseca relação igreja/administração numa freguesia, o fim da paróquia local não impedia a continuidade das instâncias burocráticas, principalmente daquelas ligadas à fiscalização.

Em termos históricos, a criação da Freguesia de N. S. da C. das Cabeceiras do Rio Pardo em 1775 foi um acontecimento permanente na região. A estrutura da freguesia se transformou com as mudanças econômicas locais, demográficas e alterações na estrutura socioeconômica. Além disso, a freguesia ainda conservava sua importância estratégica para os paulistas na ocupação do interior da capitania e nos problemas de divisas com Minas Gerais. Conforme chegavam os agricultores de Minas Gerais, pode se perceber o papel centralizador que a freguesia exercia na região.

---

<sup>150</sup> TREVISAN, Amélia. **Casa Branca**: a povoação dos ilhéus. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1982. p. 65.

<sup>151</sup> CAMPANHOLE, op. cit., 1979, p. 182.



Os mineiros que para ali vieram tinham como referência o povoado sede, dessa postura se estabeleceram as relações entre Caconde e as fazendas que surgiam. Parte dessas fazendas se tornou novos povoados, freguesias e depois vilas, que conservaram essa relação inicial. Muitas das atuais cidades ao redor de Caconde foram desmembradas desse núcleo pioneiro. O que levou a essa relação com Caconde foi todo o movimento de ocupação desencadeado em 1765; essa ocupação favoreceu a construção de estradas que se dirigiam ao povoado, onde já havia uma estrutura física de moradias, instrumentos para a agricultura, solo preparado, moradores.

Na passagem para o século XIX a região das Cabeceiras do Rio Pardo, agora conhecida como Caconde, já não era mais um “sertão”. Isso favoreceu a vinda desses agricultores e permitiu que a centralização da freguesia fosse readaptada às novas condições socioeconômicas. Os mineiros encontraram um vilarejo para fazer seus negócios, rezar missas, encontrar as pessoas. Há um movimento religioso e político dos moradores locais que demonstra essa situação de centralidade.

Em 1820 ocorre a restauração da paróquia de Caconde. Foi essencial a participação dos locais para que isso ocorresse. O movimento como um todo foi liderado pelo capitão Alexandre Luiz de Mello, juntamente com os proprietários da fazenda Soledade – onde hoje está a cidade de Tapiratiba. Eles foram os doadores dos patrimônios necessários à restauração da paróquia. Além disso, a família Mello contava com um religioso, Carlos Luiz de Mello, que se tornou o vigário de Caconde em 1823. Com certeza ocorreu a participação de mais membros da sociedade, participando através da confecção de artefatos religiosos, pequenas doações, na reforma da antiga capela. É interessante notar que os fazendeiros que doaram as terras eram donos de propriedades rurais que originaram duas cidades na região, atestando assim a centralidade local.

A emancipação desses locais se deu em relação à Vila de Caconde, que passou a ter Câmara de Vereadores apenas em 1864. Essas vilas surgiram no final do século XIX e início do XX. Durante a segunda metade do século XIX, a centralidade de Caconde foi partilhada com o aumento da influência política e burocrática de Casa Branca. Os locais que formaram a região de Caconde nos séculos XVIII e XIX são hoje as atuais cidades de Mococa, São José do Rio Pardo, Tapiratiba, Divinolândia e São Sebastião da Gramma. Todas em São Paulo.<sup>152</sup> Em relação a Mococa cabe uma rápida consideração, sua vinculação se deu mais no século XVIII com a Borda do Mato, pois logo quando ocorreu a criação da Freguesia de Casa Branca, em 1814, o território de Mococa passou a se vincular com Casa Branca. Divinolândia

---

<sup>152</sup> Ver mapa da microregião de São João da Boa Vista com as cidades mencionadas em destaque, na p. 134.

e São Sebastião da Gramma eram distritos de Caconde até 1898, quando foram transferidos para a Vila de São José do Rio Pardo – elevada a tal condição em 1885.<sup>153</sup>

São esses municípios atuais que contribuem para entender o que foi a antiga região das Cabeceiras do Rio Pardo. É difícil delimitar seus limites ou quais eram as divisas da antiga Freguesia de N. S. da C. das Cabeceiras do Rio Pardo. Mas os córregos que foram sendo ocupados com as catas de ouro, as picadas criadas, as fazendas que surgiam com a migração mineira e, por fim, os povoados que deram origem aos referidos municípios contribuem nesse sentido. O surgimento do que se entende como região de Caconde (local de onde saíram as cidades relacionadas) se deu na primeira metade do século XIX, graças aos migrantes mineiros que, desde essa época, estabeleceram as bases da agricultura de exportação na região. E eles não plantaram café. Foram para Caconde a fim de plantar cana-de-açúcar ou exercer a pecuária, atividades que lhes permitiram se inserir na agricultura de exportação.

Um exemplo disso é a cidade de São José do Rio Pardo. Fábio Missura apontou que o estabelecimento dos primeiros grandes proprietários na atual localidade se deu no contexto do estabelecimento das produções agrícolas de cana de açúcar em Caconde. Como atestou as atividades da família Mello. Também para este pesquisador, essas atividades permitiram o estabelecimento do complexo cafeeiro nas décadas de 1870 e 1880.<sup>154</sup> Marcos de Martini também constata que essas famílias são quase todas vindas de Minas Gerais, como os Costa Machado. O patriarca dessa família tinha vida política ativa em Minas Gerais quando se deslocou para São José do Rio Pardo.<sup>155</sup>

Parte do acúmulo de capital para o estabelecimento da cultura do café na região veio dessas primeiras atividades. O surgimento da região de Caconde foi vinculado com a chegada dos agricultores focados na exportação, de suas instalações foram surgindo pequenos povoados que se ligavam de alguma forma à Freguesia de Caconde. Assim, o surgimento dessa região esteve atrelado às transformações agrícolas processadas no interior do Brasil ainda no século XVIII.

---

<sup>153</sup> CASSASSOLA, Luiz Antonio. **Família, capitalismo e modernização**: um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo-SP (1870-1930). 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

<sup>154</sup> MISSURA, Fábio Augusto. **Costa Machado**: ação política e empresarial na sociedade do Café em Rio Pardo (1877-1917). 2003. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003. *passim*.

<sup>155</sup> DE MARTINI, Marcos. A **empresa de terra e colonização Labieno da Costa Machado**: do velho para o novo oeste paulista. 2000. 255f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000. p 40.

### **3.2 A Capitania de São Paulo no Século XVIII: A Agricultura de Exportação e a Penetração pelos “Sertões” Paulistas**

A formação de um povoado nas Cabeceiras do Rio Pardo foi decorrente das atividades agrícolas paulistas do século XVIII. Primeiro surgiram os sítios e fazendas voltados ao abastecimento interno, depois as políticas voltadas para a exportação de produtos agrícolas colaboraram para a expansão das grandes propriedades e escravarias. Transformou-se nesse século o perfil agrícola de São Paulo: a agricultura de subsistência perdeu lugar para aquela focada no comércio e na exportação. Os que viviam da subsistência foram impelidos a buscar novos locais para suas plantações ou outras formas de ganhar a vida. Dirigiram-se, em sua maioria, para áreas menos habitadas e que ainda não haviam sido atingidas por essa transformação. Aos poucos foram ocupando outros sertões do Brasil, locais que mal haviam sido tomados pelas capitanias.

A partir de 1765, alguns desses moradores foram parar nas Cabeceiras do Rio Pardo, desencadeando a ocupação e a formação de um povoado no local. Assim esses pioneiros inseriram a região no processo histórico de transformação agrícola vivenciado em São Paulo no século XVIII.

A Capitania de São Vicente foi uma capitania donatarial até 1709, quando foi adquirida pela Coroa e se tornou Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Isso significa que até 1709 a responsabilidade administrativa e econômica sobre as terras de São Paulo cabia aos seus capitães donatários. Eram eles que arrendavam as terras, nomeavam o ouvidor, tinham responsabilidade na aplicação da justiça. Auferiam ganhos e status com os rendimentos usufruídos no território vicentino. Depois a administração da capitania ficou a cargo dos governadores nomeados pela Coroa, responsáveis a partir de então pela arrecadação de impostos, distribuição de sesmarias, justiça. No entanto, os resquícios da organização donatarial permaneceram por algum tempo em contraponto com o poder dos governadores. Essa situação poderia se exacerbar numa economia de mineração aurífera, o que complicaria a presença e a posse da Coroa nessas regiões.

As descobertas de ouro nas proximidades do Rio das Velhas em 1695 em Minas Gerais e as tentativas de um controle mais eficaz por parte de Portugal no começo do século XVIII foram importantes para a instalação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em lugar da Capitania donatarial de São Vicente. A mineração mudava as perspectivas econômicas para a região, era uma atividade que exigia maiores cuidados por parte da Coroa.

O aumento populacional nessas áreas e o contrabando do ouro seriam inevitáveis. Era preciso haver um representante direto da Coroa nesses locais, papel exercido pelo governador. Depois foram criadas vilas, como Mariana, nas proximidades das regiões mineradoras, que em 1720 passaram a compor uma capitania independente de São Paulo, a Capitania de Minas Gerais.

A criação de Minas Gerais e a derrota dos paulistas na Guerra dos Emboabas foram sentidas entre os moradores de São Paulo dessa época. Frente à opulência vista nas regiões mineradoras, o pessoal de São Paulo se sentiu mais pobre do que a população de outras capitanias e, sobretudo, com seu orgulho ferido, pois foram eles os descobridores dessas minas. Não se quer negar com essa observação a pobreza existente nas vilas de São Paulo, nos sítios ou mesmo nas grandes propriedades. É preciso indicar, contudo, que houve um processo historiográfico que acentuou essa situação de pobreza. Isso se deu pela opulência das Minas Gerais no século XVIII, a constante perda de territórios por São Paulo e depois a perda de sua autonomia com a anexação ao Rio de Janeiro; por fim, houve a introdução da cafeicultura no século XIX em São Paulo como um parâmetro de riqueza e dinamismo utilizado por diversos historiadores. Os indícios das dificuldades sociais dadas pelos próprios homens do século XVIII foram relacionados com o papel econômico paulista nessa época. A pobreza social e as dificuldades do dia a dia foram associadas com o fato de São Paulo não ter dominado a atividade mineradora, nem ter tido um produto agrícola de exportação.

Definir São Paulo como uma das capitanias mais pobres e miseráveis dessa época pode ser fruto de uma associação entre os constantes reclamos da população local em relação a sua situação econômica e a falta de um produto de exportação. O Morgado de Mateus associou a pobreza de São Paulo à falta de uma agricultura comercial. O ouvidor Marcelino Pereira Cleto afirmou que a capitania era uma das mais decadentes da América por conta da saída da população para as Minas Gerais. Para muitos, o estado miserável da Capitania de São Paulo era causado pela péssima situação da agricultura, que não produzia nada que pudesse ser exportado.<sup>156</sup>

Considerações como as de Pereira Cleto e do Morgado de Mateus devem ser repensadas. Primeiro, a grande maioria da população seja no Nordeste brasileiro, seja nas Minas, seja em São Paulo vivia em condições precárias, condenada à fome em caso de uma colheita ruim. Segundo, eram constantes os reclamos das câmaras municipais usando como argumento a pobreza em suas reivindicações frente aos governantes.<sup>157</sup> Tais afirmações podem ser verdadeiras em relação à falta de um produto de exportação até a segunda metade

---

<sup>156</sup> PETRONE, op. cit., p. 15-16.

<sup>157</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Unesp, 2009. p.102.

do século XVIII. Contudo, elas foram acentuadas em determinados contextos historiográficos do Brasil.

Um desses contextos, buscando compreender as razões que levaram ao subdesenvolvimento brasileiro, com razão, focalizou o latifúndio, as escravarias, as relações senhoriais, todos examinados dentro de um cenário agroexportador. Trata-se das pesquisas feitas nas décadas de 1960 e 1970. Nelas, regiões não exportadoras ficaram à margem das principais publicações. Focavam-se, sobretudo, o Nordeste da cana-de-açúcar e a mineração de Vila Rica e Mariana; as demais regiões orbitaram esses centros principais. Nessa posição periférica encontrava-se São Paulo, que apenas abastecia esses mercados com indígenas escravizados e alimentos, e cujos aventureiros se infiltravam pelo interior do Brasil.<sup>158</sup>

Já do ponto de vista econômico dessa capitania a situação parece ser outra, segundo pesquisas recentes sobre o papel de São Paulo no abastecimento interno. A mineração das Gerais propiciou, na primeira metade do XVIII, em diversas regiões do Brasil, o surgimento da economia de abastecimento interno. Eram produzidos alimentos, fornecia-se gado para transporte, a agricultura passava por um processo de expansão focado no mercado interno. A Capitania de São Paulo esteve inserida nesse contexto de transformação econômica. A mineração nas Gerais possibilitou o surgimento de uma rede mercantil em São Paulo, bem como o estímulo à economia local.

Assim, havia uma situação econômica e produtiva na Capitania de São Paulo distinta de sua realidade social. Havia uma elite local se formando, houve expansão de alguns latifúndios e escravarias já na primeira metade do século XVIII: o acúmulo de capital desse primeiro período foi importante para a estruturação da economia exportadora do açúcar fomentada pelos governadores pós-restauração de São Paulo. Realidade econômica distinta do cotidiano dos moradores da capitania, que sofriam dificuldades para a obtenção de produtos necessários como sal, farinha, carne, utensílios para o cultivo.

Isso tudo foi um longo processo iniciado no século XVII, quando surgiu uma rede paulista de produção e distribuição de farinhas. Produzidas no Planalto Paulista, eram comercializadas em Santos, podendo ser encaminhadas para outras capitanias e a região do Prata.<sup>159</sup> Já nessa época a produção agrícola estava focada na comercialização de seu excedente, obviamente convivendo com a agricultura de subsistência, sobretudo, organizada em locais de recente ocupação, como as franjas dos sertões paulistas.

---

<sup>158</sup> BLAJ, op. cit., p. 66.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 103.

A atividade abastecedora pode conferir a uma região, nas palavras de Ilana Blaj, uma economia e uma sociedade que vivem em “função das demais”. Isso se o abastecimento for visto como simples economia complementar. Sob outras perspectivas, esse tipo de produção tem importante função política. Estudando a relação do Senado da Câmara de São Paulo com as políticas de abastecimento vicinal, ou seja, o fluxo de produtos que se dá entre uma vila e suas freguesias, a historiadora Denise Soares Moura aponta que esses negócios foram além da “acumulação, fortuna, enriquecimento”. Uma das preocupações centrais da Coroa era com a alimentação da população, para isso contava com o apoio das câmaras municipais. Nesse abastecimento vicinal havia uma preocupação das câmaras com o fluxo de alimentos, pois a existência dos víveres e a taxaço pela respectiva câmara permitiam a geração de recursos locais e régios.<sup>160</sup>

O abastecimento dos vassalos era importante para o Reino de Portugal. Parte da responsabilidade política pelo abastecimento recaía sobre as câmaras municipais. Este era um dos deveres sociais da Coroa em relação aos seus vassalos. Foram feitas algumas leis que estabeleciam, para as grandes propriedades, um mínimo a ser cultivado para a subsistência. A resistência dos grandes produtores a essa legislação e a falta de recursos dificultou a penetração dessas atividades no Império de Portugal.<sup>161</sup>

Antes de prosseguir nas considerações sobre as redes de abastecimento é preciso algumas considerações sobre o Senado da Câmara. Tratava-se de uma estrutura política colonial que estendia sua jurisdição aos termos respectivos, sendo compostas por um juiz ordinário, um juiz de fora e um juiz presidente, três vereadores e um procurador. Cargos ocupados pelos chamados homens-bons. As câmaras tinham patrimônio e finanças próprias independentes do real erário, o seu patrimônio era composto de terras que eram lhe concedidas no ato de criação da vila. A Câmara era responsável pelas rendas municipais, questões públicas de limpeza e higiene, a justiça local.<sup>162</sup>

Estendendo essa reflexão para o cenário de distintas vilas ou capitâneas percebe-se que também havia uma questão política incidindo no abastecimento. Dentro do contexto das relações luso-brasileiras, a Capitania de São Paulo exercia papel importante no abastecimento interno das Gerais, da Vila de São Paulo e de outras localidades, como Goiás e Mato Grosso. Sendo o abastecimento importante nas relações entre a Coroa e os seus súditos, São Paulo, conforme se integrava nessa rede econômica, ganhava importância política dentro do contexto

---

<sup>160</sup> MOURA, Denise A. Soares de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822). *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 261-290, 2005.

<sup>161</sup> LINHARES, op. cit., p. 121.

<sup>162</sup> PRADO JUNIOR, op. cit., 2008, p. 316.

luso-brasileiro. Isso porque a capitania foi importante para conter a crise do abastecimento surgida quando se iniciaram as atividades auríferas em Minas Gerais.

Com a expansão populacional de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no começo do século XVIII, houve um aumento da demanda por alimentos. A produção até então existente não conseguia responder à nova situação. Além do que, os pioneiros que chegaram às Gerais para a mineração deixaram de lado o cultivo de artigos alimentares para sua subsistência.<sup>163</sup> Assim, rapidamente houve um processo inflacionário sobre esses alimentos, bem como sua escassez no mercado.

E estes preços são tão altos e tão correntes nas Minas foram causa de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias, e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos por se levarem quase todos onde, vendidos, hão de dar maior lucro.<sup>164</sup>

Nessa época o equilíbrio entre produção e consumo se alterou mesmo em regiões baseadas na subsistência. Conforme os produtores paulistas foram se adequando a esse mercado, a falta de alimentos e a pressão inflacionária se arrefeceram. Para a Coroa isso era fundamental: evitava crises de alimentação e revoltas contra essa situação precária. A nobilitação e o prestígio das câmaras municipais fornecem importantes indícios nos rumos do abastecimento do tipo vicinal. Para o abastecimento entre as capitanias as questões do prestígio e da nobilitação também valeram. Existe, entretanto, uma diferença entre ambos: o abastecimento vicinal é ligado às questões mais locais da vila e da vizinhança; já entre as capitanias o comércio é mais amplo e impessoal, não há a relação vila-freguesia. Dessa forma, o aspecto político do abastecimento entre capitanias reside no dever moral que a Coroa tem de abastecer seus subordinados.

O abastecimento tanto era uma fonte de recursos e de poder político para a instância municipal, como uma obrigação moral que costurava a relação de benfeitor-beneficiado existente na sociedade de Antigo Regime do Brasil-Colônia.<sup>165</sup>

Se política do abastecimento português se enquadrava na sociedade de Antigo Regime, então, pode-se afirmar que ele era uma forma de impor limites ao poder dos governantes. Estes precisavam administrar o fluxo dos alimentos até os arraiais, freguesias e vilas que se

---

<sup>163</sup> BOXER, Charles R. **A idade do ouro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963, p 61.

<sup>164</sup> ANTONIL, op. cit., p. 171.

<sup>165</sup> MOURA, op. cit., p. 264.

formavam pelo Brasil, controlar a alta dos preços, colaborar para a produção interna. Isso exigia negociações por parte dos governantes com os membros da rede mercantil voltada para esse tipo de abastecimento. Negociações que acarretavam uma série de exigências e contrapartidas e geravam parte das tensões existentes entre a população local e os administradores. Por um lado havia uma elite mercantil interessada em negociar seus produtos nos melhores mercados, com isso o preço dos alimentos encarecia. Os ganhos dessa elite crescente desequilibravam a produção e o consumo, pois seus integrantes dispunham de força econômica para adquirir mais terras e cultivá-las. Por outro lado havia o governo que, interessado na política do abastecimento, buscava conter o avanço dos preços, contrariando interesses da elite que surgia, mas ao mesmo tempo necessitava dessa elite para cuidar da administração colonial. O governo fazia isso por meio de designações, titulações, cargos de nobreza; por traz deles havia funções como coleta de impostos, abertura de estradas, construção de fortificações, contagem da população, cuidados com os arraiais e freguesias, arregimentação de homens para os exércitos e as guardas.

Do abastecimento da farinha e do sal no século XVII ao aumento da demanda por produtos agrícolas das zonas mineradoras no século XVIII, foi aos poucos se formando uma elite de negociantes em São Paulo. Esses mercadores contribuíram para a penetração da capitania no interior do Brasil com seus produtos agrícolas. Configurou-se desse modo uma rede de abastecimento característica do Antigo Regime, com estruturas que iam além do plantio, comercialização, rotas e lucro, mas se reportavam também ao papel da Coroa em sua função de governo: administrar seus súditos, evitando revolta entre eles e deles contra o poder real.

A formação de uma elite mercantil não significava que todo aquele agricultor que se voltou para o abastecimento pertencia a esse grupo. Havia produtores menores focados em sua vila ou freguesia, havia aqueles dedicados à subsistência e que praticavam o comércio quando surgia um excedente em sua produção. Esses grupos também participavam dessa rede de abastecimento. O grande drama para esses pequenos produtores, talvez, nem fosse a concorrência com a elite mercantil ascendente, e sim a perda dos seus sítios e roças para as grandes propriedades. Conforme se expandia a hierarquização social em São Paulo, tensões entre os locais começaram a surgir. O jogo de forças entre esses dois grupos levou esses roceiros a procurar outros espaços para ganhar a vida.

Essa compreensão da passagem do século XVII para o XVIII permite dizer que, ao contrário de passar por um momento de estagnação, a Capitania de São Paulo se integrou às redes comerciais que surgiam no Brasil por conta de sua atividade abastecedora, que



princípios ainda no século XVII e foi intensificada com o surgimento das atividades mineradoras. Por sua vez, o abastecimento possibilitou o surgimento de uma elite mercantil em São Paulo, fundamental para as modificações que se processaram na segunda metade do século XVIII nessa capitania, sobretudo, para o povoamento dos sertões paulistas, como foi o caso da região do Rio Pardo.<sup>166</sup>

A expansão das fazendas já na primeira metade do século XVIII forçou os pequenos sítios e viventes da subsistência a buscar outras locais para seus cultivos ou outras atividades, como a busca por metais preciosos, caça a escravos fugidos, desmantelamento de quilombos, execução de obras e ofícios pelos sertões inóspitos. Essas atividades estavam vinculadas com a cultura das bandeiras paulistas e a distribuição de honrarias, direitos de exploração da terra, pedágios e quantias em dinheiro. Foram atividades realizadas na Capitania de São Paulo desde o século XVI, mas motivos distintos, como os discutidos agora, promoveram a permanência dessas andanças.

Junto dessas atividades de penetração no interior, as tarefas exigidas para o abastecimento das minas possibilitaram a abertura de novos caminhos que partiam das áreas produtoras e comerciais mais tradicionais como São Paulo, Jundiaí, Sorocaba, Itu, São Vicente, Mogi das Cruzes, Taubaté, Parnaíba. Ou mesmo a sedimentação de caminhos já abertos. Capistrano de Abreu indica que foi a mineração que possibilitou a abertura desses caminhos:

Para mobilizar todas essas forças bastou o descobrimento do ouro, ouro corrido, é verdade, como se conseguira já em tantos córregos e rios, mas com abundância de que só em terras de língua inglesa se encontrou o equivalente em nossos dias.<sup>167</sup>

Um duplo movimento, então, foi desencadeado pelo surgimento dessa elite focada no abastecimento interno: a continuidade dos movimentos de penetração pelo interior por parte dos moradores de São Paulo e a abertura de caminhos, picadas e estradas ligando as áreas produtoras com os novos mercados ou com as novas áreas que estavam sendo povoadas pelo interior de São Paulo. Lembrando que, até o começo de 1720, São Paulo abrangia o atual Estado de Minas Gerais, e até meados de 1740, os atuais estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, bem como a região Sul.

---

<sup>166</sup> Para os assuntos de formação da elite mercantil na Capitania de São Paulo e o comércio interno, observar: Modos de Governar, Trama das Tensões, Sol e Sombra.

<sup>167</sup> ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 45.

Ilana Blaj, ao afirmar que a mercantilização da Vila de São Paulo também se representa na preocupação em conservar seus caminhos com os bairros rurais a sua volta, demonstra a importância desses caminhos para o escoamento da produção. Ainda, segundo a autora, nesses caminhos uma série de contratos e direitos de passagem enriqueceu a elite local, e mais, que nesses caminhos que se entrecruzavam pelo interior de São Paulo, Minas Gerais e Cuiabá, havia uma importante troca comercial de gêneros alimentícios locais, mercadorias importadas e gado.<sup>168</sup> Talvez as principais mãos que exerceram esses serviços, receberam esses contratos, fossem as dos sertanistas de São Paulo.

É preciso atentar que a expansão da agricultura para o abastecimento não se deu em todo o território de São Paulo dessa época. Foi um movimento restrito às vilas mais antigas, nos seus arredores, no caso nos bairros rurais dessas vilas, e nos circuitos onde se dava o escoamento dessa produção. Isso ocorreu, sobretudo, nas vilas que haviam sido formadas no século XVII ou mesmo antes, como Curitiba<sup>169</sup>, Sorocaba, Jundiáí, Taubaté, a Vila de São Paulo, Mogi das Cruzes. Apesar de já nas primeiras décadas do século XVIII surgirem exemplos de latifúndios com escravarias negras, foi só na segunda metade do século XVIII, mais propriamente com a chegada do Morgado de Mateus, que surgiram as lavouras de exportação, e mesmo nesse segundo período era intensa a convivência da lavoura de exportação com as agriculturas de subsistência.<sup>170</sup>

Assim, para as demais regiões paulistas que foram sendo ocupadas na primeira metade do século XVIII, é possível afirmar que a principal estrutura agrícola estava baseada na subsistência, na produção familiar, nas pequenas posses. Realidade que não impedia a inserção desses pequenos agricultores em tal rede de abastecimento. Contudo, dificilmente nesses locais se instalaria o pessoal ligado à elite mercantil paulista em ascensão.

A agricultura de subsistência não impedia que a agricultura de abastecimento fosse sentida nessas áreas, pois seu comércio possibilitou a abertura da estrada que se dirigia até Goiás e o subsequente surgimento de atividades agrícolas em sua proximidade. Houve intensificação do povoamento da Vila de Jundiáí e seus arredores, que levou ao surgimento dos arraiais de Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Outras áreas como Sorocaba, o Vale do Paraíba e os trechos litorâneos também sofreram intensificação do povoamento. Essas regiões se interligavam ao interior do Brasil: às áreas pecuaristas do sul através de Sorocaba e Curitiba; às vilas mineradoras de Goiás e Mato Grosso pela estrada que partia de Jundiáí rumo ao oeste

---

<sup>168</sup> BLAJ, op. cit., p. 267; p 276.

<sup>169</sup> Curitiba pertenceu a São Paulo até 1853, quando o Paraná foi criado e seu território desvinculou-se do paulista.

<sup>170</sup> MARCÍLIO, op. cit., p. 129.

do Brasil; ao Rio de Janeiro e Minas Gerais pela agricultura existente nas vilas do Vale do Paraíba; e à Vila de Santos que fazia a ligação marítima.

Por conta dessas localidades, São Paulo tinha penetração nessas capitanias e elas, por sua vez, na capitania paulista. Por exemplo, para atender ao mercado consumidor das regiões mineradoras, São Paulo dependia dos rebanhos encaminhados das áreas pecuaristas meridionais. O Rio de Janeiro também era um importante ponto para a comercialização dos produtos paulistas, dali eles podiam ser reexportados para a Europa ou comercializados com o Norte e o Nordeste do Brasil ou mesmo com a região do Prata. O desenvolvimento de uma elite mercantil em São Paulo, as estradas que foram sendo abertas, a ocupação do interior da capitania, tudo isso permitiu que São Paulo desenvolvesse uma agricultura de exportação e se integrasse no projeto militar da Coroa para o Sul do Brasil.

### **3.3 Interiorização do Brasil: A Ocupação do Centro-Sul e seu Novo Papel Econômico**

Essa penetração por conta das relações comerciais pode ter acentuado uma característica da capitania desde a fundação da Vila de São Paulo de Piratininga: a importância militar e estratégica de São Paulo em relação a defesa ou expansão do território português na América. A criação de um governo geral para a Capitania de São Paulo em 1709 teve condicionantes ligados à interiorização do Brasil e aos conflitos com a América Espanhola. Os reinos ibéricos tinham políticas de colonização deliberadas em relação ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, ambos buscavam controlar o mercado da prata, dos couros e do mate escoados pela região platina. Conforme o povoamento nas áreas próximas ao Rio da Prata e o comércio se acentuavam na região, os conflitos entre Portugal e Espanha pelo domínio dessas áreas eram aquecidos.<sup>171</sup>

Enquanto isso outras áreas incertas entre Espanha e Portugal também eram ocupadas como as regiões de Cuiabá, a Ilha de Santa Catarina, a região de Laguna. Nesses locais se desenvolveram a pecuária e a mineração, que logo se inseriram no intercâmbio comercial com São Paulo. A interligação dessas regiões com a América Portuguesa e com o mercado colonial dependia dos veios abertos na Capitania de São Paulo, bem como das relações estabelecidas com os mercadores paulistas. Isso atribuía a São Paulo um aspecto de centralidade no abastecimento interno da América Portuguesa.

---

<sup>171</sup> MAXWELL, op. cit., 1996. p 126.

Essa relação comercial da Capitania de São Paulo com as regiões que faziam fronteira entre Portugal e Espanha na América, no caso Cuiabá e o Sul, foi importante para a consolidação do seu papel estratégico frente à América Espanhola, seja para defender territórios seja para conquistá-los. Através dos seus negócios surgiram caminhos, picadas e estradas, que nos momentos de conflito assumiram importante papel estratégico no escoamento das tropas, munições e animais. A elite mercantil era detentora de recursos monetários para organizar os soldados, equipá-los e fardá-los. Seus membros estavam interessados em comandar essas tropas. Essa era uma forma de conquistar títulos e honrarias, se destacando na sociedade de então.

Outro aspecto a ser levantado é o crescimento populacional por qual estava passando a Capitania de São Paulo no século XVIII. Situação interessante no recrutamento de braços para os conflitos que estavam surgindo entre Portugal e Espanha nas fronteiras meridionais da América.

Por conta dessa realidade, Karina da Silva afirmou que a escolha de uma sede para estabelecer um núcleo militar para fazer frente às forças espanholas recaiu em São Paulo em detrimento do Rio Grande do Sul. Enquanto em São Paulo, área de colonização antiga, havia uma elite possibilitada de disponibilizar seus recursos para fins militares e uma população relevante, o Rio Grande do Sul era uma região de colonização recente, com uma elite em formação e poucos homens disponíveis para as fileiras.<sup>172</sup>

A organização militar da Colônia incidia diretamente em São Paulo. É verdade que sua localização geográfica favorecia: estava relativamente perto do estuário do Prata e das fronteiras com a América Espanhola. Foram outros aspectos, entretanto, que levaram a Capitania de São Paulo a assumir a frente militar portuguesa na América. A formação de uma elite local interessada em ascender politicamente e ser aceita nos meios aristocráticos de então, o crescimento populacional, a existência de caminhos que ligavam São Paulo às regiões de fronteira tanto no Sul quanto no Centro-Oeste, nas proximidades de Cuiabá.

Ainda em relação à organização militar de São Paulo, em 1748 essa capitania foi anexada ao Rio de Janeiro. Como já mencionado no primeiro capítulo, esse ato correspondeu a uma estratégia militar: unificar a ação bélica no caso de conflito com os espanhóis. Essa afirmação de Heloisa Bellotto está no contexto do pensamento historiográfico que relega à Capitania de São Paulo um papel preponderante no abastecimento interno da América Portuguesa e, por sua vez, na formação de uma elite mercantil. Não houve, portanto, relação

---

<sup>172</sup> SILVA, Karina da. **Os recrutamentos militares e as relações sociedade-estado na Capitania/Província de São Paulo (1765-1828)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006. p 75.

entre a pobreza de São Paulo e o fim de sua autonomia na segunda metade do século XVIII. Como já foi dito, a pobreza que havia em São Paulo era aquela característica do Brasil: mesmo no Nordeste do açúcar ou nas Minas Gerais do ouro havia situações de falta de alimentos, vestimentas precárias, violência.

A anexação de São Paulo à Capitania do Rio de Janeiro perdurou entre 1748 e 1764. Pode-se inferir que essa situação não foi tão prejudicial a São Paulo. Ao que tudo indica, a perda mais sensível com isso foi a extinção do cargo de governador da capitania. Enquanto isso, o governo da Praça de Santos assumiu as responsabilidades militares por São Paulo e o sul. Segundo Bellotto, suas atribuições eram ainda maiores: obras públicas, cobrança dos quintos, cumprimento das leis. Entretanto, ficava o governo de Santos subordinado ao do Rio de Janeiro. Foi característica desse período uma grande confusão administrativa: algumas ordens régias continuavam sendo canalizadas para o governador da Capitania de São Paulo.<sup>173</sup>

A estratégia de unificação das forças militares do Sul brasileiro se mostrou ineficiente diante do primeiro avanço espanhol, com a invasão do Rio Grande do Sul em 1762. A derrota nessa campanha demonstrou a necessidade de estruturas de guerra mais organizadas na frente sul, liderada por um militar de formação. A distância entre o Rio de Janeiro e o Sul imperou no momento da batalha, o que “tornava impraticável a teoria do Sul ‘sob um só mando’<sup>174</sup>

Uma série de medidas foi tomada para estruturar a ação bélica no Brasil. A elevação do Rio de Janeiro em 1763 à condição de sede do governo do Brasil aproximou a administração geral do Brasil em relação ao ouro extraído nas Gerais e ao conflito com a América Espanhola. A restauração do cargo de governador de São Paulo em 1764 possibilitou uma nova unidade militar fazendo frente aos espanhóis, dividindo essa tarefa com o Rio de Janeiro.

Outra medida, iniciada em meados do século XVIII, foi a reestruturação do corpo do exército português no Brasil. As ordenanças eram compostas por pessoas vindas da agricultura, do comércio e de outras atividades que não propriamente militares. No século XVIII as ordenanças foram dando lugar às milícias – que arrolavam seus membros entre os componentes da ordenanças, davam-lhes treinamento periódico e se inseriam dentro de uma hierarquia militar. Das milícias eram arrolados homens para a tropa regular – mais treinada e composta por assalariados. A organização das milícias e da tropa regular revela o início da estruturação militar portuguesa no Brasil.<sup>175</sup>

---

<sup>173</sup> BELLOTTO, op. cit., p. 33.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>175</sup> SILVA, op. cit., 2006, p. 67.

Como mencionado, o primeiro governador de São Paulo após a restauração foi D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, militar de carreira e formado no século XVIII ibérico. Poucas informações foram achadas acerca de suas promoções militares e de sua formação intelectual. Como todos os demais governadores que vieram para o Brasil, o Morgado pertencia a nobreza portuguesa. A escolha dele obedeceu a esse critério.<sup>176</sup>

No contexto da reestruturação militar no Brasil, o Morgado de Mateus criou um regimento de infantaria composto por seis companhias da tropa paga. Buscou tornar o recrutamento mais rigoroso, para isso pediu que se fizessem mapas populacionais, para saber onde estavam e quantos eram os jovens prontos para pegar em armas. Por fim exigiu que todos os moradores fossem alistados: nobres, plebeus, brancos, mestiços, negros forros.<sup>177</sup> O crescimento do alistamento provocou o aumento da deserção, muitos homens fugiam das vilas e freguesias para locais mais distantes da ação da Coroa, como os sertões desconhecidos. Os reclamos dos locais por conta dessa política de alistamento foram constantes: houve relativo despovoamento das freguesias e vilas da Capitania de São Paulo, o que provocou diminuição da mão de obra no campo.

Se a anexação da administração de São Paulo ao Rio de Janeiro ocorreu por conta de uma estratégia militar, sua restauração se deu, além do fator militar, pelas políticas iluministas luso-brasileiras que recaíram sobre a organização econômica do Império Português. A crise da mineração no Brasil do final do século XVIII fortaleceu a corrente de pensamento que defendia a predominância da agricultura sobre a mineração, como já tinha sido expressada por Antonil. Essa corrente havia se aproximado dos postulados fisiocratas que, grosso modo, defendiam como base da economia a produção agrícola.

O iluminismo português foi gestado bem antes de principiar o reinado de D. José I em 1750. Para Calazans, esse foi um movimento iniciado no começo do século XVIII, por estudantes, políticos e pensadores que tiveram acesso às novas ideias que circulavam pela Europa.<sup>178</sup> Elas tomaram vulto nas décadas seguintes, quando os políticos de Portugal, como D. Luís da Cunha, aderiram a esse pensamento.

Em seu testamento político de 1747 para o ainda príncipe D. José, D. Luís da Cunha afirmou que um dos males de Portugal eram suas relações comerciais com a Inglaterra expressadas no Tratado de Methuen. Para ele, esse tratado limitava a expansão da indústria da lã em Portugal. O diplomata escreveu também sobre a necessidade de reorganização da

---

<sup>176</sup> BELLOTTO, op. cit., p. 56.

<sup>177</sup> SILVA, op. cit., 2009, p. 241.

<sup>178</sup> FALCON, Francisco José Calazans. **A época Pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. p 204.

agricultura no Reino, inclusive, apontando a necessidade de diminuir o número e a extensão das terras sob a posse da Igreja, que chegavam a um terço do total. Abordou ainda a necessidade de povoar o Brasil sem esvaziar a população de Portugal; a solução para isso seria permitir a entrada de estrangeiros na América Portuguesa.<sup>179</sup>

O caráter iluminista está nitidamente presente nesse testamento. Só que sua preocupação latente era com a reorganização do Reino e a superação do atraso português perante nações como França e Inglaterra. O aumento da presença de mercadores de outras nações como Inglaterra levou à entrada de novos créditos no mercado brasileiro, o que prejudicou o exclusivo metropolitano. A entrada do crédito estrangeiro exigia dos mercadores brasileiros um comprometimento com os credores estrangeiros, e não somente com os portugueses. A atividade econômica desses países abalou os negócios dos mercadores portugueses no Brasil, que passaram a sofrer forte concorrência.<sup>180</sup>

Esses eram problemas econômicos. Realidade que os portugueses buscaram solucionar tentando controlar e fiscalizar melhor o mercado com o Brasil. O maior temor dos portugueses era a perda do seu domínio imperial. Também concebiam que esses países que avançaram sobre o Atlântico estavam num estágio de desenvolvimento melhor. Os portugueses que entendiam ser necessários superar esse atraso e aumentar os laços com o Brasil eram parte da chamada ilustração portuguesa. Pertenciam a diversas camadas da sociedade e apresentavam trajetórias distintas, mas compartilhavam de percepções em comum sobre aquela realidade: a interferência econômica e militar dos ingleses em Portugal e a hostilidade à filosofia escolástica e à Inquisição.<sup>181</sup>

Para esses pensadores, a necessidade de racionalização do Estado e a superação do “atraso” português eram prementes. Caso contrário a soberania da Coroa seria abalada, sobretudo no mundo ultramarino. O projeto desses homens repensava o Império Português na sua totalidade, buscando uma dinâmica desenvolvimentista que preservasse os vastos domínios ultramarinos. Algo que seria alcançado com um aparato institucional e burocrático eficiente.<sup>182</sup>

As ações da política pombalina, logo de início, focaram-se no fortalecimento de Portugal nos seus territórios do ultra-mar. A causa disso era a percepção entre os membros do governo e da administração de Portugal, como do Conselho Ultramarino, da existência de um

---

<sup>179</sup> TESTAMENTO Político de D. Luís da Cunha. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. (Série Testemunha da história). Passim.

<sup>180</sup> MAXWELL, op. cit., p. 45.

<sup>181</sup> FALCON, op. cit., p. 204.

<sup>182</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006. p. 36.

movimento autonomista no Brasil. Afora isso, estavam preocupados com o aumento da presença de mercadores rivais à Portugal no mercado português do Atlântico. Situações que ameaçavam a estabilidade do reino.<sup>183</sup>

Era preciso preservar o Império. A idéia de Império adotada por Portugal era uma unidade estabelecida sobre diferentes Estados preexistentes, que podia inclusive estar especialmente separados, ou sobre um território virgem de estrutura estatal desenvolvida, como ocorrerá no restante das Américas.<sup>184</sup> Os administradores e governantes portugueses não enxergavam o Brasil como uma unidade uma unidade. O que havia eram várias colônias e províncias sob o nome oficial de capitânias. Faziam parte da monarquia: as províncias do Reino de Portugal, as do Algarve, os estabelecimentos da África e do Oriente e as capitânias brasileiras: “A monarquia forma um complexo heterogêneo de reinos, estados, províncias européias e ultramarinas, capitânias e outras circunscrições sem título certo, [...]”<sup>185</sup>

Era preciso administrar os negócios do reino. Se, como indicou Caio Prado, o reino abrangia desde o rei até o último dos seus vassallos,<sup>186</sup> então era preciso proteger esses vassallos. Assim, o Marquês de Pombal estabeleceu, logo em 1751, leis que interessavam aos produtores de tabaco e açúcar no Brasil. Depois, em 1755, criou as companhias monopolistas para favorecer os comerciantes portugueses maiores em detrimento dos estrangeiros, sobretudo os ingleses. Acreditava-se que essas companhias permitiriam aos mercadores nacionais acumularem renda, possibilitando-os de concorrerem com o crédito estrangeiro, tão prejudicial ao exclusivo metropolitano e favorável ao contrabando dos produtos brasileiros, em todos os locais do comércio luso-brasileiro.<sup>187</sup>

A reforma pombalina implicava na reorganização do Reino e de seu ultramar, centralizando o poder e criando a figura do burocrata. Seu norte era a modernização portuguesa, necessidade atrelada com a visão dos primeiros iluministas lusos que, a partir de suas comparações com os países mais “modernos”, elaboraram as teses sobre o atraso português e as formas de superação dessa condição. Portugal enfrentava um momento delicado em relação a sua organização imperial e à autoridade do monarca, para os ilustrados portugueses, o seu monarca, aos poucos, vinha perdendo força: não havia controle da metrópole em relação a suas regiões do ultramar, sobretudo as mais periféricas.

---

<sup>183</sup> FALCON, op. cit., 1982, p. 372.

<sup>184</sup> SOUZA, op. cit., 2006, p. 99.

<sup>185</sup> PRADO JUNIOR, op. cit., 2008, p. 302.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 298

<sup>187</sup> MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa, a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p 35.



No conjunto dessas reformas administrativas e econômicas estava atrelado a visão iluminista portuguesa. Era preciso secularizar o Estado em relação a educação jesuítica e escolástica. Empreenderam-se, a partir da expulsão dos jesuítas, reformas do ensino na Universidade de Coimbra, o ensino secundário foi redefinido.<sup>188</sup> A tônica dessa reforma pedagógica vinculava-se com as questões administrativas do Reino: ela seria responsável pela criação de um quadro político mais técnico e moral e menos ligado às questões de filiação e nobreza.<sup>189</sup>

Para alguns historiadores, como Ana Clóset, o período pombalino foi contraditório: ao mesmo tempo que os políticos de Portugal se baseavam na ilustração para superar o atraso de Portugal, eles fortaleciam as bases do absolutismo real.<sup>190</sup> Essa contradição é explicada pela realidade do Império Português, que tinha suas principais fontes econômicas na agricultura e nas relações coloniais. Para alcançar as necessidades que estavam latentes no testamento de D. Luís da Cunha era preciso, então, fortalecer essas relações coloniais e agrícolas, afastando os ingleses, holandeses, franceses dos negócios brasileiros e, com isso, fortalecendo a presença lusa no Brasil.

Pode-se inferir que o fortalecimento das relações coloniais era uma forma de manutenção da ordem em Portugal e no seu além-mar, pois essa política restabeleceria o exclusivo metropolitano, o que diminuiria o contrabando, favoreceria os mercadores nacionais – que continuariam a apoiar a monarquia – e evitaria movimentos autonomistas no Brasil. Para Calazans a contradição existiu em relação aos filósofos iluministas que oscilaram entre as concepções políticas ilustradas e a tradição monárquica de manutenção da ordem. As práticas políticas desses filósofos enquanto estadistas, entretanto, não eram contraditórias: evitava-se a subversão à ordem, as leis existentes deveriam ser respeitadas e o progresso deveria vir “de cima”<sup>191</sup>. Esse raciocínio contribui, sobremaneira, para a compreensão do iluminismo luso-brasileiro.

Fortalecer a agricultura era, no momento pombalino, trazer o homem de volta para as culturas agrícolas do tabaco e do açúcar, colocar o homem de volta na produção que, de fato, é permanente. Algo perdido com a mineração das Gerais que, para os iluministas portugueses, favoreceu a cobiça e a desordem em terras da América portuguesa.

Por isso o pensamento europeu fisiocrata teve adeptos em Portugal e foi posto em prática nas políticas administrativas para o Brasil. Ao colocar a agricultura como uma forma

---

<sup>188</sup> FALCON. José Francisco Calazans. **Despotismo esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986. p. 31.

<sup>189</sup> SILVA, op. cit., 2006, p. 60.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>191</sup> FALCON, op. cit., 1986, p. 14-16.

econômica viável e fundamental para a economia das nações, essa teoria conjugava em Portugal os defensores do investimento na agricultura com o potencial agrícola do Brasil e a onda econômica internacional favorecendo a produção de produtos primários, como o algodão. Através da agricultura no Brasil, local das principais fontes de recursos do Reino, seria possível a estruturação das manufaturas reais condizente com as nações “modelos”, diminuindo a dependência de Portugal dessas nações.

Para reverter este quadro de crise, novas medidas eram necessárias e dentre elas uma merece destaque, por ser relacionada diretamente com São Paulo: o estímulo à produção voltada para a exportação em regiões do Brasil que não tinham grandes contribuições ao erário de Portugal. Como era o caso de São Paulo.

O historiador Arno Wehling aponta as principais regiões onde se deu o estímulo agrário (fomento) a partir do Campo dos Goitacazes, no Rio de Janeiro, em direção à região Sul. Tal ação correspondia à necessidade de fornecer matérias primas à indústria portuguesa e reexportá-las para os países ligados ao nascente movimento industrial. Como já foi dito, a política fomentista não só foi fruto da crise econômica portuguesa; sua origem também esteve associada ao cruzamento da influência do movimento agrarista europeu, dos fisiocratas e à pressão econômica exercida por conta da demanda de matérias primas.

Ao que tudo indica, o aumento da demanda de produtos agrícolas voltados para a indústria têxtil e a política de fomento portuguesa causaram grande impacto no Brasil. Fernando Novais apontou que, além de São Paulo, outras capitanias sofreram o impacto das políticas agrícolas e do aumento de demanda por produtos coloniais. Em alguns locais do Nordeste tentou-se, inclusive, cultivar plantas típicas do mercado oriental como a canela e a pimenteira, política agrícola que visou substituir o mercado perdido no Índico.<sup>192</sup> A Revolução Francesa também teve seus efeitos no Brasil, pois as colônias francesas produtoras de cana-de-açúcar estavam desorganizadas, o que valorizou o produto brasileiro.

Importante ação nesse contexto foi exercida por D. Luís de Almeida Portugal, 2º marquês de Lavradio. Foi o 11º vice-rei do Brasil, cargo exercido de 1769 até 1778,. Seu governo foi marcado pela extinção da Companhia de Jesus no Brasil, pela perda da Colônia do Sacramento para os espanhóis. O governo do marquês de Lavradio buscou diminuir a dependência de Portugal com países estrangeiros, estimulando o cultivo de produtos agrícolas com boa cotação e a produção de manufaturas e outros artigos necessários à indústria

---

<sup>192</sup> NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. p 258.

portuguesa. Outras questões também foram enfrentadas como o problema dos transportes e os altos tributos que incidiam na agricultura, criando barreiras para a produtividade.

O marquês de Lavradio foi importante para a elaboração da política fomentista no Brasil. Sua ação foi além das medidas pensadas por Pombal, quando se preocupou com as ciências naturais e incentivou a criação da Sociedade Científica – formada por um grupo de brasileiros que buscavam melhorar a produção agrícola no Brasil e se reuniam inicialmente no próprio palácio dos Vice-Reis. Também não se furtou aos investimentos no setor primário já existente no Brasil: cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, trigo e arroz, extração da madeira. Os investimentos portugueses se deram, sobretudo, com o envio de sementes ou plantas, proteção aos preços, compra da produção e elevação das taxas em relação à importação.<sup>193</sup>

Houve uma série de limitações quanto a essa política. As dificuldades de transporte e armazenamento dessas sementes e plantas eram imensas. A Coroa tinha dificuldade em honrar seus compromissos com os lavradores, pois isso significava gastos extras ao erário. Havia também as questões de fronteiras com a América Espanhola, que consumiam recursos e até mesmo o foco dos governantes, o que colocava em segundo plano a política fomentista. O diferencial do marquês de Lavradio residiu no apoio dado à Sociedade Científica. Formada por homens ligados à medicina e à botica, ela tinha preocupações com cirurgia, história natural, física, química e agricultura. Essa Sociedade teve como atuação mais significativa a questão agrícola, em que tentou introduzir novos cultivos e buscou trazer para o Brasil um pouco das inquietudes da política fomentista dos países europeus.<sup>194</sup>

A historiadora Maria Odila da Silva Dias chama a atenção para o constante aumento de pesquisas feitas por homens formados em Coimbra, Paris, Edimburgo e Montpellier. Preocupados com as questões mais “práticas” do Brasil, esses estudantes desenvolveram investigações voltadas para os problemas agrícolas do Brasil. Eles acreditavam que com investimentos na agricultura seria possível ativar o comércio e aumentar a população. Queriam estabelecer os valores práticos da burguesia no Brasil: desenvolvendo o trabalho, a indústria e o comércio, rompendo com as tradições heroicas e aristocráticas de Portugal.<sup>195</sup>

A ação do governo pombalino, do marquês de Lavradio, dos estudantes brasileiros na Europa e da Sociedade Científica estimularam, não só a agricultura brasileira, mas também os estudos de ciências naturais no Brasil. Houve com isso uma valorização dos produtos tropicais brasileiros. A difusão de estudos naturais na Colônia também constituiu um

---

<sup>193</sup> WEHLING, op. cit., p. 176.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 176.

<sup>195</sup> DIAS, op cit., p. 39-40.

fenômeno revolucionário, se comparado com os moldes do ensino jesuítico praticado até aquele momento.

Essas medidas se intensificaram quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho tornou-se ministro de Dona Maria I. A presença da Real Academia Científica, fundada por Dona Maria I, atesta isso. Seus membros estudavam ciências naturais, ciências exatas e belas letras. Muitos dos estudos e discussões nessas academias estiveram focados no desenvolvimento de Portugal, As pesquisas de ciências naturais, por exemplo, voltaram-se para as técnicas de plantio e maior aproveitamento das colheitas.

Muito se fala que em seu reinado houve um retrocesso no que diz respeito às políticas ilustradas. Por ser a rainha próxima da Igreja Católica, muitos dos analistas de seu governo afirmaram que as mudanças políticas feitas em seu reinado tinham a intenção de frear os avanços conquistados por Pombal. Houve sim mudanças políticas. Entretanto, as políticas pombalinas permaneceram e as novas ideias persistiram.<sup>196</sup> É preciso, mesmo que rapidamente, remeter-se ao Alvará de 5 de janeiro de 1785, assinado por Dona Maria I – que proibiu as indústrias têxteis no Brasil. Para Fernando Novais essa alvará decorre de uma visão político-econômica existente em Portugal dessa época: eram atividades que atrapalhavam a produção agrícola no Brasil – algo extremamente negativo para uma relação econômica que dependia dos produtos agrícolas. Assim a proibição as manufaturas obedeceu as necessidades imperiais de Portugal, ou melhor, a manutenção de suas posses no ultramar e preservação do sistema mercantilistas.<sup>197</sup>

O alvará de D. Maria I caracteriza-se no contexto da chamada viradeira, pois ele valorizou a produção agrícola em detrimento das manufaturas reais. A fisiocracia assumiu em seu reinado aspectos ligados a proteção da nobreza agrária e se distanciou dos referenciais pombalinos que vinham na agricultura e, também, na manufatura, as atividades essenciais dos homens.

A política econômica também foi alterada em relação ao reinado de D. José I. Um outro ministro de D. Maria I, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque, 3º marquês de Angeja, tomou medidas para reduzir o déficit português. Essa política econômica supunha uma alteração radical, mas ela não se concretizou. Era uma política de corte de gastos, inclusive dos luxos da Coroa. Entre outras medidas as companhias de comércio do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba foram extintas respectivamente em 1778 e 1780. A

---

<sup>196</sup> FALCON, op. cit., 1982, p. 226.

<sup>197</sup> NOVAIS, Fernando A. **Aproximações**: ensaios de história e historiografia. São Paulo. Cosac Naify, 2009. passim.

política industrialista foi afetada, aboliu-se a superintendência das fábricas do Reino e na Real Fábrica foram mantidas apenas as seções mais lucrativas.<sup>198</sup>

A viradeira, na verdade, ajuda a compreender os limites das políticas pombalinas. O primeiro ministro de D. José I fortaleceu alguns setores da elite portuguesa, como os mercadores do açúcar e do tabaco já estabelecidos. Fez isso em detrimento de outros grupos e interesses, como os jesuítas, os ingleses e os negociantes luso-brasileiros que faziam comércio com os ingleses. Marquês de Pombal, com essas medidas, buscou fortalecer as manufaturas portuguesas para diminuir a dependência portuguesa dos produtos ingleses. Para isso era preciso fortalecer a elite mercantil portuguesa já estabelecida. O primeiro ministro não queria romper as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra. Sua intenção era o fim da “dependência semicolonial de Portugal com relação à Grã Bretanha”. Não tardou para que surgissem reações as políticas pombalinas. Na década de 1760, os comerciantes ingleses e negociantes luso-brasileiros que foram desfavorecidos pela política pombalinas começaram a se envolver em conluios e protestos contra a lógica política de Pombal. Logo, também, o ambiente econômico forçou o abandono dos projetos pombalinos.<sup>199</sup>

Em 1780, já no reinado de D. Maria I, a conjuntura internacional começou a favorecer a economia portuguesa.<sup>200</sup> A pressão inglesa por produtos agrícolas, a luta pela independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa contribuíram para o aumento da demanda por produtos coloniais, e Portugal, sobretudo o Brasil, se beneficiou disso. Paralelamente, houve a continuidade das políticas de fomento agrícola. Iniciadas no governo pombalino, foram intensificadas com os ministros de Dona Maria I, sobretudo Rodrigo de Sousa Coutinho, que se tornou primeiro-ministro em 1796. Em seu governo, uma série de medidas foi tomada para favorecer as culturas existentes no Brasil e também para aclimatar espécies vegetais trazidas de outros locais. Foram feitos estudos e relatórios para o preparo e cultivo das plantas, bem como a entrega de prêmios aos lavradores mais bem-sucedidos. A administração promoveu a implantação do arado e a cultura de novos gêneros e também determinou medidas para aumentar o comércio externo e a exportação, inclusive da farinha de mandioca.<sup>201</sup>

A intensificação do mercado interno e a produção agrícola para abastecê-lo não implicaram em grandes extensões de terras ocupadas em São Paulo, mas contribuíram para o início de uma ocupação mais intensa que a até então verificada. Ainda no século XVIII, havia

---

<sup>198</sup> WEHLING, op. cit., p. 149.

<sup>199</sup> MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, piratas e outros malandros**: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p 115.

<sup>200</sup> WEHLING, op. cit., p. 152.

<sup>201</sup> DIAS, op. cit., p. 57-58.

boa quantidade de terras a serem distribuídas na capitania, mesmo nos locais mais valorizados, ou seja, mais próximos das principais vilas e portos para comercialização tanto para exportação quanto para o mercado interno. O que contribuiu de fato para a expansão agrícola do final do século XVIII foi o aumento da demanda internacional por produtos agrícolas, por conta da industrialização crescente na Europa, acompanhado pelas políticas de fomento.

Os efeitos dessa política contribuíram para a recuperação econômica do interior do Brasil, que havia sido abalado com a crise da mineração. Iniciada nos anos 1780, essa recuperação persistiu, com alguns reveses, até o final do período colonial, graças às medidas iniciadas no governo pombalino e de seus sucessores.

O Brasil se reacomoda bem a essa nova situação, retornando para as práticas agrícolas: as áreas litorâneas são favorecidas, surgem novos itens de exportação, novos mercados externos se desenvolvem e a dependência da mão de obra escrava continua intensa. Com a nova situação de expansão agrícola, ocorre um processo de expulsão das populações livres daquelas terras mais valorizadas. Também se intensifica a demanda do trabalho escravo e se reordena o padrão fundiário: as pequenas roças passam a figurar como atrasadas, as famílias dos fogos de subsistência são obrigadas a partir em busca de novas terras para o seu sustento, aumenta o fluxo de escravos para o Centro-Sul, há uma importante valorização do preço destes escravos e por fim um constante aumento populacional nesta região.

Na segunda metade do século XVIII surgiram detentores de sesmarias engajados no processo produtivo, dando as bases para a organização de novos grupos dominantes.<sup>202</sup> Muitos desses novos grupos se assentavam no Centro-Sul, não estando ligados apenas à agricultura, mas também ao comércio. São exemplos os negociantes envolvidos com o charque e o gado muar na atual cidade de Sorocaba e com a cana-de-açúcar na região do já mencionado quadrilátero da cana em São Paulo. O fomento agrícola se deu em diversas regiões do Brasil: Ceará, Bahia, Pernambuco. No Centro-Sul, entretanto, as estruturas da elite mercantil e agrícola que ali havia eram mais recentes, o que possibilitou a formação de propriedades agrícolas de base capitalista, nas quais os lucros eram reinvestidos em outras atividades.

O que foi construído durante o século XVIII para abastecer o mercado interno não se desmantelou com a crise do ouro. Na verdade houve uma continuidade no processo de transformação econômica na região, os capitais que entraram com o mercado interno possibilitaram que alguns proprietários de terras investissem na produção para o mercado

---

<sup>202</sup> FERLINI, op. cit., 2005, p. 303.

externo. Algo que foi potencializado pelas condições dadas pela Revolução Industrial na Inglaterra, a Revolução Francesa e as revoltas na América Central, como no atual Haiti, colônia francesa produtora de cana-de-açúcar<sup>203</sup> e com as políticas de fomento agrícola iniciadas no reinado de D. José I (1750-1777) e que continuaram com sua filha Dona Maria I (1777-1816). Já no século XVIII, o Brasil não se resumia ao litoral.

Assim é possível afirmar que a interiorização do Brasil e do Centro-Sul não se deu apenas em Minas Gerais e Mato Grosso na época do ouro ou com o café em São Paulo depois de 1850. Os séculos XVII e XVIII foram momentos onde as atuais regiões Sul e Sudeste passaram a se integrar à economia e à sociedade brasileiras através do mercado interno e do comércio pelo Atlântico, situação que estabeleceu a interiorização nessas regiões. Interiorização no sentido de intensificação da ocupação portuguesa no território e não apenas do desbravamento dos bandeirantes, ou seja, essa interiorização implicou na fundação de vilas, estabelecimento de posses, produção agrícola e vinda de escravos.

---

<sup>203</sup> DAURIL. op. cit., p. 556.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da ocupação e formação das Cabeceiras do Rio Pardo revelou que há um dinamismo nos processos que levaram a governança portuguesa a fazer-se presente nesses locais. O que caracterizava esse dinamismo no século XVIII era a relação intrínseca desses locais com as administrações mais centrais, bem como com as regiões mais próximas. Isso contraria visões acerca dessas regiões como sertões isolados e misteriosos. Houve nesses espaços um processo que os tornou pertencentes a um território específico; esse processo se deu tanto pelo movimento populacional quanto pela interferência do Estado, que, através dos seus quadros políticos, se aproximava do iluminismo. No caso examinado nesta dissertação, começou a se formar uma região integrada a um espaço específico: o local onde está o baixo Rio Pardo ou as suas Cabeceiras começou a ser ocupado por luso-brasileiros e a estabelecer relações com as vilas e freguesias mais próximas.

Os primeiros moradores que se dirigiram para a região saíram das proximidades da Estrada de Goiás, localizada no Sertão do Rio Pardo. Quando, em 1755, Pedro Franco Quaresma noticiou ter encontrado ouro no Rio Canoas, em terras hoje pertencentes ao município de Mococa, esse sertanista principiou toda a ocupação subsequente. Ainda nesse mesmo ano, a Câmara de Jundiáí fez uma tentativa de tomar posse da região. Para os moradores de Jundiáí, as Cabeceiras do Rio Pardo eram uma continuação do Sertão do Rio Pardo: próximas da Estrada de Goiás, cortadas pelo mesmo Rio Pardo, desbravadas por moradores que viviam perto desse caminho.

A ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo revela um processo de valorização do espaço, transformando-o em um local específico e integrado, através da territorialidade, a uma região ou espaço mais amplo. O povoamento das Cabeceiras do Rio Pardo pertenceu ao contexto do Sertão do Rio Pardo no século XVIII. Não era uma região a parte.

As atividades econômicas do povoado de N. S. das Cabeceiras do Rio Pardo se distinguiram de outras localidades nesse contexto. Essas peculiaridades contribuem para repensar o significado do Sertão do Rio Pardo. As Cabeceiras do Rio Pardo, área que por boa parte do século XVIII seguiu indefinida, tinha como elo principal, não a estrada, mas, as atividades feitas em torno da produção aurífera. O que amarrou as Cabeceiras do Rio Pardo com o Sertão do Rio Pardo foi o contexto de transformação agrícola e política vivenciado pela Capitania de São Paulo nessa época. A ocupação e o povoamento das Cabeceiras do Rio



Pardo apontam que o Sertão do Rio Pardo, então, apresentou-se multirregional, abarcando localidades com atividades específicas na conjuntura da Colônia Brasil e de São Paulo.

A restauração da Capitania de São Paulo em 1765 – quando o Morgado de Mateus assumiu o cargo de governador geral e ficou incumbido de cumprir uma série de determinações da Coroa – estabeleceu o nexu entre o contexto geral e as peculiaridades que levaram a ocupação das Cabeceiras do Rio Pardo e sua inserção na região do Sertão do Rio Pardo. Algumas das determinações dadas ao governador incidiram diretamente nesse processo histórico. Uma delas versava sobre a necessidade de definir as divisas entre São Paulo e Minas Gerais; outra insistia no desenvolvimento de uma agricultura de exportação. Tendo em vista esses objetivos, o governador enviou uma expedição até as Cabeceiras do Rio Pardo, retirou dela alguns soldados e os instalou na localidade. Além disso, em constante contato com o líder dessa expedição, reteve informações sobre a existência do ouro que havia na região e da movimentação de outros “povos” para aquelas terras que julgava ser de seu governo.

O motivo pelo qual o Morgado de Mateus enviou essa expedição foi a movimentação de moradores e representantes do governo de Minas Gerais pela região. Eles, que obtiveram sucesso na posse de regiões que antes eram consideradas paulistas, adentravam, aos poucos, nas Cabeceiras do Rio Pardo. Caso o governador nada fizesse havia o risco de perder mais uma região da qual Jundiá havia tomado posse. Isso poderia aproximar os mineiros da Estrada de Goiás. Essas medidas do governador de São Paulo iniciaram o processo que levou à definição das Cabeceiras do Rio Pardo como um território paulista.

Concomitante a essas expedições oficiais, os moradores simples, que não eram soldados, grandes fazendeiros, administradores, se dirigiram para a região em busca do ouro que havia sido descoberto por Pedro Franco Quaresma. A ida desses moradores foi importante para o povoamento da região. Estabeleceram-se nas proximidades dos cursos d'água que nutrem o Rio Pardo como o Canoas, o Bom Jesus, o córrego da Conceição. Muitos foram para lá com o intuito de retirar o ouro que havia nesses riachos, mas nem todos se dedicaram ao garimpo. As atividades agrícolas e pecuárias para o seu sustento, e quem sabe, para o comércio estiveram presentes na região. Afirma-se isso não pela documentação, mas pela bibliografia que aponta que as regiões mineradoras mais tradicionais outras atividades econômicas conviveram de perto com a extração do ouro.

Era crescente o número de pessoas que chegavam até as Cabeceiras do Rio Pardo, até que em meados de 1770 já havia um povoado considerável e centralizado na região, o que levou a sua elevação a freguesia em 1775. Freguesia instalada com sede na Vila de Mogi-

Mirim. O processo de elevação a freguesia se deu quatro anos depois de a câmara dessa vila ter tomado posse da região das Cabeceiras do Rio Pardo. A instalação de uma freguesia na região com sede numa vila paulista intensificou ainda mais o processo de posse territorial de São Paulo em relação a Minas Gerais. Com isso o guarnecimento militar, alimentício e religioso daquela localidade ficou por conta das vilas, freguesias e da administração de São Paulo, o que aproximou esses homens do povoado que se formava.

A criação da Vila de Mogi-Mirim e da Freguesia de N. S. da Conceição do Rio Pardo se inseriu no contexto da restauração de São Paulo em meados de 1765. Dentro das relações luso-brasileiras, São Paulo assumiu papel importante na estratégia militar portuguesa na América com relação à ocupação de São Pedro, Laguna, o estuário do Prata. Aos poucos a capitania em questão também se tornou foco das políticas agroexportadoras de Portugal. As medidas adotadas pelo Morgado de Mateus surtiram efeito: logo no início de seu governo já se tinha notícias de produtos agrícolas sendo exportados pelo porto de Santos.

Esse processo foi se intensificando nos governos subsequentes ao do Morgado de Mateus. Desde o século XVII processou-se em São Paulo uma transformação agrícola que levou ao surgimento de lavouras voltadas para o abastecimento interno. No século XVIII, com a mineração, aumentou o consumo de alimentos na Colônia Brasil, o que pressionou o aumento de preços dos mesmos. Logo no início do século XVIII a Capitania de São Paulo assumiu papel importante no abastecimento das regiões mineradoras. Essa atividade permitiu o surgimento de uma elite mercantil em São Paulo. Seus integrantes, além de agricultores, eram negociantes; por seu intermédio, produtos vindos do Sul eram renegociados na Capitania de Minas Gerais.

A existência e a ação dessa elite mercantil comprovam que São Paulo era uma capitania em transformação e dinâmica. Distinta, portanto, das imagens construídas acerca da pobreza e miséria generalizadas ali existentes. Muitas dessas imagens se devem à ausência de um produto principal de exportação na Capitania de São Paulo, algo que para muitos começou apenas em meados do século XIX com o café. No entanto, essa transformação agrícola na primeira metade do século XVIII – inserção no mercado interno e formação de uma elite mercantil – possibilitou o surgimento da agricultura de exportação na segunda metade do século XVIII.

A formação da nova elite mercantil esteve associada ao fator econômico que possibilitou a implantação da agricultura de exportação para São Paulo. O que explica, contudo, as motivações que levaram a agricultura de São Paulo a se voltar para as exportações são os fatores políticos da segunda metade do século XVIII. A ascensão de marquês de

Pombal como primeiro-ministro de D. José I aproximou ainda mais a ilustração portuguesa da governança e administração do Império Português. Esses iluministas enxergavam um Portugal atrasado em relação à França, à Inglaterra e mesmo ao Império austríaco, e para eles era necessário e urgente superar esse atraso.

A economia do Reino de Portugal assentava nas relações coloniais e, de longa data, na produção agrária. Como haviam indicado Antonil e outros, a mineração foi algo passageiro, um tanto ilusório. No final do século XVIII era a agricultura que se colocava como a esperança dos portugueses em sair da crise que assolava o Reino. Por isso as ideias fisiocratas tiveram receptividade por parte desses intelectuais, seus teóricos argumentavam que a grande fonte de riqueza para as nações era a agricultura. Para muitos a fisiocracia é uma resistência ao iluminismo, pois tenta salvaguardar as estruturas do Antigo Regime. Entretanto, seus teóricos propunham a adequação da agricultura a métodos mais racionais de cultivo, pesquisas para melhor proveito das sementes, maior aproveitamento das terras.

Se no reinado de D. José I se deu o início dessas políticas agrícolas de fomento agrário, como ocorreu em São Paulo com as ações do Morgado de Mateus, foi no reinado de Dona Maria I que essas medidas começaram a surtir efeito, sobretudo no final do século XVIII, quando D. Rodrigo Coutinho se tornou seu primeiro-ministro. A ascensão da rainha foi marcada pela revisão das políticas econômicas do marquês de Pombal, o que marcou a chamada "viradeira". Essas mudanças, no entanto, se basearam em reduzir os déficits da política industrial e mercantilista do período anterior, e não na tentativa de "frear" e barrar o iluminismo em Portugal. O fomento agrícola recaiu em todo o território do Brasil. Houve políticas agrícolas para o Ceará, para a Bahia, para o Rio de Janeiro, para São Paulo.

Diferentemente de outras regiões, o Centro-Sul e mais propriamente São Paulo tinha uma elite mercantil recente, formada no decorrer do século XVIII. As políticas de fomento agrícola que levaram ao aumento da produção agrícola para exportação tiveram implicações distintas na Capitania de São Paulo. Os fazendeiros, mercadores, negociantes que se adaptavam às atividades agroexportadoras formaram uma elite capitalista: parte do capital auferido com as exportações era reinvestido na própria produção. Esses primeiros capitalistas luso-brasileiros expandiram as áreas de cultivo na Capitania de São Paulo, a estrutura produtiva que se instalava diminuía o espaço para o cultivo voltado à subsistência ou mesmo para o mercado interno. Havia um processo de expulsão dos pequenos agricultores quando os cultivos de exportação chegavam nos locais em que eles estavam instalados.

Os expulsos do campo buscavam novas terras nas quais se instalar e se dedicar a suas lavouras. Enquanto isso, a nova elite mercantil expandia suas posses agrícolas. Assim, no

final do século XVIII, a pressão por novas terras levou ao povoamento de áreas pouco conhecidas pelos luso-brasileiros. Foi essa movimentação constante que explica os motivos que levaram ao estabelecimento do povoado de N. S. da Conceição do Rio Pardo, a freguesia que se localizou nas Cabeceiras do Rio Pardo. Esse povoado cresceu de maneira constante, resistindo à crise da mineração local. O que explica essa continuidade mesmo com essa crise são as mudanças agrícolas processadas na Capitania de São Paulo. No século XIX o crescimento, além de contínuo, foi acelerado pelas migrações mineiras. Esse crescimento acelerado permitiu a formação de bairros rurais. Eles deram origem às freguesias e vilas que se organizaram em torno de Caconde. Um deles viria a ser a cidade de São José do Rio Pardo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n 15, p.145-151, 1995.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo. Volume XI – Divisas de São Paulo e Minas Gerais. São Paulo, Typografia a Vapor Espindola, Siqueira e Companhia, 1896.
- ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro. Documentos relativos à Junta da Fazenda de São Paulo. Códice 447, v. 2, 1774–1791.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2001.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na Estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.
- BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721). 1995. 394f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BOSCHI, Caio. Nem tudo que reluz é ouro. In: SZMRECSANYI, Tamás. **História econômica do período colonial**. São Paulo: Edusp, 1993.
- BOXER, Charles R. **A idade do ouro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- BRIOSCHI, Lucila Reis. Caminhos do Ouro. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na Estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.

BRIOSCHI, Lucila Reis. **Os entrantes no sertão do Rio Pardo**: o povoamento da freguesia de Batatais -séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.

\_\_\_\_\_. **Criando história**: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725–1835). 1995. 268f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CAMPANHOLE, Adriano. **Memória da cidade de Caconde**: freguesia antiga de N. S. Da Conseqção do Bom Sucesso do Rio Pardo. São Paulo: Latina, 1979.

\_\_\_\_\_. **Caconde**: síntese da história de sua fundação e desenvolvimento. São Paulo, p. 23, 1947. Disponível em: <<http://www.imaculada.org/Livro%20Campanhole/menu.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais (1674-1807). Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CASSASSOLA, Luiz Antonio. **Família, capitalismo e modernização**: um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo-SP (1870-1930). 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

CEDAPH-Franca, MF-0192. Povo que há na Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Dezemboque do Rio Pardo. Maços de população, 1776 a ano sem data para Mogi Mirim.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do “Sertão do Rio Pardo” à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986.

COSTA, Hernani Costa. **As barreiras de São Paulo**: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX. 1984. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAURIL, Auden. O período final do Brasil Colonial 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América latina colonial**. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v.II.

DE MARTINI, Marcos. **A empresa de terra e colonização Labieno da Costa Machado**: do velho para o novo oeste paulista. 2000. 255f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

DEL GUERRA, Rodolpho José. **No ventre da terra mãe**. São José do Rio Pardo: Graf-Center, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DOCUMENTOS interessantes. Cópia de autuação de vários documentos e autos de posses que se tornarão do descoberto do Dezemboque pertencente a esta Capitania. 1762. p 71. v. XI.

\_\_\_\_\_. Questão dos Districtos de Jacuhy, Cabo Verde, etc: auto de posse do Sertão do Rio S. João (de Jacuhy) 1755. p 63. v. XI.

\_\_\_\_\_. Divizas Primitivas, 1747. p 19. v. XI.

\_\_\_\_\_. Introdução, 1896. p XLV. V. XI.

\_\_\_\_\_. Questão dos Districtos de Jacuhy, Cabo Verde, etc: Carta do Secretario do Estado ao Governador de Minas Geraes, 1755-1767. p. 63-84. v. XI.

\_\_\_\_\_. A Demarcação pelo Vice-Rei Conde da Cunha: avizo Régio ordenando a Demarcação, 1765. p 211. v. XI.

\_\_\_\_\_. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p. 85. v. XI.

\_\_\_\_\_. Demarcação pelo Vice-Rei Conde da Cunha: avizo Régio ordenando a Demarcação, 1765. p. 211. v. XI.

\_\_\_\_\_. Questão do Jaguari Mirim. 1772. p. 143-144. v. XI.

\_\_\_\_\_. Questão do Rio Pardo: Correspondência do Governador de São Paulo com o Commandante do Registro de Itapeva. 1765-1766. p. 90. v. XI.

\_\_\_\_\_. Appendice (documentos encontrados depois das secções a que pertencem.). 1771. p. 919-920. v. XI.

\_\_\_\_\_. Correspondência do Governador de São Paulo. 1767. p. 289. v. XI.

\_\_\_\_\_. Administração de Martim Lopes Lobo de Saldanha, 1775-1785. p. 314 -315. v. XI.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época Pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON. José Francisco Calazans. **Despotismo esclarecido**. São Paulo: Ática, 1986.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e proposta de mudanças. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI e XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 237-250, jul.-dez. 2009.

GEBARA, Ademir et al. **História regional: uma discussão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do IEB**, São Paulo, n 1, p. 83-85, 1966.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense. 2007.

ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. A família Mello de São José do Rio Pardo e região. **Revista da ASBRAP: Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**, São Paulo, n. 2, 1995.

JUSTI, Tatiana Angélica. **Apropriação territorial: concessão e apossamento de terras na região de Franca (1805-1850)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

KOK, Glória. **O sertão itinerante**. Expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

LAGES, José Antonio Corrêa. **O povoamento da mesopotâmia pardo-mojiguaçu por correntes migratórias mineiras: o caso de Ribeirão Preto (1834-1883)**. Franca: UNESP, 1995. (mimeo).

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACHADO. Alcântara. **Vida e morte do Bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006 (Coleção Paulística, v.18).

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil - Terra de Quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa, a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MISSURA, Fábio Augusto. **Costa Machado: ação política e empresarial na sociedade do Café em Rio Pardo (1877-1917)**. 2003. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.



MOURA, Denise A. Soares de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822). **História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 261-290, 2005.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações**: ensaios de história e historiografia. São Paulo. Cosac Naify, 2009.

\_\_\_\_\_. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PENSAMENTOS Políticos sobre a Colônia, Cartas de Luís dos Santos Vilhena. **Arquivo Nacional**, 1987. p. 50. (Publicações Históricas 87).

PETRONE, Maria Theresa Shorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: \_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações: Bairro rural – cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

ROSSINI, Rosa Ester; OLIVEIRA, Raimunda Maria. Sociedade e Natureza. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na Estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América latina colonial**. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. II.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. **Repertório das Sesmarias**, L. 41 Fls, 160v, 1994.

SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial 1580– 750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina Colonial** São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. v. II.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e Latifúndios**: efeitos da lei de 1850. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda L. Região e História agrária. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.

SILVA, Karina da. **Os recrutamentos militares e as relações sociedade-estado na Capitania/Província de São Paulo (1765-1828)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

SILVA, Lauro de Monteiro Carvalho e. **Moji-Mirim: subsídios para a sua história**. Moji-Mirim: Casa Cadorna, 1960.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Unesp, 2009.

SILVA, Maria Leonor Alvarez. **História de São João da Boa Vista**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Dimensões e perspectivas históricas de Jacuí – Minas Gerais**. Passos: Offset, 2004.

SOUZA, Avanete Pereira. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI e XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TESTAMENTO Político de D. Luís da Cunha. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. (Série Testemunha da história).

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro calçadista (1860-1945)**. Franca: FHDSS-UNESP, 2002.

TREVISAN, Amélia Franzolin. Fragmentos de Nossa História a posses da terra. Disponível em: <[http://www.jornaldemocrata.com.br/materias/menu\\_principal.asp?secao=103](http://www.jornaldemocrata.com.br/materias/menu_principal.asp?secao=103)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Casa Branca: a povoação dos ilhéus**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1982.

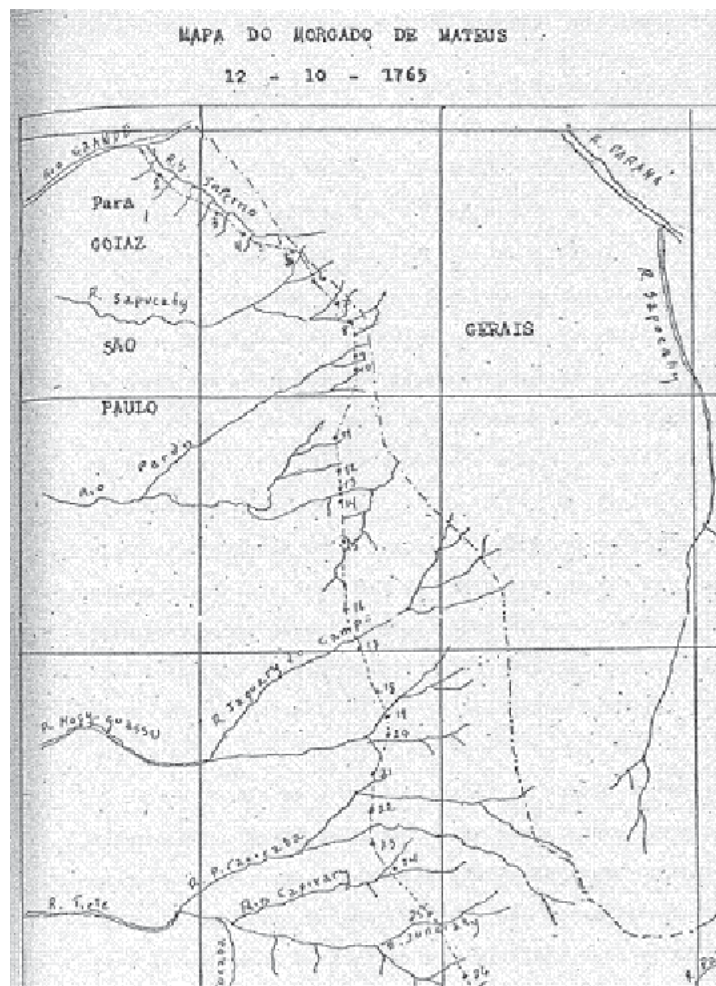
VALADARES, Virgínia Maria Trindade. A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006.

WEHLING, Arno. **Fomento agrário no final do século XVIII: a questão das novas culturas no sul do Brasil (1769-1808)**. 1972. 340f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1972.

## **APÊNDICES**



## 2. Mapa dos Pousos ao longo do Caminho dos Goiaes



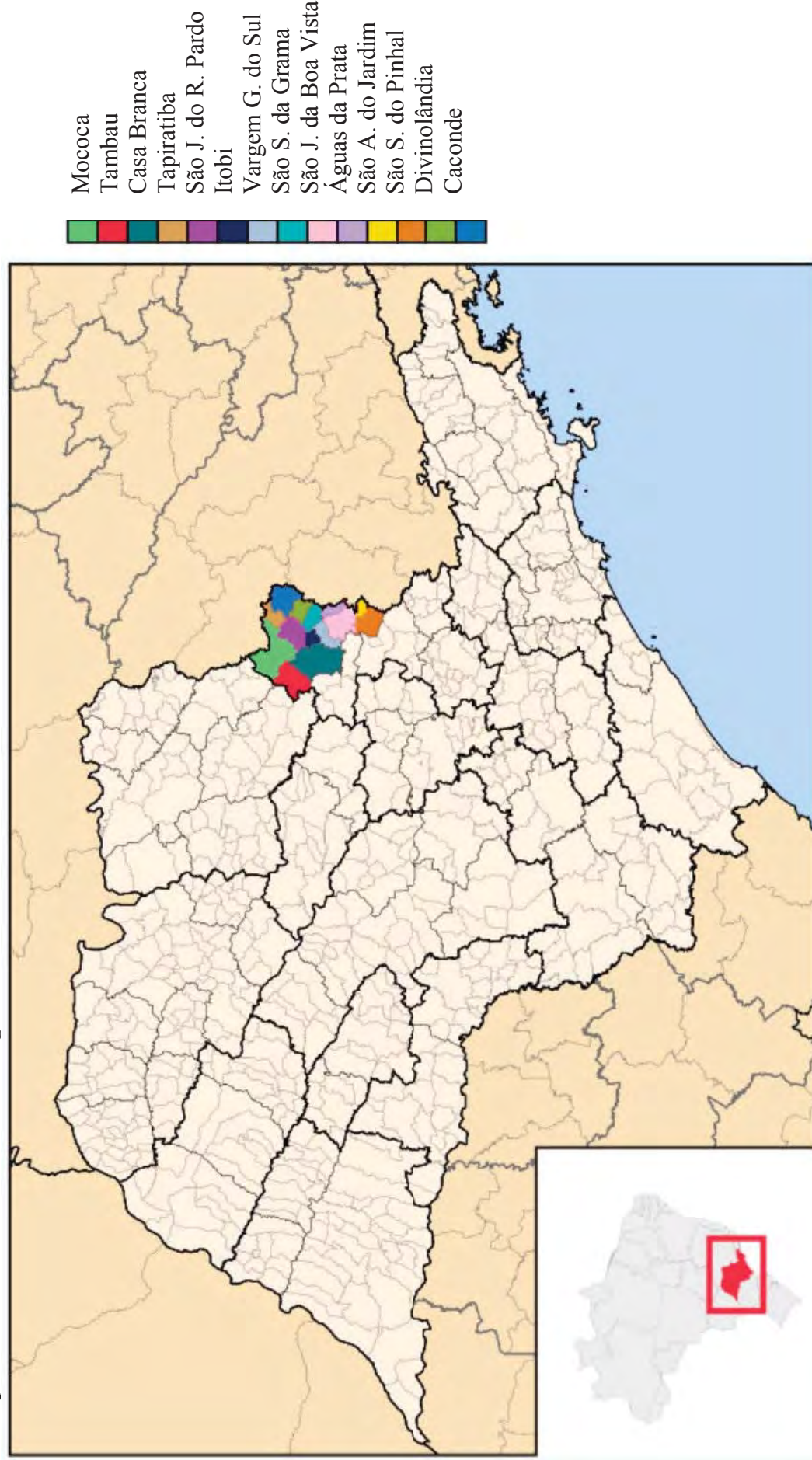
**Mapa 2** - Mapa dos Pousos ao longo do Caminho dos Goiaes

**Fonte:** CARMELINO.C. J. **Os primórdios do povoamento do sertão do Capim Mimoso.** [s/d] (mimeo), obra datilografada com original no Museu Histórico Municipal José Chiachiri, Franca-SP.

### Localização dos pousos na Estrada de Goiaés

- 1- Porto da Espinha
- 6- Bagres
- 12- Araraquara
- 14- Rio Pardo
- 16- Casa Branca
- 20- Mogi-Guaçu
- 21- Mogi-Mirim
- 25- Jundiaí

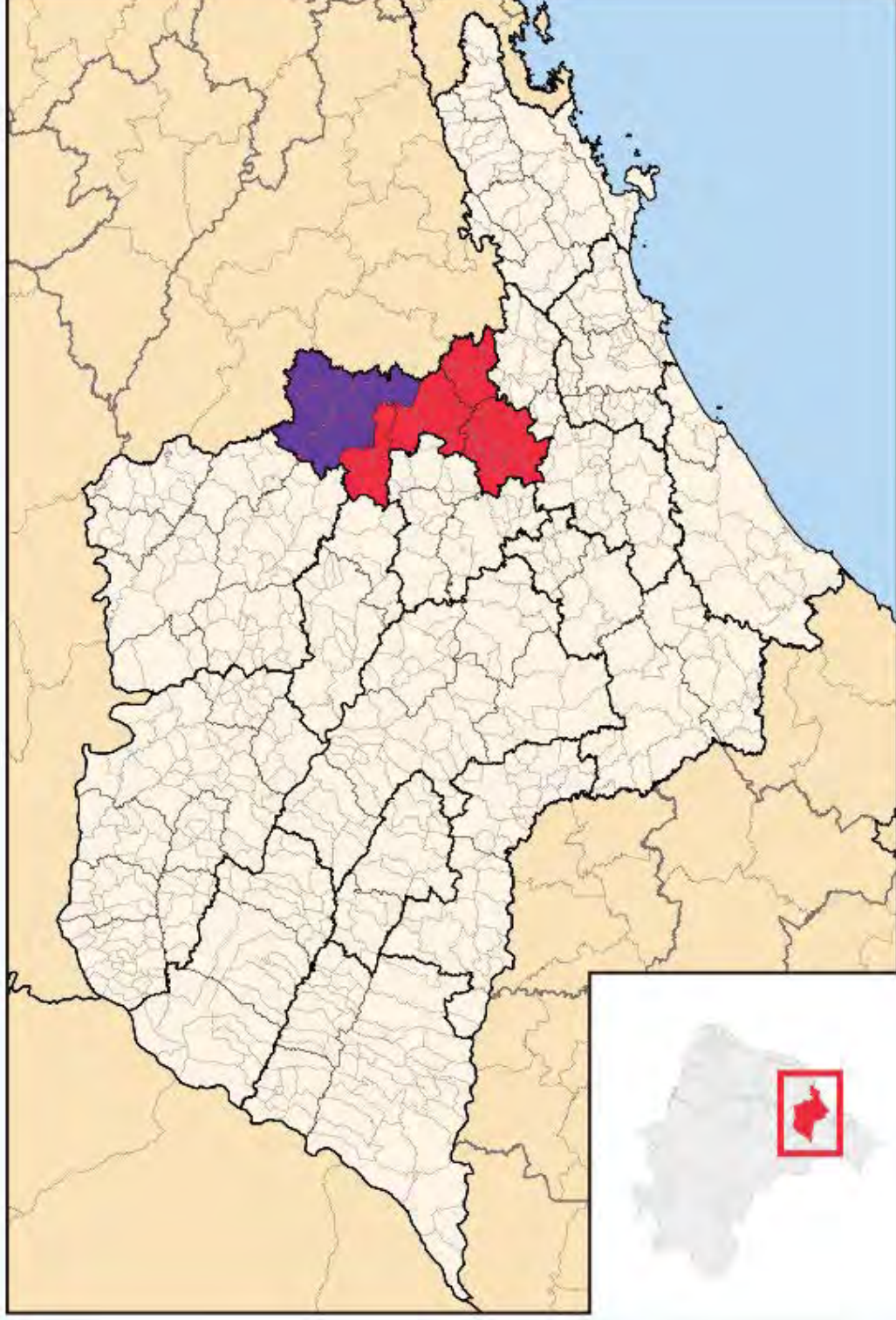
### 3. Mapa das atuais cidades da Microrregião de São João da Boa Vista



**Mapa 3** - Mapa da Microrregião de São João da Boa Vista

**Fonte:** WIKIPÉDIA A enciclopédia livre. **Mapa da Microrregião de São João da Boa Vista.** Composta por 14 cidades, estão em negrito as cidades de Mococa, Tapiratiba, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Grama, Divinolândia e Caconde. Mapa modificado em 02 maio 2009 Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo\\_Micro\\_SaoJoaoBoaVista.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Micro_SaoJoaoBoaVista.svg)>. Acesso em: 02 maio 2009.

#### 4. Mapa da Mesoregião de Campinas



**Mapa 4:** Mesoregião de Campinas. O destaque em azul se refere a microrregião de São João da Boa Vista. Mapa modificado em 02 de maio de 2009.  
**Fonte:** WIKIPÉDIA A enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo\\_Meso\\_Campinas.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Meso_Campinas.svg)>. Acesso em: 02 maio de 2009.

## 5. Mapa da Microregião de São Sebastião do Paraíso e das Cabeceiras do Rio Pardo

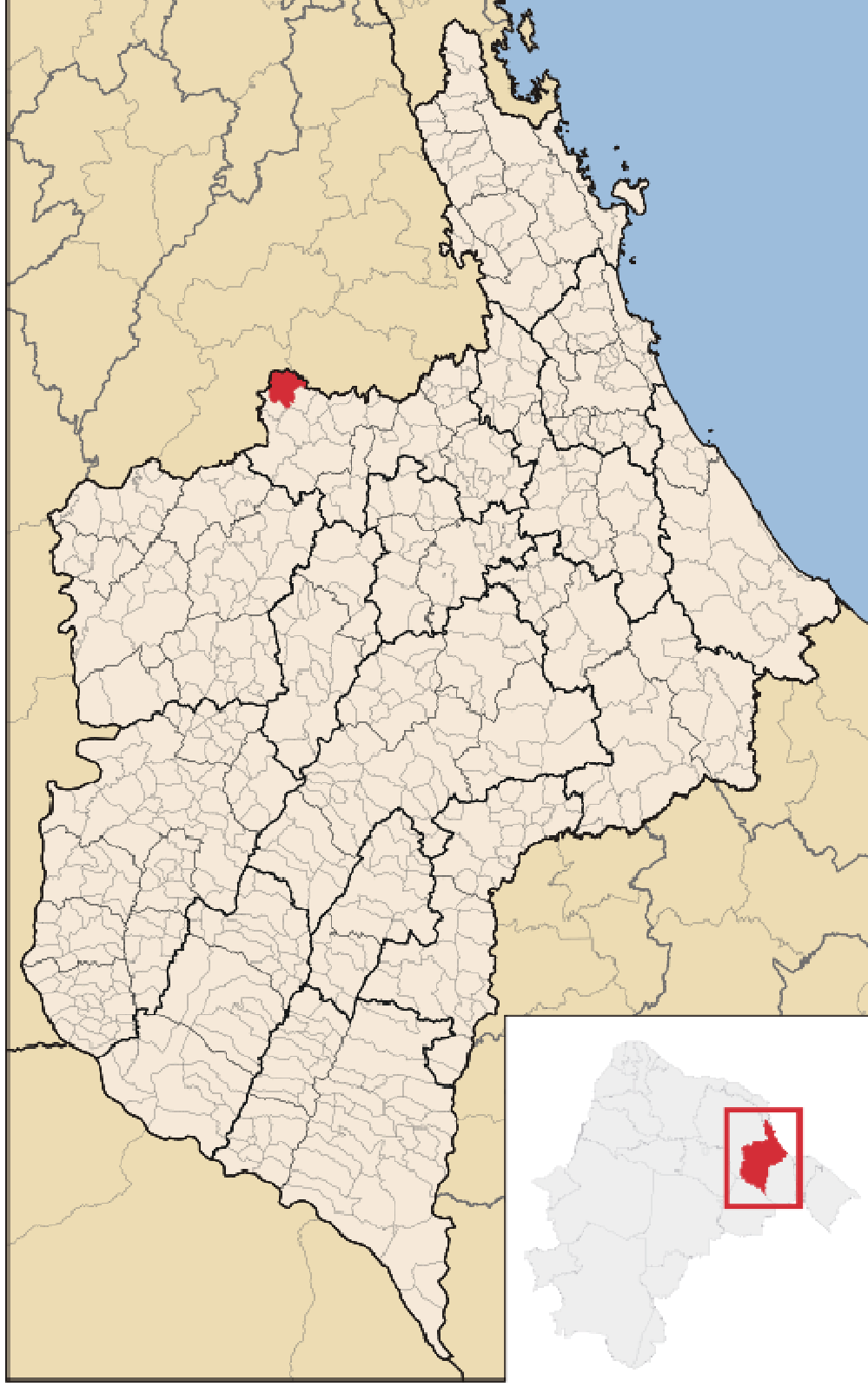


**Mapa 5** - Mapa da Microregião de São Sebastião do Paraíso e das Cabeceiras do Rio Pardo.

**Fonte:** Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais\\_Micro\\_SaoSebastiaoDoParaíso.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Micro_SaoSebastiaoDoParaíso.svg)>. Acesso em: 28 nov. 2010. O destaque em vermelho se refere a atual microrregião de São Sebastião do Paraíso em Minas Gerais. No destaque em azul localiza-se a cidade de Jacuí e no destaque em verde a cidade de Cabo Verde. Em lilás está a microrregião de São João da Boa Vista.



## 6. Mapa da atual cidade de Caconde



**Mapa 6-** Mapa do Estado de São Paulo com o município de Caconde em destaque.  
**Fonte:** WIKIPÉDIA A enciclopédia livre. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo\\_Municip\\_Caconde.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Caconde.svg)>. Acesso em: 03 maio de 2009.





## **ANEXOS**

## ANEXO A

Do tronco Capitão Alexandre Mello, oito de seus treze filhos contribuíram para o povoamento e a formação do núcleo habitacional:

- Alexandre Luis de Mello era filho do capitão e com o mesmo nome do pai. Segundo o seu alistamento no Serviço Ordinário da Guarda Nacional do Distrito além do Rio Pardo da Freguesia de Caconde de 1833 era morador do Bairro Fartura no "Sertão do Rio Pardo", Vila de Mogi-Mirim em São Paulo. Era lavrador e proprietário de terras junto ao seu irmão Antônio Joaquim, requereu sesmaria em 1821. Deixou em seu testamento oito escravos, a fazenda Fartura com 205 alqueires, casa de morada, senzala entre outros. O testamento de sua mulher apresentava 16 escravos entre outros.
- Antônio Joaquim de Mello, proprietário da fazenda Fartura junto com seu irmão Alexandre Luis, era também tropeiro e negociante. Foi alistado em 1833 e no ano seguinte passou para a reserva, depois passou a morar na Capela do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe, atual cidade de Divinolândia-SP, fronteira com São José do Rio Pardo.
- Padre Carlos Luis de Mello foi proprietário de terras (fazendas: Limoeiro, Rio Claro e Bom Jesus) e foi o primeiro vigário após a restauração da Freguesia de Caconde. Mesmo sendo padre confessou pouco antes de morrer ser pai de onze filhos e em seu testamento havia duas escravas.
- Sebastião de Mello, Manuel Joaquim de Mello e Joaquim Luis de Mello todos os filhos do capitão foram proprietários das mesmas terras próximas ao Rio do Peixe.
- Ana Maria de Jesus casada com Braz de Vasconcelos possuíam um sítio provavelmente na fartura com 1500 braças de testa e 2250 braças de fundo. Tiveram seis escravos e oito filhos.
- Francisco Alexandre Luis de Mello, era lavrador e morador do Bairro Fartura com dois filhos.

- Alferes Cândido Luis de Mello era lavrador e morador do Bairro Fartura passado alguns anos foi nomeado Juiz de Paz de Cajuru. O que demonstra influência da família na região.<sup>205</sup>

---

<sup>205</sup> ISOLDI; ISOLDI FILHO, op. cit.

## ANEXO B

Outros migrantes que ocuparam a Freguesia de Caconde entre os anos de 1820 até meados de 1840:

- No ano de 1824 veio Douradinho-MG para o "Sertão do Rio Pardo" José de Faria Moraes, com sua esposa, oito filhos e escravos. Formou a Fazenda Pinhal do Rio Pardo e no ano de 1835 foi inspetor sexto quarteirão do Distrito de Paz de Caconde, onde hoje estão às cercanias rio-pardenses. Seus filhos José, Modesto e Valentim também possuíram terras nesse local com as fazendas: Faisqueira, Ribeirão Grande e Boa Vista. Além disso, Modesto de Faria foi vereador de Caconde em 1865 e também delegado.
- Francisco de Assis Nogueira de Baependi-MG comprou por volta de 1830 a fazenda Pião do Rio Pardo do Padre Carlos de Mello e de seu pai Capitão Alexandre Luis de Mello. Era uma grande porção de terras e se localizou nas atuais divisas entre os municípios de Mococa e São José do Rio Pardo.
- Em 1837 Cândido de Miranda Noronha chegou ao Rio Pardo sendo proprietário das terras do Monte alegre e Fartura, teve quatorze filhos e doou um alqueire de terra para formar o patrimônio da Capela do Bairro do Rio Pardo.<sup>206</sup>

---

<sup>206</sup> DEL GUERRA, op. cit, 2001. passim.